

Gilmaisa Macedo da Costa

INDIVÍDUO E SOCIEDADE
Sobre a teoria de personalidade
em Georg Lukács

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Estevam Alves Moreira Neto

Revisão: Talvanes Eugênio Maceno

Capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins

-
- C837i Costa, Gilmaisa Macedo da.
Indivíduo e sociedade : sobre a teoria de personalidade em
Georg Lukács / Gilmaisa Macedo da Costa. – São Paulo : Instituto
Lukács, 2012. – 2.ed. rev.
144 p.
- Bibliografia: p. 142-144.
ISBN 978-85-65999-06-9
1. Ontologia. 2. Trabalho. 3. Sociabilidade. 4. Generalidade.
5. Individualismo. 6. Filosofia. I. Título.

CDU: 111.1

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1ª edição: EDUFAL

2ª edição revista: Instituto Lukács

INSTITUTO LUKÁCS

www.institutolukacs.com.br

institutolukacs@yahoo.com.br

Gilmaisa Macedo da Costa

INDIVÍDUO E SOCIEDADE
Sobre a teoria de personalidade
em Georg Lukács

2ª edição revista

Instituto Lukács

São Paulo, 2012



Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
Capítulo 1: Bases Ontológicas da Personalidade	17
1.1 Trabalho e ser social	18
1.2 Objetivação/ exteriorização e personalidade	26
Capítulo 2: Processo de Individuação e Personalidade	45
2.1 Personalidade, substância e alternativa	47
2.2 Vida cotidiana, valoração e personalidade	58
2.3 Valores, luta de classes e personalidade	64
Capítulo 3: Gênero Humano e Personalidade Autêntica	79
3.1 Sexualidade, gênero humano e personalidade	88
3.2 Consciência, gênero humano e personalidade autêntica	97
Considerações Finais	121
Bibliografia	142



Apresentação

O que o leitor tem nas mãos é uma pequena preciosidade: a primeira investigação de fundo acerca da concepção lukacsiana da individualidade.

Georg Lukács faleceu em 6 de junho de 1971. Deixou, segundo os melhores testemunhos sobre sua mesa de trabalho, os manuscritos de duas obras fundamentais. A primeira, mais extensa, *Para uma ontologia do ser social* e a segunda, que se propõe ser uma síntese introdutória da anterior, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social hoje possível*. No total os dois manuscritos, referidos com frequência como a *Ontologia* de Lukács, somam aproximadamente 2 mil páginas.

A sorte, todavia, não foi generosa para com essa obra-prima. Vem à luz no momento em que se inicia o período contrarrevolucionário mais extenso e intenso da história da humanidade. A revolução sai do horizonte histórico com uma intensidade nunca antes conhecida pela humanidade, e o pós-modernismo, já no horizonte, viverá seus “quinze anos de fama”. Para piorar a situação, os discípulos húngaros de Lukács que compunham a chamada Escola de Budapeste, publicaram um manifesto (que se revelou ser o seu primeiro movimento de abandono do marxismo), conhecido como “Carta ao companheiro Lukács”, em que afirmavam que os manuscritos ainda desconhecidos do público não passariam de stalinismo elevado à metafísica. Foi assim que foi apresentado ao mundo o último grande esforço intelectual do maior filósofo marxista do século XX.

Desde então teve início um esforço de décadas, realizado em um clima intelectual crescentemente adverso às teorias revolucionárias, de se investigar o texto dos manuscritos lukacsianos. Os estudos foram revelando a sua fertilidade e sua riqueza teóricas e, ao mesmo tempo, evidenciando a falsidade da “Carta ao companheiro Lukács”.

Esse esforço teve início na Itália (Constanzo Preve, Vitória Franco etc.) e depois se estendeu para alguns outros países da Europa. Os dois investigadores mais significativos foram Guido Oldrini e Nicolas Tertulian (que visitaram nossa Universidade em 1996). Poucos anos depois tornar-se-ia conhecida do público brasileiro a obra de István Mészáros, que dedica um amplo espaço às obras de seu mestre (ele foi o assistente de Lukács na Universidade de Budapest até a Revolução Húngara de 1956) e propõe uma interpretação original e crítica que eleva as interpretações acerca da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* a um novo patamar, este ainda largamente inexplorado.

Dadas as vicissitudes do marxismo na Europa, o estudo da *Ontologia* termina tendo em nosso país seu polo mais significativo depois da década de 1980. Foram importantíssimas as iniciativas de um grupo de intelectuais que traduziram e deram início aos estudos de Lukács no Brasil, entre eles Leandro Konder, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e, alguns anos depois, José Chasin.

A autora do texto aqui apresentado, de modo competente, rigoroso e criativo, foi capaz de buscar em todas essas fontes e tradições os indícios, as pistas imprescindíveis, para determinar os principais nexos ontológicos que articulam a substância do indivíduo (a personalidade ou a individualidade, como a ela se refere Lukács em sua *Ontologia*) com a substância do gênero humano, o desenvolvimento histórico de toda a humanidade. Demonstra como a tese marxiana, recuperada por Lukács, do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens possibilita articular em um único processo histórico o desenvolvimento dos indivíduos enquanto tais com o desenvolvimento do gênero humano, sem se cair na identidade sujeito-objeto, quer pela dissolução do indivíduo na totalidade social, quer pela operação inversa.

Do texto emerge um indivíduo, uma personalidade, uma individualidade, em sua integridade ontológica. Isto é, um indivíduo que é singular porque histórico e, para fazer um jogo de palavras, histórico porque é singular. A substância que faz com que cada um de nós sejamos uma singularidade apenas existe como partícipe de uma sociedade; isto é, uma singularidade que, enquanto tal, é necessariamente portadora da história humana porque é um momento singular dessa mesma história. A famosa e conhecida dicotomia entre o *citoyen* e o *bourgeois* do jovem Marx, ou as mais tradicionais ontologias que concebiam o indivíduo como uma porção eterna, não-histórica e uma outra, efêmera e histórica, são amplamente superadas.

Deste patamar, a reflexão avança para tecer diversas importantes

e significativas considerações acerca dos processos de alienação dos nossos dias, convertendo o texto não apenas em uma análise das mais ricas do indivíduo na história, mas também em um chamado – no mais elevado nível teórico, aquele que argumenta ao redor das necessidades e possibilidades históricas – à emancipação humana de todos os obstáculos que impedem hoje, e muitos dos que impediram desde o passado remoto, a liberdade em seu nível mais elevado.

O avanço das investigações acerca dos manuscritos de Lukács, sua prometida publicação em curto prazo em nosso país, o amadurecimento de uma nova geração de lukacsianos que desponta no horizonte, possivelmente contribuirão para que novos elementos da relação entre indivíduo e gênero humano sejam descobertos na *Ontologia* de Lukács. Talvez o próximo passo importante nessa área seja a incorporação da relação indivíduo-complexos alienantes tal como exposta por Lukács em seu capítulo dedicado à alienação, na *Ontologia*. Quaisquer que sejam as surpresas futuras que a continuidade do estudo da obra póstuma lukacsiana venha nos trazer, não seria insensato apostar na possibilidade de que este texto permanecerá imprescindível ao estudo da *Ontologia*.

Sérgio Lessa



Introdução

A exposição que aqui fazemos sobre a temática do indivíduo e da personalidade resultou da pesquisa de *Para a Ontologia do Ser Social*,¹ obra que se ocupa das bases ontológicas do pensamento e da atividade humana, pensando o homem, sua gênese e desenvolvimento na indissociável relação entre sociabilidade e individuação. O tema da personalidade emerge no interior da obra como consequência da reflexão do autor sobre o desenvolvimento das capacidades dos homens no processo de reprodução social iniciado com o trabalho e de sua dialética relação com a construção da interioridade dos sujeitos. No seu caráter geral, expressa a busca do homem pelo conhecimento de si e das possibilidades da consciência acerca da condução do próprio processo de humanização. Nossa reflexão é puramente referida aos fundamentos do ser social e dos seus caracteres essenciais no âmbito de uma ontologia materialista, naquilo que constitui uma contribuição de Georg Lukács à individualidade e à personalidade, importantes temas do pensamento humano-social.

Foi o próprio processo de investigação da obra em referência, naquilo que diz respeito à imanência das ideias contidas no pensamento do autor, que nos conduziu a uma aproximação com o tema. Convém ressaltar o que se poderia denominar de um inusitado tra-

¹ Lukács, G. *Para a Ontologia do Ser Social*, título original: *Zur ontologie des gesellschaftlichen sein*. Lutterland: Verlag, 1986. *Per l'ontologia dell'essere Sociale*, a cura di Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981. Na ausência de uma tradução completa da obra para a língua portuguesa, em nossa exposição utilizaremos na maior parte das vezes a versão italiana aqui citada. Traduções já publicadas de partes da obra serão usadas e mencionadas no decorrer da exposição. Obs. Tendo em vista o grande número de citações requeridas pelo procedimento de análise, as citações seqüenciais do mesmo autor na mesma obra serão seguidas apenas do número da página, entre parênteses.

tamento da subjetividade por parte de uma ontologia materialista, tendo em vista o “abandono” de questões relacionadas ao problema da individualidade no que diz respeito à tradição marxista. Conforme analisa Paulo Silveira,

é certo que a subjetividade e a questão mais ampla da individualidade foram tratadas, por parte das mais diversas correntes de pensamento, de uma forma geral, sob uma perspectiva hipostasiante. Isso, contudo, está muito longe de justificar o abandono ou, melhor ainda, a supressão dessas questões no interior do pensamento marxista (1989, p.11).

Certamente o problema não passou despercebido no âmbito do marxismo em seu conjunto. É notório que Leontiev (1978a,1978b) produziu uma obra significativa com vistas a apreender as determinações essenciais da consciência humana. Pensou os fundamentos da atividade dos homens e dos princípios educativos formadores da personalidade, visando superar a perspectiva de redução do homem simplesmente a um animal que vive em um meio social e realçando o caráter transformador de sua ação e “da reprodução, pelo indivíduo, das aptidões e funções historicamente formadas”(1978b, p.169). Tais aptidões não seriam simplesmente dadas culturalmente, mas postas, ou seja, produzidas material e espiritualmente pela sociedade. Suas últimas convicções sobre a personalidade são de que esta seria engendrada pela atividade humana na relação dos homens entre si.

Convém citar ainda, entre outros, Lucien Seve, cujo estudo considera evidente que: “Sendo extremamente importante, a teoria da personalidade não o é apenas no terreno e nos limites da psicologia, de acordo com as razões do especialista; é-o de uma forma universal para o presente e o futuro dos homens” (1979, p.18). Contudo, menciona reservas e desconfianças por parte dos marxistas em relação ao problema da individualidade, o que acaba por relegar o tema a uma posição subalterna no interior do corpo teórico dessa tendência. Em oposição a isso se propõe a demonstrar que o problema da personalidade tem importância científica decisiva para o marxismo. Com esse ponto de partida, Sève reflete sobre fundamentos de uma teoria da personalidade, seu objetivo consistiu em contribuir com uma psicologia em formação, realizando a interlocução com pensadores dessa área de conhecimento mediante uma aproximação à teoria social de Marx.

Reservadas as diferenças entre os autores, algo similar é realizado por Newton Duarte na perspectiva de superar o mecanicis-

mo na interpretação do problema da individualidade no interior do marxismo, em cuja apropriação, particularmente das formulações de Marx sobre o indivíduo, desenvolve uma reflexão substancial acerca da individualidade para si, visando contribuir com a apreensão do indivíduo concreto pela pedagogia histórico-crítica. Nessa obra sobressai especialmente a análise da constituição do gênero e da individualidade enquanto momentos histórico-sociais do desenvolvimento humano. Pensa a formação do indivíduo inserida no processo histórico de objetivação do gênero humano, enquanto síntese de múltiplas determinações, enfatizando que teorias pedagógicas críticas “assim como outros ramos das ciências humanas ainda não chegaram a construir plenamente uma teoria da individualidade humana que permita analisar a singularidade histórico-social de cada ser humano”(1993, p.13). Objetivo que persegue na realização de seu pensamento, concluindo com a ideia de que o ser humano possui uma essência histórica a ser fundamentalmente considerada como base da ação por qualquer pedagogia que se afirme marxiana.

O posicionamento por parte da tradição marxista em relação a negligenciar o problema da individualidade constitui objeto de severas críticas de Lukács quanto aos “preconceitos vulgar-mecanicistas dos sucessores de Marx” (1981, p. 255), que, no seu entendimento,

transformaram a legalidade objetiva da economia em uma espécie de ciência natural especial, reificaram e fetichizaram as leis econômicas até o ponto em que o indivíduo singular se mostrava como um objeto completamente passivo da sua ação (p.255).

Em sua análise, a correta crítica que fora realizada à supervalorização do indivíduo em certas concepções de mundo burguesas “se transformou numa caricatura e, quando se tentou corrigi-la digamos kantianamente, dela surgiu uma transcrição, que se pretendia marxista, do dualismo entre os ‘mundos’ da razão e prática” (p.255-6).²

² Sobre este ponto Oldrini menciona a crítica de Lukács ao materialismo mecanicista: “O confronto aberto por Lukács contra a posição teórica de Mehring, a discussão e a crítica, levada a fundo, dos seus princípios tornam-se muito instrutivas também deste ponto de vista. Enquanto se permanecer nas posições dualísticas, antiontológicas, do marxismo da II Internacional, é impossível chegar a uma compreensão adequada da dialética da vida prática, das leis do que Gramsci chama, com Hegel, de ‘sociedade civil’, e o Lukács tardio, de ‘ontologia social’, ou seja, a esfera das objetivações humanas superiores, como a ética e a política. ‘Uma vez que – e ainda são palavras dirigidas por Lukács contra a confusão eclética de idealismo e da sociologia mecanicista presente em Mehring – quanto mais idealista é uma concepção da história, quanto menos

Deste modo, mais que uma simples crítica, nosso autor realiza um *tertium datur* tanto em relação ao marxismo vulgar que compreende os fenômenos sociais como derivações mecânicas das legalidades econômicas, quanto às proposições idealistas ao situarem estes mesmos fenômenos exclusivamente na esfera da subjetividade.

Em linhas gerais, Lukács confronta todo Idealismo filosófico que fixa conceitos a respeito do humano como abstrações supra-históricas sem qualquer base ontológico-real. O resgate da dimensão ontológica marxiana realizado por Lukács numa época marcada pela dicotomia entre ontologia e ciência constitui um evento significativo para o conhecimento. Configura as bases de uma completa interação dialética entre homem e sociedade, tendo como pano de fundo a afirmação do ser social como um complexo objetivo e específico do ser em geral; da história como processo não teleológico em si mesmo, mas resultante das posições teleológicas dos homens; da totalidade como complexo de complexos dinamicamente distintos e articulados.

Nossa preocupação neste texto está voltada a *Para a Ontologia do Ser Social*, especialmente quanto à visão do autor sobre a individuação e a personalidade, momentos ontológicos da sociabilidade humana, na qual, sob a precisa percepção de Tertulian, “se propôs como tarefa desenvolver os lineamentos gerais de uma filosofia da subjetividade a partir das premissas marxianas” (2004, p.10). A obra reflete o aparato categorial que Lukács usa para enriquecer e superar concepções a-históricas de homem, no qual se delineia o percurso ontológico da individuação como parte do processo global da realidade objetiva do tornar-se homem do homem. No contexto de elaboração do seu pensamento emerge a concepção de “pessoa” na visão de Oldrini:

o resultado de uma dialética social que atinge as bases reais da vida do indivíduo e se relaciona com a estrutura econômica, as condições, as relações de classe etc., em resumo, com ‘o campo de manobra histórico-social concreto’, no interior do qual aquela vida se desenvolve. (1995, p.119).

Portanto, fica claro desde logo que o termo “pessoa” não traduz qualquer resquício idealista de uma concepção de personalidade,

ela parte da dialética concretamente localizada na base material, tanto mais se vê obrigada a tecer ‘construções’ que na sua efetividade prática só podem ter um caráter mecanicista-esquemático”. Oldrini, G. Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”. Praxis n. 3. B. Horizonte: Projeto, mar, 1995, p.115-16. (Grifos na obra).

mas uma expressão concreta do ser social enquanto ser.

Para a Ontologia do Ser Social é obra da maturidade de Lukács produzida entre 1960 e 1971. Seguiu-se à conclusão da primeira parte de três que projetara para a sua *Estética*, e que abandonou para dar início a um novo projeto: a elaboração de uma Ética, conforme informa em carta de maio de 1960 dirigida ao amigo Ernst Fischer. Os meses seguintes de reflexão em torno do projeto conduzem Lukács a concluir que a Ética requer uma introdução contendo os componentes fundamentais e a estrutura da vida social. Tal introdução leva os últimos dez anos de sua vida para ser concluída, constituindo uma *Ontologia do Ser Social* com cerca de 1.500 páginas, cuja primeira redação fica pronta em 1968, após o que redige um texto introdutório por vezes denominado pequena ontologia, os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social hoje possível*, em que expõe a ideia-guia e os objetivos do seu trabalho, rerepresentando também, de forma mais condensada, as posições filosóficas contidas no texto básico da *Ontologia*.³

Analisar os traços ontológicos da personalidade (*Persönlichkeit*)⁴ em *Para a Ontologia do Ser Social* apresenta uma dificuldade adicional em relação a outros objetos de reflexão contidos nesta obra de Lukács, tendo em vista que o autor não dedica uma parte de sua *Ontologia* especificamente à exposição desse tema, a exemplo do que faz com O trabalho, A reprodução, O problema da ideologia e A alienação, como momentos ontológicos do ser social reunidos e expostos na segunda parte da mesma obra. A aproximação do filósofo húngaro ao problema da personalidade se dá em momentos da obra em que o tratamento do tema ocorre em decorrência de sua substanciação no universo categorial do movimento de evolução da sociabilidade e da individualidade humana. Deste modo, a investigação da temática consiste numa atividade de busca dos muitos aspectos acerca da personalidade e do conjunto de suas relações constitutivas, quase sempre dispersos no interior da obra, cujo resultado se apresenta aqui na expectativa de contribuir para a elucidação de seus

³ Informações detalhadas sobre aspectos históricos desta produção podem ser encontradas em Tertulian, N. 'Sull'oggettivismo della grande Ontologia', Lukács, a cura de Guido Oldrini, Milano: ISEDI, 1979. Idem, Uma apresentação à ontologia de Lukács. *Crítica Marxista* n.3, São Paulo: Brasiliense, 1996. Idem, Le grand projet de l' éthique. Ethique et politique. *Actuel Marx* n.10, Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

⁴ Em alemão, Lukács emprega *einzelheit* para o indivíduo singular. Quando se refere à individualidade, encontramos a denominação *individualität*. Já para personalidade, ele usa sistematicamente o termo de origem latina *persönlichkeit*, o que mostra nuances diferentes ao tratar dessas categorias.

fundamentos. A nosso ver, um conteúdo de interesse geral que permite interconexões, indo além dos limites das ciências particulares.

O fato de o autor não ter dedicado uma reflexão mais exclusiva ao tema da personalidade não significa que esta tenha para ele, e menos ainda para a vida social, uma importância menor. Até mesmo porque o tema tinha sido um objeto tratado desde a sua Estética, alcançando uma maior ampliação e completude exploratória na Ontologia. Trata-se de um momento da práxis social, no qual a unificação de indivíduo e gênero pode significar a transformação do indivíduo em autêntica personalidade. Lukács atribui decisiva função à personalidade na história humana ao afirmar que:

Somente aqueles nos quais a necessidade da personalidade é dirigida a uma tal unidade entre gênero e exemplar, podem superar, de verdade e totalmente, os últimos resíduos de mudez, podem tornar-se enquanto personalidade entendida plenamente, sujeitos ativos de uma verdadeira história da humanidade.⁵

Assim, o problema da personalidade se conecta ao do sujeito e da história humana, o que permite ver a decisiva importância da temática e de sua apreensão por parte da *Ontologia do Ser Social*.

O caráter provisório dos resultados da pesquisa se evidencia, pois a exploração de passagens do próprio texto, por vezes obscuras, aliada ao ineditismo da abordagem ontológica do autor, requer novos processos exploratórios e novas interlocuções com esta densa e inacabada produção, instigando a continuidade do debate sobre esse tema de inegável significado social. Fato que nos impulsiona a dar visibilidade aos resultados da análise realizada na *Ontologia de Lukács*.

⁵ Lukács, G. *Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale: questioni di principio de un'ontologia oggi divenuta possibile*. Traduzione di Alberto Scarponi, Milano: Guerini e Associati, 1990, p.74-5. No original: *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie*. A versão italiana aqui utilizada foi publicada separada de *Per l'ontologia dell'essere sociale*.

Capítulo 1: Bases ontológicas da personalidade

Na aproximação ao problema da personalidade em *Para a Ontologia do Ser Social* trataremos inicialmente do processo objetivação/exteriorização no trabalho enquanto momento basilar da reprodução do homem na sociedade. O percurso de nossa exposição se justifica pela posição do trabalho na *Ontologia* de Lukács como categoria fundante do ser social que “assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social”(1981, p.14). Ou seja, o trabalho constitui a categoria central da gênese do homem; com ela tem início o processo de desenvolvimento humano. Mais decisivo ainda para o nosso tema é que, em linhas gerais, a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental.

De maneira que, sem nos determos em uma exaustiva análise do trabalho, algo já realizado por outros pesquisadores, iremos nos remeter a ele, na perspectiva de reunir e analisar momentos da obra em que o autor faz conexões entre trabalho e personalidade. Seguiremos o mais fielmente possível o conteúdo do texto naquilo que este revela precisamente, no sentido de expor conexões e relações da base ontológica do ser social e sua peculiaridade no âmbito da totalidade do ser, que sejam de significativa importância à apreensão da personalidade como momento ontológico do ser social. Iniciaremos pela conexão entre trabalho e ser social para, na sequência, expormos a relação trabalho, objetivação/exteriorização e personalidade, configurando uma análise das bases ontológicas a partir das quais tem origem a personalidade na visão de Georg Lukács.

1.1 Trabalho e Ser Social

A preocupação em tornar preciso o caráter distintivo entre os traços essenciais do ser social ante o ser natural se faz frequentemente presente em *Para a Ontologia do Ser Social*. Isso está ligado à perspectiva de Lukács em relação a um ponto metodológico decisivo do marxismo, quanto a compreender que “todas as formas complexas do ser social nascem objetivamente da força primitiva de sua gênese ontológica” (1981, p.380). No seu entender, essa gênese se articula ao trabalho como ato teleológico fundamental do mundo dos homens.

Até mesmo as atividades de trabalho mais primitivas representam um salto em relação às mudas atividades desenvolvidas por seres não humanos, pois, conforme o mesmo autor:

Com salto quero dizer justamente que o homem é capaz de trabalhar e falar, continuando a ser um organismo biologicamente determinado, desenvolvendo atividades de novo tipo, cuja constituição essencial não pode ser encontrada em nenhuma categoria da natureza. (p.382).

Significa que o trabalho, ainda que em sua forma mais primitiva, cria continuamente novidades objetivas e subjetivas; por isso dele surgem, para o ser social, condições reprodutivas completamente diversas daquelas naturalmente existentes. Neste preciso sentido, o trabalho é a protoforma da atividade humana e ainda o modelo de toda prática social, dado que com ele nascem categorias especificamente sociais inexistentes na natureza que irão se explicitando no processo reprodutivo mediante o desenvolvimento histórico-social.

O trabalho possibilita conexões, processos, objetividades, que, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo, representam algo qualitativamente novo em relação aos processos naturais, na medida em que as leis da natureza são reorganizadas sob novas combinações. Podemos ressaltar afirmações de Tertulian sobre a tese de Marx de que o trabalho seria fundamental ainda na constituição da subjetividade, mediante a tensão dialética entre sujeito e objeto gerada no processo, responsável por transformações tanto no objeto quanto no sujeito. Tertulian igualmente anuncia o resgate operado por Lukács em relação ao pensamento de Marx sobre o problema da objetivação/exteriorização e suas consequências para a constituição da subjetividade nos seguintes termos:

Lukács também propôs, no ato do trabalho, a distinção entre o momento da objetivação (a *Vergegenständlichung* da qual Marx falava em seus *Manuscritos* de 1844, associando *Vergegenständlichung* a *Entgegenständlichung*, objetivação e de-

objetivação) e o momento de *exteriorização* (*Entäußerung*); o primeiro traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido; o segundo, as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado (2004, p.11).

O fato é que com o trabalho tem início o processo de reprodução social, responsável pelo desenvolvimento de um novo complexo do ser. O ser social constitui um complexo essencialmente distinto do mundo natural, por ter sua base numa ação conscientemente orientada para modificação de uma determinada realidade. É no processo de objetivação que o homem converte a realidade existente no mundo natural em realidade somente existente no mundo dos homens. Com este ato singular o homem opera a síntese entre prévia ideação (teleologia) e realidade natural (causalidade dada), dando origem a uma causalidade posta (ser social). Neste sentido originário e preciso, o trabalho é uma posição teleológica primária por meio da qual o homem age sobre fenômenos naturais concretos ou utiliza as legalidades naturais disponíveis, com a finalidade de produzir valores de uso. Trata-se do trabalho no sentido de eterna necessidade humana presente em toda forma de sociedade, já visto por Marx, com o qual Lukács concorda:

Com razão, diz Marx: ‘o trabalho como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens’. (1981,14).

Na objetivação o homem processa a criação de um novo objeto e, ao mesmo tempo, se reconhece como sujeito distinto do objeto por ele criado. Algo próximo a afirmar como em Marx que “o homem não é apenas ser natural, mas natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seines wesen*), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber”.⁶ No processo histórico o homem supera a animalidade, afasta-se evolutivamente da reprodução puramente biológica mediante a atividade do trabalho, que contém, em germe, os atos de consciência capazes de elaborar respostas ao ambiente natural, assegurando a sobrevivência da espécie humana como gê-

⁶ MARX, K. *Manuscrisos econômico-filosóficos*. Tr. Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2004, p.128. (Grifos na obra). Outra tradução dos Manuscritos é de Alex Marins, São Paulo: Martin Claret, 2002, p.183.

nero não-mais-mudo. Nestes atos imperam leis de desenvolvimento histórico em nada iguais às leis do desenvolvimento presentes nos processos típicos da natureza.

Pelo caráter criador como ato de superação da imediaticidade e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades. Por sua vez, os objetos criados através do trabalho conservam os conhecimentos básicos utilizados na sua criação, capazes de assegurar que objetos mais simples sejam tornados cada vez mais avançados e complexos, promovendo tanto o impulso à evolução do conhecimento a partir do trabalho, quanto o desenvolvimento dos meios necessários à reprodução social. Pois, como o trabalho somente existe no interior de uma sociedade, a nova situação resultante de um ato de objetivação possui sempre uma dimensão social.

Com a criação e a inserção no mundo humano de algo antes inexistente, não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade está diante de um novo objeto, significando a abertura de novas possibilidades para seu desenvolvimento. Tanto indivíduo quanto sociedade evoluem através dos objetos construídos pelos indivíduos e, visto que os objetos são produzidos com base naquilo que foi produzido anteriormente por outros homens, são parte da história passada, da sociedade na qual indivíduos vivem e agem, enfim, da história humana. Assim, o trabalho torna as relações entre o homem e a natureza mediadas por categorias sociais crescentemente mais complexas. Nisto reside o caráter central e decisivo do trabalho no mundo dos homens.

Com esta atividade, da qual surgem conexões, processos e objetividades qualitativamente novas, as leis da natureza são reorganizadas por um sujeito em novas combinações e relações. Para Lukács:

Isto significa que na sociedade as inter-relações entre organismo e ambiente se enriquecem e transformam pela inserção de outro elemento, a consciência, a qual adquire a função de aproveitar mais satisfatoriamente as reações nascidas do estímulo imediato, mediando-as. Esta inserção transforma por isso a relação imediata entre as necessidades do organismo e os meios para satisfazê-las em uma relação mediatizada (1981, p.382).

Essa mudança essencial operada com o trabalho implica que a satisfação de qualquer necessidade é mediada por meios conscientemente criados pelo homem trabalhador. Mesmo o ato de aproveitar, por exemplo, o fogo, ao cozer um alimento para satisfazer às neces-

sidades da fome, ainda que de forma bem primitiva, significa que a consciência exerce um papel na sua realização ao se apropriar das propriedades naturais do fogo e do próprio alimento e combiná-las em novas formas e relações adequadas para essa função. Esse ato deve ser precedido de uma demanda para a qual são elaboradas respostas na sua realização. Põe-se, assim, já na observação de um fenômeno primordial, a afirmação de Lukács quando define “Como todo ser vivo, o homem por natureza é um ser que responde”, pois cria o novo diante das próprias necessidades (p.281). Do ser material não brota espontaneamente qualquer objeto ou movimento diverso daquele manifestamente produzido pelo seu mero ser-em-si. Para que isso possa acontecer, é necessário um momento ideal; aquela

força motriz, criadora do novo ser social, é justamente a intenção que conduz aquele movimento material do trabalho que, no intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, traz para essas transformações, ou melhor, essas atuações de possibilidades reais. (p.385).

Neste sentido, a força material do trabalho age sobre a força material da natureza sem que, com isso, propicie qualquer superação do mundo material. Compete ao momento ideal descobrir as possibilidades contidas na objetividade material e reorganizá-las, conforme condições adequadas ao seu funcionamento, em uma esfera distinta da original, isto é, o ato do trabalho constitui processo de objetivação composto pela interação entre um momento ideal e um momento material real. Lukács afirma:

A novidade ontológica de tal intervenção na gênese do ser social, portanto, é que na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva, e é somente a análise atenta desta imagem e a sua aplicação sempre mais diferenciada à realidade, que torna possível a práxis material, a realização das posições teleológicas. Esta imagem, este reflexo da realidade na consciência dos homens, alcança por isso uma autonomia imediata na consciência, que está adiante como objeto próprio e específico e é só por isto que se tornam possíveis tais análises irrenunciáveis e o contínuo confronto entre os resultados destas e a realidade mesma. A posição teleológica demanda, por isso, uma determinada distância da consciência em relação à realidade, isto é, demanda que a relação do homem (da consciência) com a realidade seja colocada como relação sujeito-objeto. (p.386).

A análise da realidade objetiva, para sua adequada reorganização em novas bases, torna-se viável mediante uma novidade ontológica constituída pela imagem que se forma na consciência do sujeito que age, e essa novidade permite a realização da posição teleológica, pondo-a como objeto de reflexão por parte do sujeito. Esse refle-

xo da realidade objetiva na consciência adquire uma autonomia que exige a análise e o permanente confronto entre a realidade mesma e as próprias análises elaboradas no movimento de realização das ações. Com isso, evidencia-se a atividade de análise e síntese que o autor apreende como função da consciência. A autonomização da imagem na consciência do homem contribui para que a reprodução social supere aquela reprodução natural como puro epifenômeno da reprodução biológica. Esta última, caracterizada pela inter-relação com o ambiente e inseparável de tal processo, mantendo-se presa a reações físico-químicas do organismo. Além do mais, a autonomia da imagem na consciência do sujeito que age é concebida pelo autor como exigência para o estabelecimento de uma relação sujeito-objeto, momento de reconhecimento da distinção entre o sujeito que põe e a realidade objetiva sobre a qual age.

Pelo trabalho o homem, sem jamais perder a determinação natural da sua existência biológica, produz e desenvolve condições para sua própria interação com o ambiente, edificando uma nova forma de ser, a sociedade, cujos momentos dinâmicos são a ferramenta e o processo de trabalho, a palavra e a proposição. Para que esse complexo processual e unitário possa se realizar, todos os seus momentos são objetivados no pensamento e assim tornados autônomos. Então a consciência elabora análises e sínteses das quais resulta uma nova posição teleológica que deverá servir de base para repetir, modificar ou mesmo plasmar por completo a posição teleológica que a precedeu.

De modo que: “Análises e sínteses são por isso produtos da consciência e não momentos reais daquele processo real, sobre o qual a posição teleológica procura influir de várias maneiras” (p.391). A posição teleológica só pode tornar-se uma realidade do ser social quando consegue apreender adequadamente os momentos essenciais daquele ser que se propõe a transformar, ou seja, impõe o conhecimento adequado das leis que regem a objetividade.

Um objeto da natureza que não foi adequadamente trabalhado não se transforma em elemento ativo da produção e, portanto, não passa a fazer parte do ser social; trata-se de dispêndio de energia, sendo avaliado como resultado negativo, como insucesso. É neste ato de avaliar positiva ou negativamente o resultado do trabalho que emerge o valor enquanto categoria objetiva do ser social. Conforme Lukács: “Aqui vem à luz uma nova categoria – categoria no sentido marxiano de ‘forma de ser, determinação da existência’ – do ser social” (p.391) que pode influir decisivamente na práxis humana. Portanto:

O valor não surge da posição de valor, mas sim a partir da realidade objetiva, a partir da função objetiva vital do valor enquanto índice do trabalho bem-sucedido, que desenvolve as reações avaliativas subjetivas em relação à sua bem-sucedida ou malsucedida realização, em relação ao processo que produz o sucesso ou o insucesso. (p.392).

O valor não corresponde apenas a um momento ideal, e uma evidência desse fato é que o ser natural não conhece valor objetivo; somente no trabalho este adquire autonomia em relação ao processo de reprodução biológica, cabendo à consciência avaliar erros e acertos e elaborar sínteses básicas para organizar novas proposições. Mediante experiências concretas de fabricação e sua aplicabilidade a novos campos, a elaboração de análises e sínteses é constantemente aperfeiçoada. A premissa para que isso ocorra é justamente a autonomia da imagem da realidade na consciência do sujeito agente. Lukács adverte:

Tal autonomia não se baseia, como é óbvio, sobre a autonomia do ato da consciência do objeto da sua intenção, dos objetos da natureza, das suas leis, dos tipos de procedimento objetivamente possíveis para o sujeito na práxis. Ao contrário. De um lado, estes objetos estão diante do sujeito na dura imobilidade do seu ser-em-si, de outro lado, o sujeito da práxis deve, isto sim, submeter-se sem restrições a tal ser-em-si tentando conhecê-lo em termos os mais livres possíveis de preconceitos subjetivos, de projeções da subjetividade no objeto, etc., mas justamente por esta via, ele descobre no objeto, até então desconhecido, a transformação que realiza no meio, no objeto do trabalho, etc., que dá vida ao intercâmbio orgânico entre homem (sociedade) e natureza, não só sobre o seu fundamento, mas na produção do novo em geral. Tal prioridade do ser-em-si demonstra-se incontestável pelo fato de que um trabalho (práxis) bem-sucedido é possível somente quando a consciência percebe, reproduz no pensamento, capta os objetos do mundo externo de maneira correspondente ao ser-em-si (p.393).

Portanto, o conhecimento não tem base simplesmente numa autonomia do momento ideal em relação à intencionalidade perante o objeto e também aos procedimentos disponíveis ao sujeito; este último necessariamente terá de adotar certa neutralidade diante do desconhecido, buscando suas legalidades e conexões o mais objetivamente possível. Neste sentido há uma inegável prioridade do objeto sobre o sujeito da práxis, e somente o conhecimento o mais aproximado possível do seu ser em-si permite a reprodução correta, no pensamento, do caminho mais adequado ao sucesso da realização previamente estabelecida na consciência do sujeito ativo.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da subjetividade, tal fenômeno não se trata de simples contemplação, nem de pura captação

passiva do objeto por parte da consciência. O sujeito tem um papel ativo; sem a posição do sujeito não se torna viável seja a percepção, seja a reprodução da imagem na consciência, seja o conhecimento prático e relevante sobre a objetividade material. Pois a posição teleológica dirigida à ação de transformar o mundo objetivo elabora a seleção ante a infinitude intensiva e extensiva dos objetos e processos naturais, que torna possível confrontar as possibilidades reais de um comportamento prático no sentido de transformar o ser objetivo. Por esse meio o homem age praticamente na vida cotidiana e também no campo do conhecimento mais elaborado com base em posições teleológicas. Significa que:

A posição teleológica provoca não só uma delimitação e uma seleção no ato de reproduzir a imagem, mas no seu âmbito – e além desse âmbito – provoca também uma orientação em direção àqueles momentos do existente-em-si, os quais, por seu meio, devem e podem ser colocados na relação desejada, na conexão desejada, etc. Esta orientação, enquanto modo concreto de posicionar-se, é diversamente organizada nas diversas posições teleológicas, e não só por aquilo que concerne ao conhecimento intelectual, no qual tal posição atinge o seu ápice no quadro da consciência, mas em cada percepção, em cada observação cujos resultados são elaborados e recolhidos conjuntamente na unidade da posição pela consciência que pensa e que põe (p. 394).

Como se pode observar, todas essas considerações referentes à relação sujeito-objeto remetem à importância da consciência na transformação do homem em ente humano-genérico. A função ativa da consciência na posição teleológica é um elemento novo do ser social, mas “o novo está sobretudo no fato de que a imagem produzida pelo sujeito cuja fidelidade é desejada, mas que não é ‘fotográfica’ sob qualquer ponto de vista, adquire sua autonomia no processo vital desse mesmo sujeito”(p.396). Fixada como objeto para a consciência e tendo autonomia ante esta, pode ser conduzida pelo sujeito como conhecimento acumulado, servindo de base para novas posições teleológicas:

Trata-se de um objeto para a consciência que analisa a aplicabilidade a casos imediatamente diversos e cuja correção submete a contínuas provas, à completude e à utilidade, etc. E sob a base desses repetidos exames da imagem será depois decidido se as posições teleológicas futuras serão simples repetições daquelas já efetuadas, ou baseando-se na práxis sucessiva será uma posição teleológica mais ou menos modificada ou até totalmente reestruturada (p. 396).

O comportamento especificamente humano ante o mundo exterior no qual se efetiva uma relação sujeito-objeto pode ser compreendido em sua peculiaridade, “quando for clara a real estrutura e

dinâmica deste duplicar-se do mundo dos objetos, a sua divisão em objetos reais e imagens para a consciência” (p.396). Trata-se efetivamente de uma relação na qual o homem se põe diante do objeto, realiza experiências que avalia como bem ou malsucedidas, fixa sua imagem na consciência e essa imagem pode ser registrada e conduzida para outros lugares através de palavras e conceitos elaborados no pensamento. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho tornam-se possível porque as posições teleológicas dispõem cada vez mais de um elenco desses meios com relação à realidade objetiva.

Até mesmo a mais primitiva e pouco habilidosa posição teleológica do trabalho já provoca um processo que em sua dinâmica evolutiva é ilimitado, desde que a sociedade nela fundada não ofereça estruturalmente uma insuperável resistência à criação do novo. Resulta, assim, que uma posição teleológica provoca sempre outras posições teleológicas e deste processo surgem totalidades complexas; estas fazem com que a relação entre o homem e a natureza se torne sempre mais realizada em termos exclusivamente sociais.

A permanente reprodução do trabalho e da divisão do trabalho em seu desenvolvimento tende a obscurecer que determinadas mudanças na atividade humana, em suas relações, têm origem ontológica na troca orgânica da sociedade com a natureza, a partir do que o próprio homem se transforma. Frequentemente a interpretação de tais processos desconsiderou a dialética entre “vontade consciente e o quanto nos homens é produzido espontaneamente pelo desenvolvimento” (p.81).

Lukács compreende que não se trata nem de atribuir ao sujeito um papel autônomo, nem de atribuir um misterioso poder mecânico ao ambiente. É a troca orgânica com a natureza que põe alternativas às quais o homem deve responder com decisões alternativas ativas. No curso da execução prática dessas posições teleológicas atualizam-se possibilidades e,

como, em seguida, as alternativas postas e desenvolvidas corretamente, -- corretamente no sentido que correspondem ‘a exigência do dia’ -- são fixadas socialmente, são engastadas na reprodução social dos homens, elas, deste modo, se tornam partes integrantes do *continuum* da reprodução social dos indivíduos e da sociedade e se consolidam como, de um lado, crescimento da capacidade vital da sociedade no seu todo e, de outro, difusão e aprofundamento das faculdades individuais dos homens singulares (p.181-2).

Mediante essas reflexões, o autor realça a dialética interna do processo de reprodução social do homem, justamente a dialética

da objetivação como processo criador da sociabilidade e da individuação pela qual se forjam as individualidades, de cujo intrincado complexo de interações emerge e se configura o processo de constituição da personalidade humana.

1.2 Objetivação/ exteriorização e personalidade

No processo de trabalho, realiza-se simultaneamente a objetivação do objeto e a exteriorização do sujeito humano, do que resulta um produto como materialização de um projeto previamente elaborado pelo homem. A personalidade se revela no produto do trabalho como expressão da exteriorização dos sujeitos no ato de criar novas objetivações. Evidência disso está no fato de que

se observarmos o trabalho material, nos simples produtos laborativos, com frequência é possível reconhecer ‘a mão’ (a personalidade) do seu produtor e isto desde os primeiros tempos até os nossos dias.b (p.403).

Nestas assertivas pode-se ver uma efetiva conexão entre trabalho e personalidade como momento no qual, em todos os tempos, o sujeito deixa no objeto produzido a marca da sua capacidade individual, traços da sua individualidade.

Contudo, o modo de expressar-se da exteriorização apresenta um desenvolvimento desigual na dinâmica histórica. Em sociedades que antecederam o capitalismo, nas quais predominava a produção individual e artesanal, a exteriorização do sujeito deixava impressa no produto a marca, “a mão” do produtor, revelando a personalidade do seu criador de modo mais intenso do que a partir do modo de produção capitalista, quando a exteriorização tende a desaparecer dos produtos do trabalho. Há que se considerar que o modo artesanal propiciava o desenvolvimento da perícia de um trabalhador acumulada por várias gerações e passada de pais para filhos, criando a virtuosidade dos artesãos em vários aspectos, já que durante toda uma vida aperfeiçoavam suas habilidades e suas capacidades na criação de produtos individualizados. As atividades eram heterogêneas, pois, como já fora visto por Marx, um “artesão que executa, um após outro, os diversos processos parciais da produção de uma obra, é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos” (MARX, 1983, p.270). Além disso, cada trabalhador dominava por inteiro o processo de produção de cada objeto. Nesse trabalho unificado as individualidades imprimiam muito mais fortemente caracteres da sua criação pessoal, objetivando-se e exteriorizando-se, ao mesmo

tempo, no produto.

O surgimento do modo de produção propriamente capitalista traz mudanças neste sentido, a propósito do que fala Lukács:

Na manufatura, ao contrário, um processo de trabalho unitário, que antes era realizado por trabalhadores singulares, é fragmentado em operações parciais qualitativamente diferentes entre si. Atribuindo em seguida a cada trabalhador uma só dessas operações como sua única e constante tarefa, [...] o trabalhador que na corporação era capaz de realizar vários trabalhos, se reduz a um limitado virtuoso capaz de realizar apenas alguns gestos sempre repetidos (1981, p.307).

A manufatura produz um outro tipo de virtuosidade,

a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-las sistematicamente ao extremo. (MARX, 1983, p.271).

Mas na manufatura, a exteriorização tende a desaparecer do produto do trabalho sob a influência da desantropomorfização, em outras palavras, com a introdução ainda que incipiente da ciência na realização do processo de produção. Conforme Lukács,

só a desantropomorfização do trabalho, iniciada como uma forma em si não ainda conseqüente, com a divisão do trabalho na manufatura, o momento da exteriorização vai pouco a pouco desaparecendo destas objetivações. Mas também neste caso somente tendencialmente, já que, embora a presença objetiva da exteriorização habitualmente apareça nos últimos atos laborativos executados por trabalhadores singulares, a projeção geral de um tipo de produto, o seu 'estilo', pode, todavia, expressar a marca de uma exteriorização (1981, p.403).

Neste sentido, o modo de produção manufatureiro desantropomorfiza o processo de trabalho e põe limites à exteriorização do sujeito nas objetivações, gerando uma tendência à despersonalização dos produtos em termos das expressões individuais. Para uma maior clareza, a desantropomorfização “é simplesmente aquele tipo de reflexo da realidade (e o seu uso na práxis) que a humanidade criou para conhecer esta última no seu ser-em-si com a máxima adequação possível” (p.309). Como formas de reflexo da realidade, “tendências à desantropomorfização do conhecimento aparecem muito cedo, por exemplo, com a geometria e a matemática e estas já na Antiguidade alcançam formas bastante desenvolvidas” (p.309). Portanto, a desantropomorfização na manufatura é um reflexo cientificamente orientado para o conhecimento da práxis do trabalho e do modo mais adequado de realizá-lo de forma precisa para obter

um resultado melhor.

Esse emprego do conhecimento científico, de modo ainda pouco consequente, integra a produção manufatureira que revolucionou o modo de produção ao reunir numa mesma oficina as distintas atividades artesanais num processo coletivo de produção. A divisão do trabalho criada na manufatura eliminou a heterogeneidade das ações do trabalho unitário, uniformizou e fragmentou as ações dos indivíduos, transformando-as em atos repetitivos e rotineiros, não permitindo sua exteriorização nos moldes até então existentes. A entrada da ciência na produção tende a se ampliar, contribuindo para um processo contraditório, visto por Marx no sentido de que

quanto mais a ciência natural interveio de modo *prático* na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve de completar, de maneira imediata, a desumanização. (MARX, 2004, p.111-2).

Configura-se um entrelaçamento entre o impulso para a emancipação e processos alienantes de exploração entre os homens.

A nova forma de produção manufatureira põe limites à exteriorização dos traços subjetivos individuais nos produtos do trabalho e, assim, estes produtos se apresentam mais despersonalizados que na produção unitária do tipo artesanal. Mas, para Lukács, este movimento é apenas tendencial, pois “a projeção geral de um tipo de produto, o seu ‘estilo’, pode, todavia, expressar a marca de uma exteriorização” (1981, p.403). Assim, tem-se que a produção manufatureira tende a diminuir a marca da personalidade do produtor, mas não a elimina inteiramente: ela aparece na projeção geral de um tipo de produto. Assim, a sociabilização crescente da sociedade modifica o *quantum* e a forma de expressão da exteriorização dos sujeitos singulares nos produtos do trabalho. Isso não significa o seu completo desaparecimento, mas os produtos tendem a apresentar-se menos personalizados, expressando menos a exteriorização do sujeito individual.

A exteriorização se manifesta também na linguagem, e Lukács faz indicações acerca da relação entre exteriorização e personalidade no âmbito dessa categoria. Contudo, na linguagem a desigualdade do desenvolvimento quanto à exteriorização do sujeito apresenta caráter diverso do trabalho, conforme o autor:

O aumento do grau de sociabilidade, a integração crescente, aqui não produz de imediato alguma uniformidade desantropomorfizante. É verdade que a maior socialização cria frequentemente estereótipos linguísticos, etc., completamente

despersonalizados, mas ao mesmo tempo se amplia também o caráter de exteriorização individual da linguagem. Diferentemente dos estádios precedentes, torna-se mais fácil reconhecer as pessoas, captar sua individualidade, a escolha das palavras, do seu vocabulário, dos seus modos sintáticos, etc. (p.403).

No campo da linguagem, os efeitos da sociabilização crescente não apresentam tão fortemente o caráter uniformizador da desantropomorfização. Se em momentos sociais anteriores a exteriorização do sujeito no ato da produção exibia nos produtos os traços pessoais do autor e a manufatura tende a diminuir a personalização desses produtos, na fala ocorre um movimento inverso. Com o avanço da sociabilização, a fala tende a se mostrar menos despersonalizada que os produtos do trabalho e assim “torna-se mais fácil reconhecer as pessoas, captar sua individualidade”, o modo particular de exteriorização do indivíduo. Embora uma maior sociabilização crie “frequentemente estereótipos linguísticos, etc., completamente despersonalizados”, com ela “se amplia também o caráter de exteriorização individual da linguagem” (p.403).

Deste modo, com o desenvolvimento social, os indivíduos humanos se exteriorizam na linguagem de forma mais individualizada, revelando mais facilmente através dela sua personalidade do que em sociedades precedentes. Assim sendo, embora Lukács não torne clara a razão pela qual isso ocorre, ele estabelece o vínculo entre personalidade e exteriorização no trabalho e na linguagem, no sentido de que, nestes atos, embora de forma diferenciada, a exteriorização expressa a essência do indivíduo.

Feitas essas considerações acerca do vínculo entre exteriorização e personalidade, passaremos agora a analisar o caráter essencial da exteriorização. Lukács assegura que o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho se tornam possíveis também porque as posições teleológicas podem dispor de conceitos cada vez mais seguros e refinados sobre as coisas e os processos da realidade. Para o autor:

Quando dizemos conceitos, falamos ao mesmo tempo de palavras e proposições. O nascimento simultâneo de trabalho e linguagem tem aqui a própria base ontológico-genética. Como demonstra o discurso feito até agora, aqui vem à luz o momento basilar do ser social e devemos ocupar-nos detalhadamente do seu caráter geral: a objetivação do objeto e a exteriorização (*Entäußerung*) do sujeito, que formam como processo unitário a base da práxis e da subjetividade humana (p. 397).

Ele estabelece um duplo movimento na objetivação como momento basilar do ser social. De um lado a objetivação, de outro a

exteriorização Em princípio essa separação tem uma direção bem precisa: trata-se de recusar a identidade entre objetivação e alienação difundida na Filosofia Moderna por Hegel. Essa identidade traz como consequência negativa que toda objetivação/exteriorização humana pode ser compreendida como uma alienação e vice-versa. Nosso autor considera inquestionável que entre exteriorização (*Enttäusserung*) e alienação (*Entfremdung*)⁷ há uma relação íntima, já que

a alienação pode surgir somente da exteriorização, se a estrutura do ser não colocar esta última no centro, determinados tipos de alienação não podem manifestar-se de modo nenhum. Mas quando se enfrenta este problema não se deve nunca esquecer que ontologicamente a origem da alienação na exteriorização não significa em nada que estes dois complexos sejam univocamente e incondicionalmente o mesmo (p.397-8).

Neste sentido, a exteriorização constitui base ontológica da alienação, entretanto entre as duas não há uma identidade; são manifestações distintas do processo real. Lukács se apoia em Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* quando da sua crítica ao idealismo hegeliano sobre a redução da alienação ao pensamento abstrato, lógico-especulativo. Em sua crítica, Marx adverte sobre a afirmação de Hegel:

O que constitui a essência da alienação tal como ela existe e como deve ser superada não é que o ente humano se *objetive* a si mesmo de *modo inumano*, em oposição a si próprio, mas porque se *objetiva* a si mesmo na *distinção* e na *oposição* ao pensamento abstrato. (MARX *apud* LUKÁCS, 1981, p.398, grifos na obra).

Isto ocorre segundo Marx porque,

⁷ Na versão italiana *Enttäusserung* está traduzida como *Alienazione* e *Entfremdung* como *Estranazione*. Aqui estamos optando pela tradução de *Enttäusserung* como Exteriorização porque, devido a seu preciso caráter, não deve ser confundida com Alienação. Por sua vez usamos a tradução *Estranazione* (*Entfremdung*) por Alienação, correspondendo àquele momento negativo pelo qual Lukács define essa categoria do ser social. Em *Mundo dos Homens* (2002), Sérgio Lessa usa o termo Estranhamento para a tradução de *Entfremdung*, ou seja, da Alienação conforme denominamos; portanto, Estranhamento e Alienação são ambos usados em português para tradução do termo alemão *Entfremdung* sobre o qual Marcelo Backes debate em Nota à tradução de *A sagrada família* de Karl Marx pela Boitempo (2003). O tema da Alienação é intimamente associado ao da exteriorização, mas, como tema em si, extrapola nosso objetivo e somente nos referiremos a essa categoria naquilo que for indispensável ao problema de análise da personalidade.

Para Hegel, *o ser humano, o homem é equivalente à autoconsciência*. Consequentemente, toda a alienação do ser humano se reduz à *alienação da autoconsciência*. A alienação da autoconsciência não se considera como a *expressão*, refletida no saber e no pensamento, da alienação *real* do ser humano. (MARX, 2004, p.125).

Neste caso, Marx se contrapõe a Hegel no sentido de que o segundo não vê na alienação um reflexo no pensamento da alienação humana existente no real, não uma categoria objetiva, mas puramente ideal. Uma postura derivada do fato de Hegel não ter conseguido apreender o homem como ser sensível, objetivo, mas como autoconsciência.

Na interlocução com Hegel, Marx também faz referência à exteriorização nos seguintes termos:

Que o homem seja um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, real, sensível, objetivo, significa que ele tem *objetos reais, sensíveis* como objetos do seu ser, ou que pode *exteriorizar* a própria existência só em objetos reais, sensíveis. (MARX *apud* LUKÁCS, 1981, p.182, grifos na obra).

A exteriorização aparece em Marx aliada à concepção de homem como ser concretamente existente, que como tal se exterioriza em “objetos reais sensíveis”. Neste sentido, referida ao próprio processo ontológico pelo qual o homem produz objetivamente a vida social.

Na esteira de Marx, Lukács retoma num primeiro momento o problema da exteriorização (*Entäußerung*) e deixa a alienação (*Entfremdung*) para momento posterior, ao qual dedica o último capítulo da *Ontologia*. Sobre a exteriorização, ele argumenta:

Neste ponto, a crítica de Marx a Hegel é radical e extremamente precisa. À concepção hegeliana segundo a qual a objetividade surge da exteriorização e sua realização verdadeira e autêntica pode ser admitida só pela superação de toda objetividade, ele contrapõe a originariedade ontológica da objetividade: ‘Um ser que não tenha algum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro não tem nenhum ser como seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, o seu ser não é nada objetivo. Um ser não objetivo é um *não-ser*’ (1981, p. 398).

Para nosso autor, com essa reflexão Marx expressa que, em Hegel, a exteriorização, vista como categoria inteiramente ideal, dá origem à objetividade. Esta “surge da exteriorização”, de modo que sua existência real se manifesta na “superação de toda objetividade”, um idealismo extremado com o qual não concorda porque não corresponde ao real. A isto Marx contrapõe a existência ontologicamente

originária da objetividade, “um ser não objetivo é um *não-ser*”, simplesmente não é ser. Daí resulta que todo ser tem necessariamente caráter objetivo, portanto uma acepção mais ampla na qual não só a objetividade natural tem esse caráter, mas a subjetividade é uma categoria objetiva, com força material na reprodução do mundo dos homens.

No prosseguimento de sua análise da exteriorização em Hegel como momento de pura autoconsciência, Lukács abstrai daí que

o processo que o idealismo hegeliano concebe como gênese da objetividade (e correspondentemente, como anulação da objetividade no sujeito) desenvolve-se na realidade e, segundo Marx, em um mundo objetivo já desde a origem, como reação de entes reais, ou seja, objetivos, à própria realidade primária, imprescindivelmente objetiva. (p.398).

Lukács compreende a exteriorização como um processo que se desenvolve em um mundo objetivo no qual entes reais reagem à realidade modificando-a para satisfação de suas necessidades. Essa realidade é “imprescindivelmente objetiva”, não pode ser anulada no sujeito, em outros termos, não é idêntica à autoconsciência. Acrescenta:

A oposição dinâmica do ser social com a natureza, donde ele se desenvolve exclusivamente e em interação, com a qual tem a possibilidade de existir, não assume, portanto, o ponto de vista da contraposição hegeliana entre objetividade exteriorizada e sua superação mediante a anulação no sujeito, mas ao contrário, o ponto de vista da posição na qual o homem, já objetivo, mesmo enquanto mero ente natural, no trabalho progride até objetivar essa vida genérica, na sua dinâmica, consciente, na genérica inter-relação com a objetividade da natureza (p. 398-9).

Para o autor húngaro, não há consistência na proposição idealista hegeliana; ao contrário disso, seu ponto de vista expõe a explicitação da objetividade do ser social e sua base ontológico-real como momentos efetivamente existentes no mundo objetivo. Não resta, assim, qualquer possibilidade de que o homem possa ser concebido idealmente como autoconsciência, mediante a identidade sujeito-objeto. Portanto, as categorias essenciais deste ser são, também elas, seguramente objetivas.

Reafirmada a aproximação com o pensamento de Marx quanto ao caráter de ser do ser social no sentido natural e subjetivo, a reflexão de Lukács segue agora no sentido de definir o momento da objetivação:

Com a objetivação temos aquela fundamental categoria objetiva do ser social que exprime ao mesmo tempo a identidade ontológica última de todo ser (objetividade em geral) e a não identidade na identidade (objetivação no ser social versus mera objetividade no ser natural). (p.399).

A objetivação é uma categoria fundamental do ser social, mas como processo que transforma a objetividade existente em uma nova objetividade, expressa “a identidade ontológica última de todo ser”, permitindo demonstrar que todo ser é objetivo. Além disso, que entre o ser social e o ser natural há uma “não identidade na identidade”: enquanto a natureza é mera objetividade, sem qualquer consciência que a preceda, o ser social compreende um processo de objetivação cuja objetividade resulta de um ato teleológico. As objetividades sociais adquirem uma identidade não mais natural; são objetivações realizadas pelos homens, enquanto realidades objetivas têm o caráter de “um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência” (p.20). Ao mesmo tempo não se confunde com o ser em geral porque, distinguindo-se dele no seu caráter essencial, o ser social mantém a unidade com essa mesma totalidade.

Lukács vê o processo de objetivação como uma via de mão dupla na qual, ao criar o novo, o sujeito transforma a realidade material existente e se recria como ser humano. Aqui revela um aspecto fundamental e decisivo para o problema da personalidade, qual seja,

o fato de que, por um lado, a totalidade da sociedade no seu processo histórico de reprodução e, por outro lado, o homem, desenvolvendo-se da mera singularidade à individualidade, formam os dois polos cuja inter-relação é a característica essencial desse complexo do ser, pelo fato de que precisamente neste torna-se visível a essência não mais muda do gênero humano (p. 402).

É preciso reforçar este aspecto de que o processo de objetivação do ser social é um movimento bipolar e inter-relacionado: “por um lado, a totalidade da sociedade no seu processo histórico de reprodução e, por outro lado, o homem, desenvolvendo-se da mera singularidade à individualidade”. Essa inter-relação caracteriza o ser social porque na dinâmica do seu desenvolvimento “torna-se visível a essência não mais muda do gênero humano”. Está evidenciado, portanto, como nosso autor leva em conta que o homem evolui sempre em duplo sentido, o da reprodução histórica e o de sua transformação de pura singularidade em individualidade, movimento no qual constitui a sua essência humano-genérica.

Por sua vez, recorda que, “segundo Marx, a riqueza espiritual de um indivíduo depende da riqueza das suas relações com o mundo” (p.402). Neste sentido:

Se agora considerarmos mais de perto as relações das quais fala Marx, aparece claro que elas não podem ser entendidas como algo ‘exterior’ ao homem, com a qual sua ‘interioridade’ se encontraria numa relação de mera contraposição, de exclusão recíproca. (p.402).

Nas relações do homem com o mundo, a vida interior do indivíduo e suas relações com este mesmo mundo não podem excluir-se inteiramente, coexistindo na interação dialética pela qual o homem transforma o real e neste mesmo processo se transforma em ente humano genérico. Lukács reafirma este aspecto da relação sujeito-objeto logo em seguida:

Como todas as expressões do homem, a começar pelas fundamentais como o trabalho e a linguagem, até objetivações do mais alto valor, são sempre necessariamente posições teleológicas. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do homem com o mundo é uma inter-relação na qual se tem uma ação inovadora, transformadora, permanente do sujeito sobre o objeto e do objeto sobre o sujeito, na qual nem uma nem outra componente pode ser concebida isoladamente, separada do par positivo, isto é, de modo autónomo (p.402).

Assim, Lukács reafirma a não-identidade de sujeito e objeto em toda práxis humana. Ao mesmo tempo mostra que o homem somente existe na inter-relação com a realidade social objetiva: o homem e a totalidade social são polos ontológicos do mesmo processo de desenvolvimento humano, a unidade entre estes dois polos é indissolúvel. Comenta então que “isto não foi levado em conta nem pelo marxismo vulgar, nem em geral pela filosofia burguesa” (p.402). Devido à existência dos polos ontológicos da sociabilidade e da individuação, heterogêneos entre si, mas indissolúveis na sua unidade, ou seja, quando, ao contrário do que foi visto pelo materialismo vulgar e pela filosofia burguesa,

tem-se presente a indissolubilidade ontológica – mesmo na sua imediata heterogeneidade – destes dois polos sólidos do ser social, torna-se claro que cada ato de objetivação do objeto da práxis é ao mesmo tempo um ato de exteriorização do seu sujeito. (p.402).

Na práxis humano-social, ao objetivar um novo objeto o sujeito se exterioriza, expressa, ao mesmo tempo, a sua interioridade de sujeito criador e, como vimos, pode ser reconhecido no próprio

produto do trabalho, na fala e inúmeras outras formas, de tal modo que constitui também um processo objetivo. Em momento posterior retoma essa temática da duplicidade da objetivação em dois momentos, afirmando:

me permiti, no capítulo anterior, diferenciar um pouco no plano terminológico o ato de trabalho. O leitor certamente recordará que, enquanto Marx o tinha descrito com uma terminologia unitária, ainda que variada, eu analiticamente o separei em objetivação e exteriorização (*Entäusserung*). No ato real, em verdade, os dois momentos são inseparáveis: cada movimento e cada reflexão do trabalho em curso (ou antes), são dirigidos, em primeiro lugar, a uma objetivação, ou seja, a uma transformação teleologicamente adequada do objeto do trabalho (p.563-4).

Lukács separa analiticamente o ato do trabalho em objetivação e exteriorização, embora entenda que no ato real os dois momentos sejam indissociáveis. Contudo, no curso de um longo processo histórico, a relação entre objetivação e exteriorização apresenta desigualdades no seu desenvolvimento. O filósofo húngaro faz algumas considerações sobre o processo em contínua mudança nessa relação, quando diz:

Não é nossa tarefa descrever aqui, nem mesmo resumidamente, a relação histórica em contínua mudança, também qualitativa, entre objetivação e exteriorização. Está certo que, no início, dominavam as componentes da objetivação, embora justamente naquele tempo o trabalho objetivado devesse ter notáveis efeitos retroativos e transformadores sobre seu sujeito; e embora seja quase impossível que diferenças como a habilidade, a criatividade, etc., não tenham, já nos estádios mais primitivos, deixado também no produto traços materiais da subjetividade auto exteriorizante/objetivante (p. 402-3).

Significa que não se trata de um desenvolvimento homogêneo. Ele apresenta desigualdades, por esse motivo não há uma identidade entre os dois momentos, sendo distintos também substancialmente. De início a objetivação predomina sobre a exteriorização, mas ele reconhece que, mesmo nos primórdios, o trabalho objetivado retroage sobre o sujeito, deixando nos produtos traços peculiares aos diversos indivíduos. Assim, ainda que os componentes da objetivação dominassem o processo, não havia como o objeto não se tornar portador dos traços referentes às diferentes expressões de capacidades individuais, como habilidade e criatividade do seu produtor. Mesmo em estádios com condições materiais de existência pouco desenvolvidas e poucas possibilidades de expansão das individualidades, as objetivações continham marcas peculiares às personalidades dos diferentes indivíduos singulares. Afirma, ainda:

Foi, porém, necessário um longo desenvolvimento, muito desigual, para que a exteriorização de um lado se elevasse a um certo grau de autoconsciência e de outro tivesse garantido no processo geral um lugar seu, que não coincidissem mais com a mera validade ou não-validade objetiva (hábil/inábil) que comparece já no estágio da simples singularidade, mas na qual ela se tornava a exteriorização real de uma existência humana presente (ainda se em termos relativos no plano social) realmente (p. 403).

Portanto, a exteriorização somente garantiu o seu lugar no processo social como um todo no percurso de um longo e desigual desenvolvimento. Esse lugar já não coincide mais com a simples alternativa de reconhecer a validade ou não do objeto resultante do ato de trabalho, típico de fases em que os produtos do trabalho constituíam simples valores de uso. Como se pode perceber, essa exteriorização guarda ligação com o ato de valorar realizado pelos indivíduos singulares, mas não se confunde com ele, visto que a singularidade ali existente também expressa “a exteriorização real de uma existência humana presente” no plano social, estando relacionada à vida da qual o indivíduo faz parte, ainda que isso deva ser pensado em termos relativos.

O desenvolvimento humano compreende então

um processo ontologicamente unitário, no qual se verifica simultaneamente o sociabilizar-se da sociedade, o dirigir-se da humanidade a uma genericidade real, no sentido da essência-em-si, e o desdobramento da individualidade humana (p.403).

Corresponde ao desenvolvimento da sociabilidade humana no sentido das forças produtivas, e o da individuação, em que as singularidades desenvolvem-se em individualidades e personalidades. No plano histórico-social esses dois momentos expressam diferenças ontológicas efetivamente existentes:

a sua essência é que a relação em-si unitária sujeito-objeto, que está na base de sua unidade, na objetivação atua como uma mudança do mundo dos objetos no sentido da sua sociabilização, enquanto que a exteriorização é o veículo, promove o desenvolvimento do sujeito na mesma direção (p.404-5).

O processo de reprodução social se efetiva mediante o recuo das barreiras naturais; neste, os momentos sociais predominam cada vez mais sobre os momentos naturais. Com isso a objetivação vai se tornando mais e mais complexa; sua já complexa unidade e seus elementos constitutivos, como a própria objetivação e a exteriorização, vão se tornando mais heterogêneos entre si. O que equivale a dizer que entre a reprodução da totalidade social e dos indivíduos, o

afastamento das barreiras naturais possibilita o surgimento de heterogeneidades cada vez mais intensas, as quais, ao invés de romperem esta unidade ontológica, apenas a reforçam, tornando-a ainda mais rica e mediada.

Assim, a objetivação é momento decisivo da sociabilidade, enquanto a exteriorização é o veículo mediante o qual tem origem a individuação. Isto não significa a perda da univocidade ontológica dos dois atos; mais precisamente, tem-se um processo de reprodução social composto por dois momentos distintos e indissociáveis, a individuação e a sociabilidade efetivamente reais, que, em sua unidade não se configuram como identidade. Nos distintos efeitos de retorno da objetivação e da exteriorização sobre o sujeito do trabalho, Lukács mostra diferenças expressivas no modo de agir dos indivíduos. Diferenças por vezes contrapostas, mas reveladoras da personalidade e dos próprios conflitos decorrentes da práxis social. Em suas palavras,

os mesmos atos do trabalho podem e, aliás, sob o domínio de um determinado modo de trabalhar, devem provocar no próprio sujeito divergências socialmente bastante relevantes. É aqui que vem à tona a divergência dos dois momentos. Enquanto a objetivação é imperativa e claramente prescrita pela respectiva divisão do trabalho e, por conseguinte, desenvolve nos homens, por força das coisas, as capacidades a ela necessárias (naturalmente que nos referimos apenas a uma média exigida pela economia, na qual as diferenças individuais, também sob esse aspecto, jamais são canceladas completamente; contudo, isso não muda a substância da coisa), o efeito de retorno da exteriorização (*Enttäusserung*) sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado (p.564-5).

Nos próprios atos do trabalho como portadores de objetivação e exteriorização está a fonte de “divergências socialmente bastante relevantes” por parte do sujeito. A objetivação se articula imperativamente à divisão do trabalho e retroage sobre o sujeito para desenvolver nos homens capacidades imediatamente necessárias ao exercício da função social da qual o indivíduo está investido. Neste sentido a sua ação se dá com vistas a criar “uma média exigida pela economia”. Este fato não cancela inteiramente as diferenças individuais, mas, de qualquer modo, especialmente a realização do trabalho coletivo, a divisão do trabalho etc. impõem o desenvolvimento de capacidades humanas em termos de alcançar uma média real de comportamentos que tendem à homogeneização, à univocidade de ações.

Por força das exigências do trabalho a objetivação se dirige justamente a provocar nos indivíduos comportamentos impulsionadores do desenvolvimento das forças produtivas e, por sua vez, o desen-

volvimento das capacidades daí decorrentes impulsiona indivíduo e sociedade a um patamar de sociabilidade crescente. Mas o autor também argumenta que “o efeito de retorno da exteriorização (*Entäußerung*) sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado”. A ação da exteriorização sobre o sujeito ocorre de modo diverso da objetivação e dela resultam consequências quanto à apreensão da personalidade como mero resultado do desenvolvimento das capacidades humanas. Levemos em conta que:

Certamente, a ação favorável ou desfavorável do desenvolvimento das capacidades humanas sobre as personalidades dos homens é um fato objetivo e uma tendência social geral que age objetivamente. E é verdade, parece ela também produzir uma média social, mas esta é qualitativamente diferente daquela que vem a ser por causa das objetivações. Esta última é uma média real que – em relação ao trabalho concreto – prevê apenas um mais ou um menos no cumprimento das tarefas concretas, enquanto do ponto de vista da exteriorização (*Entäußerung*), pode haver modos de comportamento completamente contrapostos (p.565).

O trabalho em seu histórico processo de objetivação inegavelmente desenvolve as capacidades humanas e efetivamente esse desenvolvimento atua favorável ou desfavoravelmente sobre a personalidade. Contudo, a objetivação e a exteriorização não agem qualitativamente da mesma forma sobre o sujeito, pois “o efeito de retorno da exteriorização (*Entäußerung*) sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado” e o comportamento médio que parece produzir é qualitativamente diferente, dado que, “do ponto de vista da exteriorização (*Entäußerung*), pode haver modos de comportamento completamente contrapostos”. Enquanto a objetivação tende a homogeneizar o comportamento do sujeito na realização do trabalho, gerando “uma média real que – em relação ao trabalho concreto – prevê apenas um mais ou um menos no cumprimento das tarefas concretas”, a exteriorização propicia o desenvolvimento interior no sentido da constituição da individualidade, conseqüentemente, da personalidade, de modo diverso. Os efeitos retroativos da exteriorização sobre o sujeito atuam como momento fundamental ao desenvolvimento da individualidade no sentido da diversidade dos comportamentos singulares. Desse modo, exerce um considerável peso no surgimento e explicitação da personalidade em termos da heterogeneidade de comportamentos que os diversos indivíduos podem apresentar. Neste ponto se esclarece o pensamento de Lukács, quando afirma em outro momento:

O desenvolvimento do processo de trabalho, do campo de atividade, tem, porém outras conseqüências, dessa feita indiretas: antes de tudo, o surgimento e

a explicitação da personalidade humana. Essa tem, como base inevitável, a elevação das capacidades, mas não é sua simples e linear consecução (1978, p.15).

Um dos aspectos centrais no efeito de retorno da exteriorização sobre a interioridade do sujeito reside em criar nele múltiplas percepções da realidade, promovendo a diversidade de atitudes dos indivíduos ante o mundo que o cerca e os outros indivíduos. Nisto se constitui neste plano subjetivo a raiz das divergências dos comportamentos individuais. Os indivíduos podem apresentar não só distintos, mas conflitantes comportamentos no trabalho e na vida privada que refletem um diversificado modo de expressar-se da consciência individual. À medida que o indivíduo se exterioriza ante a realidade, sua individualidade tende a manifestar-se em seus atos, revelando diferentes modos de expressão das individualidades e seus modos de exteriorização até no âmbito dos antagonismos sociais relevantes.

Lukács rememora que Marx, em *A miséria da Filosofia*, já trata da constituição do proletariado como “classe para si mesma”, referindo-se à prática de resistência que o operariado exerce contra o capital naquele determinado momento da ordem burguesa (cf. 1981, p.565). Ao remeter o problema ao ponto de vista da subjetividade, chama a atenção para a diversidade de atitudes de cada indivíduo num tal processo perante o conjunto dos trabalhadores:

“Todavia, tal resistência nunca envolveu toda a classe. A gama que vai desde os heróis totalmente dedicados à luta de classe, até aqueles que surdamente se submetem e talvez até os fura-greves, pode naturalmente ser apresentada em termos técnico-estatísticos, mas nunca se poderá tirar uma média real. Com efeito, teríamos uma soma e um reagrupamento sociais de pessoas que por este modo de exteriorizar-se individualmente no trabalho reagem no plano individual de maneira muito diversa e frequentemente oposta. (p. 565).

A heterogeneidade de comportamentos individuais varia consideravelmente até mesmo nas reações dos homens às condições de trabalho. Esta diversidade de reações ante uma determinada situação de conflito não permite estatisticamente extrair uma média real dos comportamentos no próprio grupo. As reações dos indivíduos são determinadas socialmente e justamente essa determinação assegura a diferenciação, conforme dito pelo próprio autor:

“O fato de que toda reação pessoal tenha a própria base social, pela qual é amplamente determinada, e as suas consequências sociais, não muda que existam estas diferenças individuais, ao contrário, dá-lhes um acentuado perfil individual (e, inclusive, histórico, nacional, social, etc.). (p. 565).

Ao que acrescenta:

Quando Marx diz que é sempre casual quem em um dado momento se encontra à direção do movimento operário, isso, por um lado, não se refere apenas à direção no sentido literal, mas também àquela de cada grupo ou grupelho e, de outro lado, exprime o fato de que cada operário reage individualmente de acordo com a maneira como as suas exteriorizações retroagem sobre sua personalidade (p.565-6).⁸

Com base no comportamento dos operários, Lukács reflete sobre as reações dos indivíduos no sentido de que cada um reage “de acordo com a maneira como as suas exteriorizações retroagem sobre sua personalidade”. Essa retroação é muito diversificada e por isso não é possível extrair uma média real de comportamento como aquela resultante das objetivações no trabalho, que tendem a homogeneizar os comportamentos. Daí que os indivíduos podem apresentar diferentes formas de reação à realidade social e este é um efeito do modo de retroagir da exteriorização sobre as individualidades, conseqüentemente, sobre a personalidade humana.

Até o impulso de processos políticos com claro conteúdo de luta de classe na sua base estão decisões resultantes de escolhas individuais entre as alternativas existentes na realidade imediata, que não conduzem necessariamente a comportamentos idênticos no interior da própria classe. Ao contrário, frequentemente eles podem apresentar-se conflitantes, a depender do modo como a exteriorização opera sobre a personalidade, ou o caráter dos indivíduos envolvidos no processo. Nestas ponderações podemos observar o peso decisivo da exteriorização na constituição e desenvolvimento da individualidade, conseqüentemente, da personalidade como forma mais complexa do singular, vindo como isso se reflete diferentemente nos diversos campos da vida pessoal e social.

Um outro aspecto vem clarear a articulação entre exteriorização

⁸ Referência a *Briefe an Kugelmann*, Berlin, 1924, p. 98 [carta de 17 de abril de 1871]. Marx, K. “A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse compreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis. Seria por outro lado coisa muito mística se os ‘acidentes’ não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por outros acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais ‘acidentes’, que incluem o ‘acidente do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento’”. *O dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*, tr. Leandro Konder e Renato Guimarães, 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.293 (Grifos do autor).

e personalidade de forma contundente. Trata-se do caráter objetivo da exteriorização, mesmo quando referida à constituição do sujeito. Diz Lukács:

é preciso também pensar que nenhuma exteriorização, enquanto expressão de uma personalidade, pode tornar-se operante, isto é, existente, se por algum motivo não se objetiva. Os pensamentos, os sentimentos, etc., não exteriorizados das pessoas são meras possibilidades; o que eles realmente significam é comprovado somente no processo do seu objetivar-se (p. 404).

Vê-se como a exteriorização “enquanto expressão de uma personalidade” somente adquire existência real no ato de objetivar-se. Também aqui, objetivação e exteriorização resultam indissociáveis e a objetivação constitui o momento da transformação de algo idealizado em objetividade social. A isto Lukács acresce que os “pensamentos, os sentimentos, etc., não exteriorizados das pessoas são meras possibilidades”, e, assim, o seu significado real somente pode ser comprovado mediante a objetivação. Ou seja, enquanto não se exteriorizam de alguma forma são apenas pulsões do pensamento que não podem expressar de fato a personalidade de alguém; somente em atos os pensamentos e sentimentos refletem de fato a pessoa. As afirmações do autor sobre a explicitação da personalidade na vida cotidiana tornam mais precisas essas afirmações:

a vida cotidiana dos homens, no seu concreto ser-precisamente-assim, é determinada em grande medida diretamente pelos atos de exteriorização dos homens que participam dela. No momento de fato que estes atos objetivam a interioridade dos homens, mesmo quando esta objetivação seja somente linguística, tem-se tanto para quem se exterioriza, quanto para o ambiente em que se dá a exteriorização, um quadro mais ou menos claramente definido da sua essência pessoal que, embora movendo-se em perenes contradições internas, produz, todavia, uma certa continuidade de acordo com ele mesmo e com seu ambiente (p. 410).

Tendo em vista que as exteriorizações tornam objetiva a interioridade dos homens nem que seja somente através da linguagem, isso permite que o próprio indivíduo e também o ambiente em que vive tracem um perfil mais ou menos preciso de sua personalidade. Em meio a contradições internas, a essência do indivíduo mediante os atos de exteriorização do sujeito assegura uma continuidade no sentido da constituição da pessoa, da sua consciência de si, da formação da sua personalidade forjada na relação do indivíduo com o ambiente.

O processo de reprodução biológica do organismo já cria uma

continuidade, mas, no caso da personalidade,

é somente pelo trâmite da objetivação que a exteriorização mostra em cada homem a tendência a coagular este em-si em um para-si, em uma continuidade controlável, criticável, relativamente reconhecível, etc., de autorrealização e também de autoconhecimento (p.411).

Se no mundo orgânico a continuidade é um processo espontâneo do movimento da matéria, no homem a continuidade é viabilizada quando a exteriorização se objetiva em algum objeto social, ainda que esse objeto seja somente linguístico. Neste movimento a exteriorização em-si se transforma em para-si e essa continuidade é um processo interno de realização e de conhecimento de si mesmo que pode ser relativamente reconhecido, controlado, também criticado, enfim, conscientemente refletido pelo homem nas suas objetivações. Por isso: “Os pensamentos, os sentimentos etc. que permanecem subjetivos, que não são objetivados como nos organismos naturais que funcionam com uma consciência, podem ter só uma continuidade em-si” (p.411); assim, o tornar-se para-si permanece apenas uma possibilidade de realização. O autor então acrescenta:

Somente com a exteriorização objetivam-se todas as expressões vitais, para o homem mesmo que as experimenta, assim como para o seu próximo. Somente através dessa objetivação, as duas coisas adquirem uma continuidade humano-social tanto pelo homem que as cumpre, como para aqueles com os quais entra em contato; e é somente nesta continuidade que surge a personalidade do homem como substância portadora de tais atos, novamente para si mesmo e para os outros (p. 411).

Lukács articula assim a personalidade à exteriorização em seu processo de objetivar-se. Neste processo é criada uma continuidade socialmente operante que não encontra similar na naturalidade simples. Essa continuidade dá lugar a “uma substância portadora de tais atos” para os indivíduos que a experimenta e para os outros homens com os quais interage socialmente. Voltaremos ao problema da substância no próximo capítulo, mas agora queremos ressaltar sua explicitação no conjunto das atividades humanas. Lukács diz que

a personalidade do homem explicita-se objetivamente antes de tudo na práxis do trabalho, mas a essência da vida humana é tal, que as tendências ao ser para-si, o autoconhecimento, via de regra exprimem-se aberta e diretamente na esfera da cotidianidade, no âmbito das atividades do homem como um todo (p.411).

Não há qualquer dúvida por parte do autor que o trabalho cons-

titui a base ontológica objetiva de explicitação da personalidade, mas também atribui essa explicitação ao inteiro conjunto das atividades humanas no cotidiano da vida social. Portanto, a explicitação da personalidade e a tendência do homem quanto ao conhecimento de si mesmo no sentido da constituição do seu ser-para-si resultam do conjunto de suas atividades, da totalidade das relações sociais e manifestam-se nas mais diversas expressões humanas.

O retroagir da objetivação sobre a subjetividade consiste na tendência à homogeneização do comportamento dos indivíduos com vistas à produção dos objetos sociais e, mediante tal processo, tem lugar o desenvolvimento das capacidades humanas. Por sua vez, o retroagir da exteriorização sobre a subjetividade promove a diversificação dos comportamentos dos indivíduos, acentuando as diferenças individuais e a manifestação de distintas personalidades. O próprio produto do trabalho revela a personalidade do seu produtor, assim, pode demonstrar a exteriorização como momento efetivamente existente, ou seja, também objetivo, ainda que a sua objetividade não se confunda com a objetividade material em si mesma.

A exteriorização, assim como a objetivação, não está reduzida ao trabalho, nem mesmo ao complexo da economia; ela compõe as mais diversas expressões humanas, sejam elas linguísticas ou ideológicas, mediante as quais habilidade, criatividade, pensamentos e até sentimentos, via variadas mediações sociais, possam ser traduzidos em atos de natureza humano-social e assim revelar a personalidade do sujeito. Deste modo, objetivação e exteriorização, momentos indissociáveis do trabalho e da práxis humana em geral, apresentam diversidade em seu modo de operar ao darem origem ao processo reprodutivo no duplo sentido da sociabilidade e da individuação. No capítulo seguinte exporemos os traços essenciais da individuação e da personalidade decorrentes do movimento evolutivo da reprodução social.



Capítulo 2: Processo de individuação e personalidade

No capítulo anterior delimitamos a base última da personalidade no trabalho como atividade fundante do ser social. Vimos que em *Para a Ontologia do Ser Social* é um fato decisivo que no trabalho se encontra a gênese de todas as determinações que formam a especificidade do ser social. Para o nosso problema da personalidade, mostrou-se igualmente decisiva a exposição do autor acerca da objetivação enquanto momento composto de objetivação e exteriorização que formam, em sua unidade, a base da práxis e da subjetividade humana. Os atos de objetivação possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas enquanto mais precisamente pela exteriorização os homens se autorreconhecem como pessoas, tendo início o processo de individuação e desenvolvimento das singularidades humanas em individualidades e personalidades. Este duplo e indissociável processo, histórica e efetivamente existente, constitui o suporte ontologicamente concreto da separação abstrata que Lukács faz do processo de objetivação em objetivação e exteriorização, extraindo daí consequências amplamente significativas para a apreensão da personalidade.

Ao expor os nexos interiores do trabalho, o autor realiza “uma abstração bastante ampla” (p.135), mas ele também afirma que “o trabalho de fato, como categoria desenvolvida do ser social, pode alcançar a sua verdadeira e adequada existência só em um complexo social que se mova e se reproduza processualmente” (p.135). Na reprodução social se encontram as reais condições para “considerar o trabalho como base ontológica do ser social, em sua correta colocação no contexto da totalidade social, na relação recíproca daqueles complexos de cujas ações e reações esta surge e adquire força”(p.135). Essas afirmações têm consequências significativas para o fato de que a totalidade jamais pode ser reduzida ao trabalho.

A reprodução social tem um caráter essencialmente distinto da reprodução na esfera natural, antes de tudo porque se tornou possível mediante um salto ontológico no qual o ser social passou a operar a partir de leis qualitativamente diferentes daquelas leis operantes na natureza. Ou seja, com o trabalho tem lugar o processo de reprodução realmente social que impulsiona indivíduo e sociedade a patamares superiores de desenvolvimento. De modo que, embora o trabalho constitua a protoforma da atividade humana, o ser social não pode ser a ele reduzido, já que “a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto a sua essência, simultaneamente” (p.14). Portanto, o trabalho não existe isoladamente; o ser social, mesmo na forma mais simples, é um complexo, assim expresso pelo autor: “O ser social, até no seu estágio mais primitivo, representa um complexo de complexos, no qual há interações permanentes seja entre os complexos parciais seja entre os complexos totais e as suas partes” (p.38). Esse problema decisivo para caracterizar a reprodução social, Lukács retoma ao tratar da reprodução do homem na sociedade, referindo-se novamente ao fato de que

o ser social é um complexo de complexos, cuja reprodução se encontra em variadas e múltiplas interações com o complexo reprodutivo dos complexos parciais relativamente autônomos, porém no qual a totalidade exerce, sempre, uma influência predominante no interior dessas interações (p.255).

Os complexos sociais se reproduzem através de múltiplas interações dos complexos parciais entre si, mas essas relações se realizam sob o influxo da ação da totalidade social. Para ele, na caracterização do processo de reprodução do homem na sociedade, convém ter sempre em conta a natureza bipolar do processo total quanto ao fato de que

os dois polos que lhe delimitam os movimentos reprodutivos, que o determinam em sentido positivo e negativo, destruindo velhas barreiras e as pondo de novo, são, de um lado, o processo reprodutivo na sua totalidade extensiva e intensiva e, do outro, os indivíduos singulares cuja reprodução enquanto singularidades constitui a base de ser da reprodução total (p.255).

A reprodução social compreende necessariamente o processo reprodutivo em “sua totalidade extensiva e intensiva” e a reprodução dos indivíduos singulares, como determinações da dinâmica de reprodução enquanto processo geral. Neste sentido, os indivíduos singulares não podem ser meros objetos completamente passivos da

reprodução econômica, já que a totalidade social é a síntese em tendências históricas universais das incontáveis interações no agir cotidiano de todos os indivíduos. Especialmente por ser socialmente determinado, o indivíduo forma sua essência como ser socialmente ativo na interação com a sociedade na qual vive e age.

A verdadeira essência da sociedade pode ser apreendida em seus nexos reais e “dela faz parte o homem na sua essencialidade humana, que é algo diferente, alguma coisa a mais, que a mera singularidade do exemplar singular” (p.255). Assim, expressa a essência do homem singular como parte constitutiva da essência da sociedade e, além disso, como algo que vai além da mera singularidade dos originários exemplares singulares. Esse ir além da mera singularidade está relacionado à individuação pela qual os homens constroem sua essência como pessoa humana, num processo de afastamento das barreiras naturais, tendendo à superação do gênero mudo típico do indivíduo simplesmente natural. Em seguida trataremos da essência da individualidade, base da personalidade humana.

2.1 Personalidade, substância e alternativa

A sociabilidade é um dos polos decisivos da evolução humana, pois sob o impulso do desenvolvimento das forças produtivas o homem constrói a vida em sociedade no longo processo histórico em que produz a base material de sua existência. Ao mesmo tempo, na visão de Lukács, “um dos conteúdos centrais da história é o modo pelo qual o homem, da mera singularidade (de exemplar da espécie), se desenvolveu para o homem real, a personalidade, a individualidade” (p.256). Este último, o processo de individuação, se caracteriza justamente pelo fato de que, quanto mais social o desenvolvimento das comunidades humanas, “tanto maior é o número de casos nos quais o homem pode figurar em tal singularidade abstrata. Contudo, não limitado a ela” (p.256). À medida que a sociedade se desenvolve, o indivíduo ganha uma substância pessoal que pode ser abstratamente expressa mediante a autoconsciência da própria individualidade humana. Essa expressão é parte do movimento do seu fazer-se homem e na realidade resulta do movimento real de sociabilidade e de individuação pelo qual evolui de mera singularidade até transformar-se em individualidade e personalidade.

Mais adiante Lukács amplia sua reflexão sobre a essência da individualidade quando diz

agora já podemos registrar algo que, na verdade, não poderíamos deixar de ter

presente: o inevitável e ativo – justamente nas coisas mais concretas – influxo do ser social sobre as mais íntimas, mais pessoais, formas de pensamento, de sensibilidade, de ações e de reações de todo indivíduo humano. (p.260).

A sociedade age inevitavelmente sobre os indivíduos em sua interioridade, até nas formas mais íntimas de pensamento, de sentimento, de ações e reações e nesse permanente processo de interação entre indivíduo e sociedade se constitui a substância da individualidade humana, a personalidade como manifestação da interioridade do sujeito humano.

Nem sempre o problema da essência do indivíduo foi visto desta maneira. Neste aspecto predominaram, frequentemente, “falsas antinomias” entre indivíduo e sociedade. Pois, para Lukács,

se é falso pensar que haja uma substância da individualidade humana fora do espaço e do tempo, que as circunstâncias da vida podem modificar apenas superficialmente, igualmente errado é conceber o indivíduo como um simples produto do seu ambiente. (p.261).

O autor diz que estas formas muito rígidas de concepção da individualidade foram posteriormente bastante atenuadas:

Mas mesmo uma forma atenuada é suficiente para deformar o problema ontológico aqui presente, de um lado fetichizando a substância humana em uma entidade abstratamente fixa, mecanicamente separada do mundo e da sua atividade (como acontece de várias maneiras no existencialismo), ou de outro lado, transformando-a em um objeto quase sem resistência a qualquer manipulação (que é o resultado último do neopositivismo) (p. 261).

O contraponto do nosso filósofo a tais perspectivas consiste em se opor decisivamente às duas tendências, dado que ambas deformam a apreensão do problema da substância no sentido ontológico preciso. Refuta a ideia da substância da individualidade como entidade puramente abstrata nos moldes do existencialismo e igualmente rejeita a transformação dessa substância em pura determinação passiva da base social conforme o neopositivismo. Em seguida ele afirma:

Quando, pelo contrário, nós colocamos o nosso *tertium datur* ontológico, se mostra por um novo lado o nosso conceito de substância, que é universal e, ao mesmo tempo, histórico. Vimos, de fato, como ‘elemento’ imediato do acontecer histórico-social – que, não obstante a sua complexidade interna, porque parte constitutiva dos complexos sociais, não é, justamente no plano do ser, posteriormente divisível, mas é encarado tal como é, como ‘elemento’ no seu ser-precisamente-assim – não pode ser outro senão a alternativa de um indivíduo concreto (p.261).

Compreendemos que este *tertium datur* ontológico em relação ao conceito de substância da individualidade se mostra mais esclarecedor se nos remetermos à posição que Lukács havia definido a respeito do tema da substancialidade do ser em um momento anterior na própria Ontologia. O essencial, para o autor, é que:

A substância enquanto princípio ontológico de permanência na mudança perdeu, certamente, seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve também uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir. Isso já é válido para os complexos do ser inorgânico, mas se eleva a princípio da reprodução no organismo e na sociedade (1979, p.79).⁹

Ou seja, a substância, “princípio ontológico de permanência na mudança”, já não significa mais “antítese excludente” em relação ao devir. Ao mesmo tempo adquiriu um novo e mais profundo significado à medida que a persistência passa a ser compreendida “como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade”. Isto resulta de que “a continuidade como forma interna do movimento complexo transforma a persistência estática e abstrata em persistência concreta”. Por isso a substância adquire um significado dinâmico em consonância com a continuidade do devir, no sentido de algo que em sua persistência continuamente se renova no movimento dos complexos efetivos da realidade. Lukács pensa a continuidade como momento presente no ser inorgânico que, no ser orgânico e no ser social, se eleva a princípio da reprodução. Por isso a continuidade é um momento universal do ser. Ele sinaliza em seguida:

E uma consequência de extrema importância para o nosso atual problema – é que o conceito de substância não mais se encontra, como ocorria em Spinoza, em contraposição exclusivista com a historicidade. Ao contrário: a continuidade na persistência, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, é indício de tendências ontológicas à historicidade como princípio do próprio ser (p.79).

Na medida em que o conceito de substância não se contrapõe ao de continuidade, constitui indício de que ontologicamente o ser tende à historicidade como parte do seu próprio movimento interno.

⁹ Em *Mundo dos Homens*, Sérgio Lessa discute amplamente o novo caráter da substância na Ontologia de Lukács.

Isto torna mais claras as reflexões citadas anteriormente pelo autor, quanto ao conceito de substância ontologicamente definido como “universal e, ao mesmo tempo, histórico”, que nem se caracteriza como dado *a priori* nem se dilui na esfera dos fenômenos.

Lukács conecta a constituição da substância da individualidade à alternativa expressa nas escolhas-decisões do indivíduo concreto ante uma situação efetivamente concreta. Processo no qual se configura sua própria história pessoal. Neste ponto, acrescenta:

Do mesmo modo pelo qual o ser social se constrói com essas cadeias de decisões alternativas, entrecruzadas de várias maneiras, assim também a vida singular do indivíduo é composta pela sua sucessão e derivação uma da outra. (1981, p.261).

Reafirma aqui a função da alternativa na continuidade dos processos sociais no plano da vida social. Reconhece essa função como extensiva à vida individual, mais precisamente como o momento portador da substância da individualidade, portanto, uma mediação pela qual se manifesta a personalidade de um indivíduo humano-social.

Tendo em vista a importância fundamental aqui revelada para o problema da personalidade, achamos por bem nos deter um pouco sobre o caráter da alternativa, tendo em vista que esta categoria constitui a base das escolhas dos homens durante a vida. Inicialmente Lukács a expõe como momento decisivo do ato teleológico no processo de objetivação do trabalho; compreende então que a

alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo da criação de um existente. Deve-se sublinhar ainda, aqui, que esse existente no trabalho é sempre algo natural e que esta sua constituição natural jamais pode ser inteiramente suprimida (p. 45).

Como mediação necessária à criação do novo, a alternativa age desde as formas mais simples do trabalho. Constitui os atos de escolha dos homens na realização das suas atividades diante das possíveis alternativas para cada situação concreta ante o desafio da matéria natural. A decisão entre alternativas existentes permite à consciência transformar em ato aquilo que potencialmente está contido na prévia ideação do sujeito. Neste sentido, a alternativa está ligada à possibilidade de transformação de algo ainda não existente em existente. Ou seja:

Um projeto, por mais complexo e delineado com base em reflexos corretos, mas que seja rejeitado, permanece um não existente (*Nichtsseiendes*), não obs-

tante esconda em si a possibilidade de se tornar um existente (*Seiendes*). Em substância, portanto, apenas a alternativa daquela pessoa (ou daquele coletivo de pessoas) que é requerida para colocar em movimento o processo de realização material mediante o trabalho, pode atualizar esta transformação da potencialidade em existente (p. 47).

O projeto idealizado pelo sujeito é posto em movimento por decisões alternativas de pessoas ou grupos, cuja dinâmica é bastante complexa. Consiste em “uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas, na qual opera um sistema de reflexos, dinamicamente elaborado e contraditório” (p.45). Todo processo de escolha no trabalho constitui uma sequência bastante numerosa de decisões alternativas. Requer sempre novas decisões que se apoiam sobre as anteriores, ampliando mais e mais as mediações no sistema de decisão.

Com o desenvolvimento do trabalho as decisões alternativas se tornam crescentemente mais diversificadas e diferenciadas à proporção que se desenvolve o caráter social da produção, configurando o complexo da economia. Isso “contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo se baseie sempre mais em decisões alternativas” (p.45). A cadeia de alternativas subsidia decisões de indivíduos ou de grupos sociais ante situações concretas. Por isso o autor afirma:

Desde o primeiro trabalho, enquanto gênese da humanização do homem, até as mais sutis decisões psicológicas e espirituais, o homem constrói o seu mundo externo, contribui para edificá-lo e para aperfeiçoá-lo e, ao mesmo tempo, com estas mesmas ações constrói a si mesmo, passando da mera singularidade natural à individualidade no interior de uma sociedade (p. 261).

A sucessiva cadeia de decisões alternativas compõe o conjunto dos atos humanos que se dirigem à reprodução social e à reprodução das individualidades. Portanto, se considerarmos “em termos ontológicos estes atos vemos que eles são sempre atos concretos, de um indivíduo concreto, no interior de uma parte concreta de uma sociedade concreta” (p.262). O solo no qual são geradas demandas e respostas que requerem escolha entre alternativas a serem traduzidas em prática é precisamente o ser social real. Com isso o autor reafirma dois pontos exaustivamente colocados acerca da base real dos atos humanos e da ausência de uma teleologia geral abstrata. A finalidade que suscita decisões alternativas é sempre posta por homens em condições concretamente determinadas, em sociedades

particulares, exatamente pelo ser-precisamente-assim de suas decisões individuais. Amplia ainda suas conclusões sobre este ponto ao comentar:

O fato de que todos estes momentos podem e, melhor, devem ser generalizados para se tornarem partes ativas de uma totalidade social, não põe em risco a concretude da sua dadidade originária. Não é um exagero em absoluto afirmar que eles podem ser generalizados, em termos ontológicos, apenas pelo fluxo da práxis social, exatamente, e em primeiro lugar, porque o seu concreto ser-posto possui, como sua constituição originária e ontologicamente insuprimível, este concreto ser-precisamente-assim. (p. 261).

Atos individuais, resultantes de decisões alternativas, quando generalizados compõem a totalidade social. Sua generalização no movimento da práxis social tem origem no concreto ser-precisamente-assim. A realidade ontológica, objetiva e concretamente determinada, é o ponto de partida para a constituição do homem nos seus aspectos exteriores e interiores, especialmente porque os homens tomam decisões em condições objetivas concretas. Diz o autor:

Já que toda alternativa real é concreta, até quando conhecimentos, princípios e outras generalizações tenham um peso decisivo na decisão concreta, esta conserva subjetiva e objetivamente, o seu concreto ser-precisamente-assim, age como tal sobre a realidade objetiva e, sobretudo, é desta base que exerce a sua influência sobre o desenvolvimento do sujeito (p.261-2).

O caráter concreto da alternativa permite conservar a concretude em termos objetivos e subjetivos e como tal age sobre a realidade objetiva. Dado que o seu concreto ser-precisamente-assim pode manifestar-se como permanência na mudança, influi igualmente no desenvolvimento do sujeito. Chegamos ao ponto em que Lukács afirma algo fundamental para o nosso objeto: “Aquilo que denominamos personalidade de um indivíduo é este ser-precisamente-assim das suas decisões alternativas” (p.262). Dessa declaração deriva que a personalidade só pode ser concreta e, como tal, socialmente posta, do ponto de vista que ela se revela nas decisões tomadas pelos indivíduos. O indivíduo guarda em si um grande número de possibilidades que podem ou não se tornar realizações, “mas o seu verdadeiro caráter se realiza, no seu ser-precisamente-assim, justamente quando e porque traduz em ato uma certa possibilidade, e não outra” (p.262). De modo que nas escolhas entre alternativas existentes se revela a personalidade de alguém; sua realização se traduz precisamente em momento da exteriorização do sujeito como pessoa e aí

adquire realmente o caráter de ser social.

A complexidade do indivíduo comporta em si a possibilidade, no sentido aristotélico do termo, de transformar essa mesma potencialidade em ato, visto que superá-la depende de uma decisão alternativa. Mas a interrogação que permanece consiste em saber se será aceita ou negada, se irá transformar-se em ação ou se permanecerá uma mera possibilidade. Somente quando a escolha realiza a possibilidade ela se traduz em continuidade do próprio processo interior da individualidade. Assim, o autor afirma: “A substância de um indivíduo é, portanto, aquilo que no curso da sua vida se compõe como continuidade, direção, qualidade da ininterrupta cadeia destas decisões” (p.262). Ou seja, a permanência na mudança que caracteriza a dinâmica de sua personalidade consiste na síntese constituída pela contínua cadeia das decisões tomadas ao longo da vida, traduzida em continuidade, direção e qualidade destas mesmas decisões. Temos aí resolutivamente estabelecida a relação entre personalidade, substância e alternativa, formando um quadro da concepção de Lukács sobre a personalidade humana.

O autor adverte também que se quisermos “compreender corretamente em termos ontológicos o indivíduo, é necessário nunca esquecer que estas decisões determinam ininterruptamente a sua essência, a dirigirem para uma elevação ou para um rebaixamento” (p.262). Ou seja, pode significar um avanço ou um retrocesso da sua individualidade em relação ao para-si do gênero humano. Deste modo, a cadeia de decisões que formam o quadro das escolhas dos indivíduos impulsiona e determina a sua essência, mas a direção e a qualidade desse *continuum* tanto pode rebaixar conduzindo para uma ruína do indivíduo como pessoa, como pode elevar a personalidade a patamares superiores de consciência em direção a uma autêntica generidade.

Ainda sobre a concreção da cadeia de decisões alternativas e seu caráter de finalidade particular, quando se trata de uma atividade artística como a pintura, por exemplo, Lukács comenta que a alternativa não reside na escolha do pintor se deve pintar um ou outro quadro; ela está presente em cada pincelada “e quando ele a tem como aquisição crítica, utilizando-a para a pincelada sucessiva, revela com a máxima evidência o que representa a sua pessoa do ponto de vista artístico” (p.262). O autor então diz que “isto vale, em sentido ontológico geral, para cada atividade humana e para toda relação entre indivíduos” (p.262). Deste modo, a personalidade do homem exprime-se em cada um dos seus atos pela capacidade que este apresenta de avaliar criticamente cada passo dado; essa avaliação é de-

terminante para as escolhas que ele faz ao longo de sua vida. Isso se realiza nas suas múltiplas atividades e nas suas relações.

No devido esclarecimento sempre necessário de que o ponto de vista de Lukács jamais repousa sobre interpretações reduzidas ao plano puramente individual, conseqüentemente, ao plano ideal, remetemos à sua análise do problema das circunstâncias nas quais os homens explicitam a essência da individualidade. Sem qualquer comprometimento do que foi dito até agora, Lukács expõe de modo ainda mais explícito o caráter socialmente determinado das escolhas dos sujeitos para a efetivação de sua personalidade no curso da vida pessoal. Neste preciso sentido, ele afirma que

o homem é o resultado da sua própria práxis. Porém, o que Marx verificou para a reprodução filogenética, que se realiza na história, revela-se verdadeiro também na reprodução ontológica do indivíduo. ‘Os homens fazem a própria história, mas não a fazem de modo arbitrário, em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas nas circunstâncias que eles encontram diretamente diante de si, determinadas pelos fatos e pela tradição’ (p.263).¹⁰

Aí novamente fica manifesto que na práxis os homens produzem a si mesmos do mesmo modo que produzem a sociedade, mas, igualmente no plano da reprodução ontológica do indivíduo, é válida a lei já vista por Marx de que as escolhas são realizadas em circunstâncias determinadas. Nosso autor considera tão evidente que “as circunstâncias não são escolhidas pelo próprio indivíduo (lugar e data de nascimento, família, etc.)” (p.263), que, no seu entender, não seria necessário tocar neste assunto se ele não fosse comumente oculto sob falsos mitos. Deste modo diz que,

em termos ontológicos corretos -, mesmo sendo dadas para o respectivo indivíduo na sua ineliminável objetividade e, ainda que sendo enquanto objetividades sociais, sujeitas a uma causalidade objetiva, todavia para as pessoas que nascem, que se encontram por acaso, etc. nestas circunstâncias, elas constituem o material oferecido a decisões alternativas concretas (p.263).

Portanto, as escolhas feitas pelos indivíduos, componentes da cadeia de alternativas como característica da continuidade de sua pessoa, não estão limitadas a simples expressões da liberdade individu-

¹⁰ Referência a Marx na obra: K. Marx, *Der achtzehnte Brumaire etc.*, p.21 [trad, it. cit., p.487]. O *dezoito brumário de Luis Bonaparte*, in. K.Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, v.1, São Paulo: Alfa-Ômega, p.203. Outra tradução de *O dezoito brumário de Luis Bonaparte* está em *O dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*, op. cit., p.17.

al. Essas escolhas são determinadas socialmente pelas circunstâncias sociais, familiares, de classe, costumes, tradição, enfim, as condições objetivas de vida, desde o nascimento do próprio indivíduo. A qualidade dessas circunstâncias também compõe o campo de respostas, do tipo e da qualidade das reações do indivíduo ante a realidade, as solicitações que a vida lhe faz e para as quais elabora respostas práticas e desenvolve generalizações a partir destas mesmas respostas. O autor ainda esclarece:

Ao avaliar esta situação não nos esqueçamos que, mesmo quando pensa agir por impulso de suas necessidades internas, nas suas ações e nos seus pensamentos, sentimentos, etc. que as preparam, acompanham, aprovam e criticam, o homem dá sempre respostas práticas a dilemas práticos da vida que, todas as vezes, uma sociedade determinada (no imediato: a classe, o estamento, etc. descendo até a família) lhe põe enquanto indivíduo que nela vive. Do momento do nascimento até o túmulo esta determinação – a definição pela pergunta do campo para a resposta – não cessa nunca (p.263).

As escolhas dos indivíduos são sempre respostas práticas aos desafios que a vida social lhes impõe. Os próprios sentimentos e pensamentos que preparam as decisões são também socialmente determinados pelas circunstâncias de classe, estamento, família, das quais fazem parte. Tem-se, portanto, que a reprodução do indivíduo é determinada pelas condições de sua existência desde o momento de seu nascimento e ao longo de sua vida. As respostas elaboradas por ele se encontram em íntima relação com as demandas que lhe são formuladas pelas circunstâncias nas quais vive e age. Em consequência, o seu desenvolvimento individual e interior é o resultado da trama de demandas e respostas que implica decisões ante as alternativas socialmente determinadas.

Convém realçar novamente aqui que o retorno da exteriorização sobre os indivíduos, ou melhor, “sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado” (p.565) e impulsiona para a variedade de comportamentos individuais. Além do que a individuação, como todo processo social, é determinada socialmente, mas na sua dinâmica imediata permite ao indivíduo “manter-se no controle de uma ampla vida própria” (Lukács, 1990, p.64), o que assegura a ele certa autonomia na direção de seu destino pessoal. Deste modo, como veremos logo mais, a determinação social das circunstâncias não pode ser absoluta no desenvolvimento interno dos sujeitos individuais. Na trama de demandas e respostas às alternativas socialmente criadas, o comportamento dos indivíduos implica atos de consciência a partir de um variado campo de possibilidades que pode ir

além das suas escolhas impostas simplesmente pelas condições de classe etc. Portanto, a decisão entre alternativas não significa nem expressão de liberdade puramente individual, nem meramente uma determinação fixa socialmente de uma vez por todas. Ao indivíduo resta sempre a possibilidade de uma escolha avaliada segundo a sua consciência ante as condições de uma situação concreta.

A dialética entre demanda e resposta é também formulada pelo autor no sentido de eliminar qualquer articulação mecânica entre esses dois momentos. Para ele, no processo social,

demanda e resposta não intervêm minimamente como elementos ontológicos de uma sociedade. Nenhuma constelação simplesmente existente de objetos, processos, etc., contém na sua imediata dadidade uma demanda a responder. Esta última aparece quando é produto de um sujeito que pensa e que põe, o qual interpreta como uma demanda a velha ou nova constelação, tendência, etc. a cada vez existente, para depois formular, no momento ainda com o pensamento, a resposta; somente neste ponto de consciência a resposta pode ser adaptada a figurar como base de uma posição teleológica (p. 55-6).

A demanda é reconhecida pelo sujeito e este formula também a resposta para a resolução ao problema existente na sociedade. Somente por esse meio consciente a demanda pode constituir-se em base para uma posição teleológica. Quanto mais desenvolvida socialmente a sociedade, mais crescente a diversificação das demandas e das respostas elaboradas pelos sujeitos.

Do ponto de vista dos homens singulares de uma dada sociedade, sua autoconservação depende do fato de que estes devem

procurar mais ou menos conscientemente conduzir a uma certa harmonia também subjetiva, também no seu interior, estes comportamentos que vão se tornando sempre mais heterogêneos, que frequentemente se tornam realmente contraditórios (p.56).

Isto significa que na sua constituição interior o homem enfrenta conflitos e tende a homogeneizar interiormente as reações ao mundo externo, um modo típico da sua adaptação ativa ao ambiente social, cujo órgão ou manifestação fenomênica é o modo de se constituir individualidade.

A reprodução biológica espontânea do homem singular corresponde ao estágio da mera singularidade natural. Com o trabalho se tem a superação dessa forma, mas não o seu inteiro desaparecimento; trata-se de um afastamento da naturalidade, correspondente ao que acontece no plano da sociabilidade. Assim como

o crescente domínio da sociabilidade sobre a mera naturalidade é um processo longo, desigual e contraditório, também o formar-se na sua vida social, e o crescer de peso subjetivo e objetivo da individualidade só podem se constituir igualmente num processo com os mesmos caracteres. (p.57).

Deste modo, considerando o processo de recuo das barreiras naturais a partir de suas determinações fundamentais, “veremos que por sua vez a individualidade que se forma no impor-se dele e vai sempre mais se afirmando no plano extensivo e intensivo, deve também ela constituir um processo muito característico” (p.57). No contínuo predomínio das categorias sociais sobre as naturais, a individualidade se afirma como processo de desenvolvimento individual pelo qual a personalidade tende a apresentar-se como traço interior de todos os homens. Diz Lukács:

E para os fins de um conhecimento adequado da vida social, ainda que dentro de certos limites, seria muito incorreta a práxis universalmente habitual de reservar a categoria da individualidade aos considerados grandes homens, ou na melhor das hipóteses, à inteligência. Não. O fenômeno social do qual estamos nos ocupando é muito mais vasto. Quando, suponhamos, um empregado negligencia o próprio trabalho por causa da sua família (por exemplo, pela educação dos filhos) ou vice-versa, quando alguém entrega uma pasta com dinheiro que encontrou sem ser visto, ou fica com ele, quando num veículo público um indivíduo cede lugar a uma senhora etc., são todos casos, hoje, quase sem exceção, nos quais se exprime a personalidade (p.58).

A personalidade constitui um fenômeno de vasto alcance social que se estende a praticamente todos os homens em consequência do desenvolvimento da sociabilidade humana. Fenômeno intimamente relacionado à formação da individualidade enquanto sistema pessoal determinado socialmente mediante o qual os homens reagem às alternativas criadas pela vida cotidiana. Desse ponto de vista, a sociabilidade se realiza em múltiplas dimensões, em sentido “omnilateral”, e tende a estender-se o máximo possível a todos os indivíduos. Um desenvolvimento que transforma as simples singularidades em individualidades e no qual a personalidade emerge como substância da individualidade, expressão da essência humana.

Lukács entende que a contribuição marxiana ao problema da essência da individualidade consiste em ter compreendido “a prioridade ontológica da práxis na vida humana” (1981, p.265) e, com isso, o seu verdadeiro fundamento ontológico no próprio ser social. Para ele: “Em termos ontológicos isto significa que o princípio último da personalidade humana, aquilo que a edifica, conserva e reproduz, é a ela imanente, ou seja, é radicalmente terreno” (p.265). Esta pode

ser pensada como categoria ontológica objetiva resultante das determinações da práxis humana. Ainda mais,

isto apenas é possível quando as suas forças motrizes decisivas se revelam indissolubilmente ligadas à realidade na qual o homem se realiza, se forma como personalidade, quando elas podem realmente se traduzir em ato em perene interação com a realidade (p.265-6).

Em outras palavras, a personalidade se expressa como tal somente mediante atos de exteriorização e somente na permanente interação com a realidade do sujeito que vive e age, conseqüentemente, na efetividade da vida cotidiana.

2.2 Vida cotidiana, valoração e personalidade

Com o trabalho emerge uma nova relação sujeito-objeto com suas conseqüências indiretas, entre as quais a divisão do trabalho e a linguagem enquanto meio de comunicação, dando lugar a um complexo de relações sociais que compreendem a totalidade social. Para Lukács,

esta mudança justamente em tal totalidade, no seu objetivo de abranger as formas e os conteúdos de todos os destinos singulares, nas inter-relações entre os processos reprodutivos dos singulares e o seu conjunto, adquire a sua constituição de totalidade social, de fundamento objetivo de toda genericidade (*Gattungsmäßigkeit*) ao nível do ser da sociabilidade (1990, p.54).

No seu contínuo desenvolvimento o modo de ser da reprodução social se afirma sempre mais perante as determinações puramente naturais, sendo que o “predomínio da sociabilidade nos processos de reprodução significa, porém, diferenciações e pluralidade sócio-espontânea nas ocupações práticas dos homens” (p.54). Assim, quanto mais se afirma a sociabilidade, quanto mais ela avança, mais se complexifica a divisão do trabalho, criando novas atividades e novas ocupações. Neste processo, tendo em vista que os indivíduos também se desenvolvem interiormente e se complexificam como individualidades, constantemente são gerados diferentes modos de reagir às exigências da vida em sociedade. Daí a criação e a diversificação de regulamentos para as atividades sociais e para as relações dos homens entre si. O autor entende que quando

o desenvolvimento deste processo social por si, por exemplo, introduz uma regulação jurídica sobre os tipos permitidos e os tipos proibidos de práxis, se

verifica ‘por si’ uma ampla diferenciação entre os homens envolvidos: que podem aprovar ou rejeitar tal regulação, subjugar-se convencidos ou acriticamente, podem exteriormente respeitar as prescrições, mas tentar evitá-las quando se trata de si, ou agir abertamente - por diversos meios - contra ela, etc. (p.54).

A divisão do trabalho manifesta no concreto imediato da vida social acaba por dar origem à própria regulação jurídica das diversas práticas sociais em favor da reprodução da sociedade. Mas a reação dos indivíduos nunca é exatamente a mesma diante das determinações sociais; ela elenca um conjunto muito diversificado de comportamentos e decisões dos membros da sociedade. Constitui uma resposta o modo como cada pessoa reage conforme suas reservas interiores, em outras palavras, conforme suas forças próprias, e há inúmeros modos de sua manifestação. Neste sentido, trata-se de um campo conflituoso que requer múltiplas decisões dos sujeitos envolvidos no processo e respostas sociais à diversidade no modo de reagir dos indivíduos às determinações sociais. A isso Lukács acresce que as sociedades mais evoluídas requerem numerosas e detalhadas decisões de cada membro nas diversas esferas da vida,

nas quais se podem ter setores objetivamente próximos que apresentam importante diversidade no tipo de reação requerida. Pensemos, por exemplo, no comércio e na bolsa, no comportamento das crianças em casa e na escola, etc. (p.55).

Deste modo, no cotidiano um indivíduo pode mesmo apresentar formas diferentes de reagir às múltiplas atividades que a sociedade evoluída lhe requer.

A vida cotidiana é “aquele médium social através do qual as mediações e as avaliações singulares se tornam socialmente operantes” (1981, p.410). Tal fato guarda uma relação com a personalidade porque “a vida cotidiana dos homens, precisamente no seu concreto ser-precisamente-assim, é determinada em grande medida diretamente pelos atos de exteriorização dos homens que tomam parte nela” (p.410). Justamente, como vimos, os atos fundamentais à constituição da personalidade.

Em termos gerais e abstratos,

é correto que as tarefas socialmente relevantes possam ser traduzidas em ser somente mediante decisões alternativas dos homens singulares, mesmo que não possa existir nenhuma decisão alternativa simplesmente pessoal que nos seus traços decisivos não seja determinada socialmente. (p.60).

Isto não significa que os acontecimentos operantes na vida co-

tidiana tenham igual relevância para a sociedade e para o indivíduo, pois Lukács afirma:

Ao mesmo tempo, porém, quem quer que examine sem empecilhos tais complexos vê que a sua relevância só se apresenta de modos extremamente diversos em ambos os pólos (o complexo da sociedade e o ser humano singular). Desde transformações sociais concretamente importantes, que colocam em movimento povos inteiros (a maioria da população), toda uma escala de mediações conduz àquelas que para eles parecem passar quase despercebidas (p.60).

A ação dos acontecimentos da vida cotidiana tem efeitos diversos em cada um dos polos da vida social. São inúmeras as mediações, os acontecimentos sociais que atuam em escala tanto no sentido da mobilização de toda uma população em favor de transformações sociais importantes, quanto no sentido do seu não-envolvimento, de sua apatia ante a realidade. Fenômeno idêntico ocorre no plano dos indivíduos no sentido de que

na vida dos homens singulares uma análoga escala de passagens une e separa, de um lado, os acontecimentos sociais que provocam um tipo de subversão na vida privada dos exemplares, do outro, aqueles que permanecem totalmente ou quase sem efeito sobre o desenvolvimento da individualidade enquanto tal (p.60).

Deste modo, os acontecimentos não atuam com igual força sobre os indivíduos em geral: alguns se tornam decisivos, enquanto outros não chegam a provocar mudanças importantes no desenvolvimento de cada pessoa no sentido de sua elevação a ser humano genérico. Mas é fato que, com o desenvolvimento social, o campo de ação dos indivíduos se expande em termos internos e externos e a interação entre individuação e sociabilidade se torna mais mediada e diversificada, conforme nos diz Lukács:

Quanto mais, com o tornar-se-mais-social da sociedade, se amplia o círculo de ações interiores e exteriores da individualidade, tanto mais graduadas, tendenciais, acabam por ser essas interações entre os dois polos. Isto quer dizer, nestes modos de reagir sempre mais diferenciados por parte dos homens ao seu ambiente social, se tem não somente uma multiplicação que parece ilimitada, dos problemas da vida e somente assim podem ser conduzidos à unidade subjetiva na personalidade, mas também uma graduação, que se manifesta já na cotidianidade, quanto ao seu peso social (p.60-1).

A sociabilidade amplia o raio de ações internas e externas da individualidade, tendendo a tornar mais rico e graduado o campo de interações entre indivíduo e sociedade e, portanto, essa relação se torna cada vez mais rica em mediações. Nessa interação as rea-

ções dos indivíduos humanos ao ambiente social se intensificam de múltiplas formas e desse mesmo modo os problemas da vida são levados à “unidade subjetiva na personalidade”. Esses problemas rebatem já no cotidiano com diferentes graduações quanto ao peso social que exercem sobre o sujeito. Além do que,

isto diz respeito tanto ao conteúdo social que deve ser decisivo na alternativa, quanto ao peso da decisão para a vida pessoal do seu sujeito. As duas séries em nenhum ser humano procedem independentemente uma da outra; não obstante o significado que a decisão adquire também para o indivíduo, não há uma relação que resulte geral, concebível, em termos de lei, com o seu desenvolvimento interior: algo que externamente parece uma tolice pode ser decisivo para a vida do homem singular e ao mesmo tempo pode acontecer que este não seja de fato atingido por dilemas objetivos bastante significativos (p.61).

O conteúdo social da alternativa e a escolha feita pelo sujeito não são independentes entre si, mas disso não resulta uma lei determinante para o desenvolvimento interno da pessoa que atue igualmente sobre todos os indivíduos. O peso social de cada conteúdo varia muito e há mesmo uma graduação, quanto à validade, ou ao significado para cada homem, no modo como age sobre a individualidade em suas manifestações interiores e nas suas relações com o mundo.

As reflexões até aqui estiveram relacionadas ao surgimento da personalidade no ser social, à sua relação com o processo de exteriorização e às exigências que a vida cotidiana impõe aos indivíduos na realização das múltiplas tarefas requeridas pela divisão social do trabalho. Aspectos tratados quanto ao modo como se forma a personalidade, sem conter ainda alusão aos valores e sua ação sobre a individualidade. Mas, para Lukács, os valores na verdade constituem, “justamente enquanto tais, determinações importantíssimas da sociedade socializando-se” (p.58). Ao mesmo tempo, os valores têm íntima relação com a formação da individualidade, consequentemente, da personalidade. Ele entende que

os valores, sejam positivos ou negativos, podem ser compreendidos corretamente na sua essência somente se, primeiro, estão diante de nós com clareza no seu nu e portanto extremamente incompleto – ser. Este consiste em primeira instância, no fato de que um número em constante aumento dos modos de reagir entre si extremamente heterogêneos juntam-se em um sistema hierárquico, em si funcionante praticamente, do ponto de vista da reprodução o mais possível eficaz (por isso tendente à homogeneidade) do respectivo ser humano, que é assim socialmente impulsionado a tornar-se individualidade (p.58).

Com a unificação das múltiplas reações em um sistema prático

que tende a homogeneizar os diversos comportamentos, o ser humano “é assim socialmente impulsionado a tornar-se individualidade”. Portanto, a diversidade de reações dos indivíduos à realidade social demanda, no imediato, a criação de um sistema hierárquico de comportamento que se torna referência para suas escolhas no cotidiano da vida social. Certamente sistemas de valores como o Direito, a Política, a Educação etc. exercem grande influência nas decisões dos indivíduos diante de alternativas concretas em termos de sua adaptação à sociedade. Lukács pondera:

Ainda que a hierarquia tenha um caráter que se conecta aos valores só quanto à heterogeneidade dos impulsos iniciais, a sua contraditoriedade, que emerge justamente na prática, obriga o ser humano em questão a fazer escolhas em cada práxis determinada, em dadas circunstâncias entre as suas divergências ou exigências contrapostas, para subordinar um tipo de reação ao outro, etc. Fora de tal tendência à unidade nas suas decisões práticas, nenhum ser humano em uma sociedade sob qualquer medida evoluída poderia chegar a uma conduta de vida, mesmo que só aproximativamente funcionante (p.58).

Este sistema internamente contraditório obriga os homens a fazer escolhas a cada ato e em cada situação determinada diante de conflitos entre as possibilidades que se colocam à sua frente. A tendência à unificação das distintas reações individuais cria nos homens referências hierárquicas para as condutas de vida no sentido do funcionamento social, apoiadas em atos de valoração diante de certas situações. Portanto, corresponde a uma ação socialmente determinada e não pura liberdade individual. Na visão do autor:

De fato, toda posição teleológica contém uma valoração. Entregar ou ficar com o dinheiro encontrado, do exemplo anterior, implica por um lado a aquisição de uma posição valorativa acerca do problema se uma proibição social deva ou não ser seguida, mas também, além disso, e em conexão, a valoração subjetiva sobre o problema se eu (ser humano x ou y) devo agir no caso referido em conformidade com esta ou aquela valoração (p.59).

No exemplo, vê-se que as escolhas cotidianas feitas pelos indivíduos, neste âmbito da sua integridade interior, têm por base uma valoração que implica dois aspectos centrais. Um deles é se este indivíduo aceita ou nega as normas sociais estabelecidas sobre o tema de sua decisão; o outro diz respeito a ele próprio, se deve seguir aquela norma e agir conforme as leis sociais estabelecidas para os comportamentos individuais, generalizando-os, ou se deve seguir outro caminho. Tal exemplo evidencia que até as mais simples atitudes e comportamentos são socialmente determinados pela sociedade na

qual o indivíduo se forma, a partir de sua condição de classe, família, meio de vida, entre outras determinações, pois as valorações são formuladas no interior da própria sociedade, sem que isso cancele o caráter ativo do sujeito nas escolhas que lhe são historicamente postas como possibilidades concretas.

Neste sentido há uma íntima relação entre a ação da sociedade sobre a consciência do indivíduo mediada pelo sistema de valores e a reação deste segundo aquilo que, introduzido no seu eu interior, compõe a sua singularidade específica. Além disso, na tomada de decisão o sujeito avalia as determinações sociais vigentes na sociedade e também os seus pensamentos e sentimentos incorporados ao longo da vida, que formam o modo de ser e do querer ser da sua pessoa. Por isso, uma simples decisão singular é de natureza social resultante da interação entre cada indivíduo e as determinações sociais que se expressam nos valores criados socialmente, com vistas à reprodução da sociedade e dos próprios indivíduos que a compõem. Lukács mostra aqui como a dialética entre indivíduo e valores socialmente operantes desfaz a aparência de liberdade ilimitada das decisões individuais:

Na vida, porém, só à primeira vista se trata de decisão singular, pelo menos que não seja isolada artificialmente. O *curriculum vitae* de cada ser humano é constituído por uma cadeia ininterrupta, que, porém, não é feita da simples sucessão de diferentes decisões heterogêneas, mas se refere de forma contínua espontaneamente ao sujeito destas decisões. As inter-relações de tais componentes com aquele ser humano único formam o que na vida cotidiana com justa razão usamos chamar de caráter, personalidade do singular (p.59).

Assim, a história pessoal de todo homem é uma sucessão de acontecimentos nos quais os sujeitos escolhem entre as possibilidades que estão dadas na vida social. Os fatos não se sucedem simplesmente de modo ininterrupto devido às diferentes decisões; eles refletem a relação espontânea com o sujeito que decide. Certamente as escolhas sempre contêm traços de sua consciência acerca da validade ou não das determinações sociais implícitas nas valorações sociais. A síntese dessa relação compõe o caráter, a personalidade de todo indivíduo humano.

Em sentido ontológico, o autor defende que

os valores e valorações, sendo partes integrantes das decisões alternativas pelas quais tudo no imediato é posto em movimento, reentram nos momentos do ser social e não se destacam de fato da sua complexidade em termos de contraste absoluto. (p.61).

De tal modo que compõem assim os complexos da sociabilidade, exercendo um peso decisivo sobre a personalidade, dado que esta se exprime nas escolhas dos indivíduos sempre com base em decisões entre alternativas.

2.3 Valores, luta de classes e personalidade

Na exposição sobre a individualidade humana, o problema político da luta de classes emerge na obra em referência como momento decisivo do desenvolvimento humano-genérico. A relação entre individualidade e valores socialmente produzidos é fundamental na luta de classes, sobre o que Lukács afirma:

a aquisição de maior eficácia imediata do método marxiano, aquela da luta de classes vista como força motriz do desenvolvimento social e, portanto, como motor decisivo da história do gênero humano enquanto fator operante ontologicamente, não pode ser compreendida plenamente se por sua vez não se compreende que todas as decisões das quais surge a individualidade humana enquanto tal, como superação da mera singularidade são momentos reais valorativos e valorados do processo geral (p.61-2).

Na base da superação da singularidade em individualidade, momento ontológico do desenvolvimento social, as alternativas sobressaem como expressões dos valores produzidos pelos homens no processo como um todo. A luta de classes “como força motriz do desenvolvimento social e, portanto, como motor decisivo da história do gênero humano enquanto fator operante ontologicamente”, está relacionada aos momentos “valorativos e valorados do processo geral” no qual se constituem as individualidades. Comenta ainda que

Marx tem realmente completa clareza sobre esse estado de coisas na sua obra da juventude intitulada *Miséria da Filosofia*. É o desenvolvimento econômico objetivo que transforma uma massa da população em trabalhadores, criando para eles situações comuns, interesses comuns. Assim, portanto, a classe de tal modo formada é, contudo, ‘já uma classe nos confrontos do capital, mas não ainda para si mesma’. Só na luta cuja gênese imediata não pode ser compreendida sem a contínua presença de decisões alternativas dos homens singulares, se constitui isto que Marx corretamente indica como ‘classe para si mesma’. Só a partir daqui é possível uma luta verdadeiramente ampla, uma luta política (p.62).¹¹

¹¹ Referência: “As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para

Na sua interlocução com Marx, Lukács reconhece a constituição de classes nos marcos do capitalismo como um resultado do desenvolvimento econômico objetivo enquanto momento gerador das condições e dos interesses comuns dos trabalhadores enquanto classe em-si. Expressa ainda que a gênese imediata da luta dos trabalhadores neste âmbito, pela qual se constitui a classe para-si, deve ser compreendida mediante a presença de decisões alternativas por parte dos homens singulares, que no processo de individuação operam na constituição da individualidade. As escolhas feitas por indivíduos, devidamente valoradas e conscientemente orientadas, possibilitam “uma luta verdadeiramente ampla, uma luta política” dirigida à classe para-si. Por isso a relação ontológica entre desenvolvimento das individualidades e alternativa torna possível a apreensão da gênese imediata da formação da classe para-si mesma como base de uma luta de classes de amplo caráter político. Ainda sobre este fundamental problema da consciência do agir na práxis política o autor destaca dois aspectos interligados:

de um lado, que cada decisão alternativa de cada trabalhador tornado individualidade pressupõe como base um determinado estágio de desenvolvimento do ser social, mas por outro lado e ao mesmo tempo, também que a práxis coletiva que nele surge (síntese prática de muitas decisões alternativas, no imediato, pessoais) não pode absolutamente ser uma simples consequência direta, mecânico-causal, do desenvolvimento social (econômico) objetivo, mas ao invés, pressupõe uma decisão alternativa e portanto, diversa, de muitas, em que naturalmente tem ao menos presente a realidade fundante na qual cada uma dessas decisões alternativas permanece uma decisão originada e enfim, sendo ele o seu único campo de ação real, determinado pelo ser econômico (p.62).

O estágio de desenvolvimento no qual se encontra a sociedade é o pressuposto para as decisões alternativas das individualidades, visto que não só a individualidade emerge com o desenvolvimento social, mas também os valores vigentes naquela sociedade agem sobre as decisões alternativas de cada individualidade. Além disso, “a práxis coletiva que nele surge (síntese prática de muitas decisões alternativas, no imediato, pessoais)” não resulta mecanicamente e diretamente do crescimento econômico, pois ela pressupõe uma decisão alternativa diversa de outras ali operantes, cujo campo de ação é, somente por último, determinado pelo econômico. Aliás, nosso autor chama a atenção para um aspecto especialmente relevante em

si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesse de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política”. Marx, K. *Miséria da Filosofia*. Tr. Paulo Ferreira Leite, São Paulo: Centauro, 2001, p.151.

relação ao próprio gênero humano:

O gênero, que determina os homens singulares e que se constrói com a sua existência e práxis, não é simplesmente um processo em via de diferenciação sempre mais acentuada e por isso mesmo criadora de diferenciações sempre novas, ao invés – a partir de um determinado grau de desenvolvimento – é por sua natureza ontológica um resultado de forças em luta recíproca que são postas em movimento socialmente: um processo de luta de classes na história do ser social (p.63).

A luta de classes constitui, portanto, um dos impulsos ao desenvolvimento social que, a partir de certo grau de sociabilidade, age na constituição do gênero humano. Isso faz do gênero não apenas o resultado das múltiplas diferenciações ocorridas no processo socioeconômico, mas também ontologicamente um resultado do processo histórico da luta de classes. Por isso mesmo:

O homem singular, que mediante as decisões alternativas de sua práxis objetiva reproduzir a si mesmo socialmente, na grande maioria dos casos deve também – não importa com quanta consciência – tomar posições sobre como se imagina presente e futuro da sociedade na qual ele com tais decisões indiretamente se reproduz como indivíduo, sobre como o deseja em termos de ser, sobre qual direção do processo corresponde às suas ideias quanto ao percurso mais favorável à sua vida e à do seu próximo (p.63).

A reprodução das individualidades irá implicar também a tomada de posição diante da realidade objetiva da própria sociedade. Em geral os homens se deparam com o fato de que precisam avaliar o presente e as possibilidades que se delineiam no mundo das ideias e dos projetos societários em direção ao futuro. Nesse processo, fazem escolhas sobre qual direção se identificam e que se apresenta mais adequada à condução da sua vida e da dos seus contemporâneos.

Na análise da função da luta de classes para o desenvolvimento da individualidade, Lukács aprofunda o tema, mostrando como no equacionamento deste problema não temos

simplesmente que o diferenciar-se das decisões alternativas singulares na vida do indivíduo recebe um ulterior impulso das circunstâncias nas quais deve tomar suas decisões não em uma condição estática, mas no meio de um constante processo de colisões entre forças antagônicas existentes, temos também que estas decisões – conscientemente ou inconscientemente, e em ambos os casos com muitas sutilezas – surgem das contradições práticas que movem a sociedade e contribuem – quase sempre independentemente da consciência em propósito – para influenciar de algum modo objetivo-prático, ainda que

mínimo, o resultado (p.63).

A tendência à diversificação das decisões dos indivíduos recebe um impulso ainda maior pelo fato de que tais decisões são tomadas em condições de confronto e conflito entre forças antagônicas que colidem entre si. Além disso, tenhamos ou não consciência desse fato, tais decisões emergem das próprias contradições práticas existentes na sociedade, contribuindo para influenciar o resultado da luta. Deste modo, quando desejamos

compreender do modo mais multilateral e objetivo possível o devir-indivíduo do homem, queremos interpretar as suas tentativas necessárias para viver, de conduzir a unidade em si mesmo, aqueles elementos dinâmicos da sua personalidade, os fenômenos singulares muito heterogêneos no conteúdo e na forma, nós podemos fazê-lo somente tendo continuamente diante dos olhos o fato de que neste complexo sempre movido, sempre processual, todo momento emerge dos problemas sociais reais do concreto estádio da genericidade e, qualquer que seja a práxis na qual se traduz, aqui torna em última análise a desaguar (p.63-4).

O movimento no sentido da constituição da individualidade e da personalidade, como tentativa de unificação ou de homogeneização das inúmeras e heterogêneas expressões da sua exteriorização, pode ser compreendido somente quando se percebe que a sua gênese tem lugar a partir dos problemas reais existentes na sociedade expressos cotidianamente. Mais uma vez adquire realce o peso da vida cotidiana em sua imediaticidade nos processos sociais, aqui, em especial, aqueles referentes às expressões da individualidade e da personalidade. Tornar-se personalidade é um processo em contínuo movimento que, traduzido em qualquer práxis, deságua também na própria sociedade. Lukács adverte:

É, portanto, ontologicamente impossível também apenas imaginar-se uma individualidade sem esta origem e sem este resultado, muito menos ver, pois, no seu – nesta óptica: pretensão – automovimento, o princípio unificador que realmente guia a individualidade. Esta seca negação teórica não perde nada da sua nitidez, se por esclarecimento vem acrescido que com isso não se pode negar, mas, ao contrário, plenamente confirmar a ação no imediato primária dos fatores dinâmicos subjetivos. De fato, sem o reconhecimento deste ser na imediaticidade da vida dos indivíduos, estes não poderiam tornar-se individualidade, mas simples produtos mecânicos do desenvolvimento social. E, portanto, todos os traços específicos do ser social que o distinguem de todos os outros seres seriam de novo idealmente cancelados (p.64).

A argumentação do autor neste aspecto está basicamente dirigida

mais uma vez no sentido de mostrar a impossibilidade de conhecer as bases ontológicas da individualidade, da qual resulta a personalidade como sua substância específica, descolada da vida em sociedade na qual se efetiva também sua reprodução como indivíduo. Ressalta ainda a ação decisiva dos fatores subjetivos nesse processo caracterizado pela interação entre constituição da individualidade e o imediato da vida social. Por isso mesmo a personalidade como produto indireto do desenvolvimento das forças produtivas não pode ser simplesmente uma sua linear realização. Deste modo, em relação aos indivíduos,

uma ontologia do ser social, se não quer falsificar os nexos ontológicos, deve tentar colher precisamente os seus traços específicos no seu originário ser precisamente-assim. E profundamente, decisivamente característico do ser social é justamente que todos os processos dinâmicos da práxis humana, formados só nele, só nele possíveis, são, quanto à gênese, fundados no respectivo modo evolutivo da sociedade, na economia desta e nele são determinados até nos próprios momentos específicos, característicos. Na sua dinâmica imediata, contudo, podem manter-se no controle de uma ampla vida própria, de um desenvolvimento próprio, e isto seja no plano da forma seja no dos conteúdos (p.64).

Todas as formas e expressões da práxis humana surgem das determinações específicas da sociedade em seu movimento evolutivo, das determinações da sua economia, como já afirmara antes, de modo que também o desenvolvimento das individualidades tem aí os seus nexos ontológicos e por elas são socialmente determinados. Mas aqui o autor retoma um aspecto na reflexão desse processo referente aos indivíduos, o fato de que, quanto a “sua dinâmica imediata, contudo, podem manter-se no controle de uma ampla vida própria, de um desenvolvimento próprio, e isto seja no plano da forma seja no dos conteúdos”. Com isso se tem que a dinâmica da vida pessoal guarda uma autonomia relativa ante a dinâmica social no seu conjunto. Tal reflexão é relevante para a relação entre individualidade e classe social na gênese histórica de sua diferenciação. Em dado momento da sociabilidade, a história de cada um transcorre paralelamente à história de sua classe sem que a sua individualidade esteja irremediavelmente ligada à classe social à qual pertence. Isto reafirma que, aliados às determinações objetivas do desenvolvimento social, há também fatores subjetivos que atuam no âmbito dos sujeitos individuais. Mas no plano mais geral confirma o fato essencial de que a duplicidade imediata de vida pessoal e social se articula à unidade indissolúvel do homem singular com o seu gênero, revelando a essência da generidade não-mais-muda que se explicita a cada momento histórico segundo o desenvolvimento da

sociabilidade humana.

Na sequência da transformação de singularidade em individualidade, resultante do ato de trabalho pelo qual o homem tende a superar a nudez natural do gênero, originalmente a sociabilidade se mostra imutável e as relações entre gênero e indivíduo aparecem naturalmente estabelecidas como fato permanente desde o nascimento até a morte de cada um deles. Expressão disso é que historicamente as circunstâncias econômicas do nascimento dos indivíduos determinaram suas condições de vida de modo fixo, bastando pensar nas castas, nas ordens, momentos típicos de sociedades mais antigas em que a individualidade está irremediavelmente ligada a tal condição e assim aparece à consciência dos homens.

Lukács comenta como Marx percebeu e mostrou as circunstâncias econômicas do comportamento humano em relação à origem das condições de vida dos indivíduos como resultado da práxis humana, ao afirmar que:

Na ordem (e mais ainda na tribo) este fato é ainda dissimulado: por exemplo, um nobre permanece sempre um nobre e um vilão sempre um vilão, a prescindir de qualquer outra relação sua: é uma qualidade inseparável da sua individualidade. (Marx *apud* Lukács, p.65).

Nosso autor entende a diferenciação entre o indivíduo como pessoa e o indivíduo como classe como fato que emerge em condições históricas concretas resultantes de uma socialização relativamente desenvolvida da sociedade. Com o desenvolvimento humano-genérico, a interação entre indivíduo e gênero se transforma em um duplo processo de diferenciação em que a posição de classe do indivíduo aparece como casual e “no qual pela própria interação prático-ativa a genericidade (*Gattungsmäßigkeit*) mesma resulta um processo histórico-social”.¹² Ainda no sentido da diferenciação entre classe e indivíduo, Lukács, após Marx, argumenta:

Só com o capitalismo ocorre “a diferença entre o indivíduo pessoal e o indi-

¹² Lukács, G. *Prolegomeni...*, op. cit., p.65. Em francês, Nicolas Tertulian traduz a expressão *Entwicklung der menschlichen Gattungsmäßigkeit* por *Le développement de la spécificité du genre humain*. In *Le grand projet de l' éthique. Ethique et politique, Actuel Marx* n.10, Paris: Presses Universitaires de France, 1991, p.82. Na versão italiana o termo usado é *genericità*. Em português, na tradução de *gattungsmäßigkeit* tem sido usado genericidade ou ainda genericidade. Trata-se de neologismos e aqui adotaremos genericidade na tradução do termo, que corresponde ao gênero humano no tornar-se humanidade.

víduo como membro de uma classe, a casualidade das condições de vida para o indivíduo [...] Só a concorrência e a luta dos indivíduos entre eles produz e desenvolve esta casualidade como tal. Também sob o domínio da burguesia os indivíduos são mais livres em princípio, na imaginação, porque para eles as suas condições de vida são casuais; na realidade são naturalmente menos livres porque mais subordinados a uma força objetiva”. Por isso são determinadas as formas particulares que concretizam o comportamento do indivíduo em uma tal sociedade com antagonismos de classe (p.65).¹³

O capitalismo instaura uma nova forma de interação do indivíduo na sociedade. Nesta sociedade, as condições de vida produzidas e desenvolvidas pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si, que os transformam em membros de uma classe social se mostram casuais, posto que essa condição é passível de alteração ao longo da vida. Se ante a falência econômica um nobre mantinha sua condição de nobre, a condição de burguês é mutável caso ocorra a falência material e, com ela, modifica-se a interação do indivíduo com a classe. Explícita-se, portanto, que a relação da individualidade com a classe social tem origem aí em determinações de natureza econômico-social operada por simples casualidade. No capitalismo os indivíduos se imaginam mais livres devido à casualidade de suas condições de classe, mas nosso autor, assim como Marx, considera que “são naturalmente menos livres porque mais subordinados ao poder das coisas”. De modo que a liberdade burguesa que se apresenta à consciência dos indivíduos neste estágio de desenvolvimento humano resulta da sua subordinação a uma força objetiva, em consequência expressa a não-liberdade do homem como ser humano genérico. Também nesta sociedade marcada pelos antagonismos de classe as formas particulares de comportamento dos indivíduos são determinadas socialmente. Assim:

A individualidade, portanto, pode expressar-se também tomando posição pró ou contra a sociedade existente na luta que cada sociedade deve sustentar para afirmar-se na prática como estágio da genericidade, e pode fazê-lo seja em nome do passado, seja do futuro, no qual estes podem significar tanto um gradual reestrutura reformadora do existente, quanto sua subversão revolucionária. Esta escala de conteúdos históricos tão ampla é um dos momentos mais importantes que ajudam o homem singular a elevar as suas decisões nos campos e níveis mais heterogêneos de sua personalidade à unidade objetivo-dinâmica ou, nesta aspiração à unidade, o conduzem ao fracasso interior, que obviamente pode ter ainda como consequência a falência externa da inteira conduta de vida (p.65).

¹³ A citação interna ao texto é de Marx em *A ideologia alemã* (p.119-20).

Com isso nosso autor se propôs a dar exemplo de um momento entre as ilimitadas possibilidades de expressão da personalidade. No seu entendimento somente

uma teoria ontológica, apoiada sobre si mesma, das diversas formas e fases da práxis social dos homens, uma teoria da genericidade que nela age, no plano formal e de conteúdo, poderia pôr-se em condições de exprimir de modo adequado, mesmo que sob certa medida, a problemática aqui existente. (p.66).

As exposições neste campo relacionadas à história se encontram, na percepção de Lukács, num plano geral e abstrato. Sua preocupação básica neste nível de análise está em apreender e demonstrar a raiz ontológica da individualidade, e assim diz:

Antes de tudo já está claro agora que a individualidade do homem não pode de modo algum ser uma sua qualidade originária, inata, mas é o resultado de um longo processo de socialização da vida social dos homens, um momento do seu desenvolvimento social, que quanto ao seu ser, assim como as suas possíveis prospectivas, podem ser compreendidas na sua verdadeira essência somente a partir da história (p.66).

Nosso autor realça decisivamente este fato elementar para uma análise consequente da individualidade, considerando as tendências predominantes em ver o indivíduo como o fundamento último da sociabilidade humana, em vez de um resultado do processo histórico-concreto. Do seu ponto de vista:

A gênese sócio historicamente determinada da individualidade humana deve ser posta energicamente no centro de tais análises, até porque tanto a ciência social quanto a filosofia da sociedade burguesa se inclinam a ver na individualidade uma categoria central do ser do homem, o fundamento de tudo, que não necessita ser derivada. Tal ponto de partida, por nada demonstrado, por nada demonstrável, aparece ao homem tornado indivíduo do nosso presente tão óbvio que na maioria dos casos não sente nem ao menos a necessidade de demonstrá-lo, assim, a toda tentativa de derivação histórico-genética reage com uma repulsa nascida da aversão imediata (p.66).

A ênfase na gênese sócio histórica e ontológica do problema da individualidade está relacionada a eliminar o risco do falseamento das bases fundamentais do homem no campo filosófico, científico e mesmo artístico. No seu entendimento, se for eliminada a base ontológica do trabalho, a individualidade resulta numa abstração ideal que não revela a essência humana concreta. Mas aponta para a possibilidade do conhecimento da individualidade no mundo contemporâneo e realça aspectos a serem considerados quando diz que

podemos tratar desta etapa relativamente nova no desenvolvimento da genericidade humana, o acesso a ela pressupõe sempre o esclarecimento geral das situações típicas, fundamentais, que se formam, com as suas premissas e conseqüências. (p.67).

Para o autor:

Todas as demandas de conteúdo e de forma, que emergem nas objetivações práticas do presente desenvolvimento da individualidade humana, que (se) fazem efetivamente nela ou em termos puramente práticos ou objetivando em termos filosóficos, artísticos, etc., os problemas práticos, todas estas demandas são determinadas em tal dúplici direção: por uma parte, mostram no caso singular uma das múltiplas possibilidades que necessariamente podem surgir [só] em um dado estágio da genericidade; por outra parte, enquanto decisão singular, remetem (de maneira imediata e direta ou generalizada a partir da imediatez) àqueles problemas atuais da genericidade até então realizada, cuja base econômica suscitou diretamente a sua realização individual (p.67).

No atual estágio de desenvolvimento sócio humano, demandas das objetivações da realidade social, seja de base prática, seja de nível mais elevado, revelam dois aspectos: sua singularidade é uma das múltiplas possibilidades surgidas somente e necessariamente em um dado estágio da genericidade; ao mesmo tempo, a decisão individual se refere, no imediato, aos problemas nascidos da base econômica naquele determinado nível de genericidade. Assim, as demandas às quais os homens devem responder, bem como as escolhas que realizam no percurso de suas vidas, são respostas às demandas postas somente pelo estágio de genericidade no qual estes mesmos indivíduos reproduzem sua existência. Além disso, estão relacionadas aos problemas imediatos da genericidade real cujas bases econômicas fazem emergir os dilemas da adequação individual ao gênero. Na realidade, a constituição do homem em gênero humano a cada momento é resultado da interação dos dois processos que impulsionam à genericidade no plano social e no plano da realização individual. Expressa o duplo movimento várias vezes relatado, conforme reafirma o autor:

Trata-se, pois, sempre de inter-relações nascidas da relação ontológica de dois processos por último, mas só por último, determinados unitariamente: do processo da genericidade geral e do seu modo real de apresentar-se no processo prático da reprodução dos exemplares singulares. (p.67).

Como se vê, uma expressão da práxis humana real. Lukács diz mais:

Que o primeiro processo se forme diretamente das sínteses sociais dos atos singulares do segundo é coisa óbvia, isto porém não somente não impede o

fato da heterogeneidade, até da antítese dos atos singulares, mas realmente o produz. Não se deve nunca esquecer que este processo também esconde sinteticamente em si momentos antitéticos em seu caminho (p.67-8).

Portanto, o autor entende a formação da genericidade como o resultado das “sínteses sociais dos atos singulares”, mas ao mesmo tempo estas sínteses são heterogêneas e não só isso, este processo é composto também de atos singulares antitéticos. Neste sentido está evidente mais uma vez que não pensa a dinâmica do processo como um desenvolvimento linear e homogêneo, precisamente por ser a síntese de atos singulares ele é não somente heterogêneo, mas produz antíteses e confrontos que se manifestam praticamente na vida social e individual. Assim sendo:

O fato da luta de classes, tão fundamental para o nosso problema, comporta necessariamente que a respeito do ser autêntico de cada momento neste processo é no mais alto grau caracterizador quanta negação (se está voltada para diante ou para trás, quão enérgica, de qual qualidade, etc.) contenha cada um dos tais momentos como componente da respectiva decisão realmente realizada (p.68).

O conteúdo da negação por parte dos indivíduos no processo da luta de classes é um componente das decisões dos homens na sua realização. Em consequência da negação, alguns momentos dessa luta formam em si uma síntese muito complexa, que passa a ser intensamente avaliada em múltiplos aspectos tanto em relação ao presente quanto em relação ao passado, incorporando-se às futuras decisões dos homens neste campo. Então, comporta necessariamente as decisões com base em um valor para poder estabelecer a base da própria negação. Ele argumenta ainda:

Para que qualquer um no presente aja de alguma maneira, na maioria dos casos um fundamento da sua decisão é não somente o ser social próprio daquele momento, mas também indissociavelmente a sua origem e qual direção entenda tomar no futuro. (p.68).

No curso do processo essa avaliação que estabelece uma relação entre passado e futuro está também sujeita às mais variadas mudanças, mas, acrescenta o autor: “Somente assim, porém, neste mudar por princípio dúplice, o decurso histórico da genericidade pode vir a ser para os homens sua própria história” (p.68).

Observa-se que indiscutivelmente Lukács associa a genericidade humana aos processos da totalidade social e da individuação em seus aspectos subjetivos, pessoais, como momentos separados tão-

-somente no imediato, mas unidos, em última análise. As decisões dos homens singulares figuram também como elemento essencial na sua condução. Para o autor, este processo

possui como seus componentes efetivos não só os reais atos práticos imediatos da sociedade e dos homens singulares que o compõem, mas também tudo que o que o desenvolvimento histórico da humanidade produziu. A ciência, a arte e a filosofia são momentos seus, que põem valores e destroem valores, não menos das ações dos homens em sentido estrito. Pelo contrário, tanto mais isto acontece quanto mais este momento torna-se passado. Uma grande parte das ações reais cai de fato no esquecimento e o material para as avaliações posteriores é dado somente por aquele cuja essência, cujo sentido, cujo valor, etc., permanece depositado na consciência como momento de um estágio evolutivo da generidade. Pode-se dizer: a ideologia essencial que a sociedade produziu e produz (p.68).

Nosso autor não perde de vista o problema dos valores no processo constitutivo do desenvolvimento genérico em sua dupla expressão, indicando a ciência, a filosofia e a arte como sistemas de valores elevados; expressões da ideologia de um determinado estágio evolutivo da generidade. Para ele, a ideologia que permanece fixada na consciência medeia a relação entre passado, presente e futuro, constituindo a base das avaliações dos homens para suas ações futuras.

O desenvolvimento objetivo da generidade é também composto de complicados e variados processos que, antes de tudo, “são atos imediatamente necessários no processo reprodutivo social dos respectivos homens singulares” (p.69), porque compõem o campo das “respostas que os homens são induzidos a dar no interesse da sua autorreprodução a situações e processos sociais”(p.69). Deste modo, “a unificação subjetiva, a que os homens singulares mais ou menos conscientemente aspiram, daqueles seus atos de reação ao próprio ambiente social” (p.69) não é jamais ato subjetivo puro, ela provém do impulso de responder às demandas sociais e, embora a intenção imediata venha do sujeito, nos seus aspectos mais decisivos ela é dirigida à sua própria generidade. Assim, mesmo os aspectos mais singulares possíveis, relativos ao plano dos sentimentos mais pessoais, são rigorosamente de natureza social, nascem e tendem a desaguar na sociedade que dá lugar àquele indivíduo e por isso mesmo estão ligados à constituição da generidade daquele dado momento. Neste sentido, argumenta:

Justamente o conteúdo mais genuinamente pessoal de tais decisões singulares, e mais ainda quando se tem uma sua síntese unificadora aos fins da

originalidade pessoal, na prática que de algum modo é dirigida aos problemas da respectiva sociedade, só pode implicar a aspiração, quaisquer que sejam os conteúdos e as direções da sua consciência, a ter uma função determinada, adequada à personalidade, na generidade que ali está se formando. Naturalmente o êxito ou o fracasso em tal obra de autoconstrução por parte do homem é, em primeiro lugar, no imediato determinado por seus dados pessoais (talentos, inclinações morais, etc.). Mas o modo mesmo no qual eles sempre conseguem manifestar-se, no qual agem também contra o exterior, no qual por sua vez isto repercute sobre o homem que põe etc. é impossível compreendê-lo quando se separa das reações sociais que o colocam em movimento (p.69).

Lukács articula, então, as tomadas de decisão mais íntimas e pessoais dos indivíduos sobre problemas práticos da respectiva sociedade à aspiração a exercer uma função na generidade em construção. De algum modo a generidade em formação requer, na prática, indivíduos cujas aspirações aliem a adequação de funções determinadas à personalidade. Assim, ele defende também neste plano mais íntimo e pessoal a intrincada relação entre a construção da personalidade e o gênero na qual essa personalidade tem lugar. Neste plano mais interior a ação dos valores é decisivamente atuante, seja nos aspectos diretamente relacionados aos interesses de cada indivíduo na condução de sua vida pessoal, seja nas suas aspirações relativas à sociedade na qual vive e da qual espera algo para o conjunto dos homens que nela atuam. Portanto, Lukács mostra que a associação da personalidade ao problema do valor, ao contrário do que muitos pensam, reforça ainda mais o seu caráter histórico-social. Sobre este ponto, diz entretanto:

aqueles que nos atos de pôr um valor, da avaliação, do [pôr uma] continuidade e descontinuidade do valor, etc. creem ver fenômenos que possam definir a personalidade humana como dado ontológico autônomo, autoconsistente, ou antes como força antagônica da generidade, que é fundada socialmente, ignoram justamente os problemas ontológicos centrais do ponto de vista do valor. Realmente não é verdadeiro que o êxito ou o fracasso na unificação – sobre a qual se constrói a personalidade – dos modos de reagir à realidade tem em resumo caráter meramente subjetivo-pessoal. Em termos do valor o contrário é justamente verdadeiro, o esforço da personalidade para dar prova de si pode ter êxito ou fracassar somente nas inter-relações com outros homens, com o ambiente social. Uma decisão solitária, que permanece fechada no eu, tem realidade não somente social, mas também pessoal (p.70).

Nessa perspectiva novamente se vê reafirmado que a personalidade compreende a unificação, uma síntese de todas as decisões singulares do indivíduo, formando o conteúdo de sua essência pessoal em meio à realidade de suas relações sociais. Ante os conflitos

enfrentados no decorrer de sua existência, ela se revela em cada ato individual, em cada decisão tomada e realizada na convivência com outros homens. A decisiva presença dos valores marca a reflexão do autor no movimento que ele estabelece entre a formação da personalidade e a constituição da genericidade humana a cada momento particular. No contínuo e permanente tornar-se humano-social, a alternativa, presente nos atos imediatos dos indivíduos, é uma mediação fundamental que se traduz mesmo nos sentimentos mais íntimos que, somente transformados em atos, podem demonstrar a genuinidade da pessoa. Mais adiante Lukács afirmará resolutivamente como todas essas considerações têm por base que a personalidade humana

surge do desenvolvimento social objetivo, cuja crescente complexificação põe os homens diante de decisões alternativas sempre mais variadas, no imediato reciprocamente heterogêneas, desenvolvendo neles um campo de manobra da possibilidade que cada pessoa singular está em condições de dominar somente aperfeiçoando em personalidade a peculiar, interna, unidade dinâmica do seu ser (p.203).

Essa ineliminável determinação econômico-social tende especialmente a impulsionar o desenvolvimento da personalidade, mas, “considerada na sua imediatez – não é outra que a destruição daqueles originários vínculos naturais que sempre mais se tornam um obstáculo ao desenvolvimento da produção” (p.203). Em outras palavras, a afirmação reconduz à constatação do autor acerca do fato de que é o processo de afastamento das barreiras naturais que torna casual a relação entre indivíduo e classe social vigente no capitalismo. Também por essa via se cria e expande o campo de manobra histórico-social concreto da personalidade humana.

Em síntese, pode-se afirmar que o complexo da personalidade humana na visão ontológica de Lukács resulta do desenvolvimento social objetivo, emergindo da ampliação quantitativa e qualitativa das atividades dos homens em sua reprodução social. Neste processo os homens se encontram diante de decisões alternativas mais e mais variadas e reciprocamente heterogêneas em termos do imediato e fazem suas escolhas com base em sistemas de valores socialmente determinados. A reprodução dos indivíduos numa dada sociedade torna indispensável um domínio adequado das reações que se multiplicam ante a realidade e induzem à construção de uma unidade interna dos modos de reagir dos indivíduos. Esta unidade interna muito variada que se forma nas mais distintas pessoas é a base ontológica da personalidade.

A concepção de personalidade entendida como complexo ontológico confirma a sua visão do homem enquanto ser fundamentalmente histórico-social, cujo contínuo processo de reprodução tende duplamente à genericidade como indivíduo e como sociedade. Trata-se de um dos momentos resultantes do complexo de superação da mudez natural em gênero não-mais-mudo, que comporta diferentes níveis de consciência dos homens sobre si mesmos. Varia da simples adaptação quase espontânea e irrefletida ao ordenamento local concretamente dado naquelas sociedades mais primordiais até o emergir de

uma compreensão traduzida em práxis, quase sempre em termos conflituais, do fato que a genericidade humana autêntica pode consistir somente no querer realizar no âmbito do próprio desenvolvimento da personalidade, a tarefa específica de elevar esta a genericidade, exatamente no ver nisto a medida da realização da própria personalidade. Somente aqueles nos quais a necessidade da personalidade é dirigida a uma tal unidade entre gênero e exemplar podem superar de verdade e totalmente os últimos resíduos de mudez, podem tornar-se enquanto personalidade entendida plenamente, sujeitos ativos de uma verdadeira história da humanidade (p.74-5).

Lukács enfatiza que diferentes níveis de expressão da genericidade não-mais-muda compõem o processo de evolução. Põe em evidência o surgimento de uma consciência traduzida em práxis da relação entre a total superação da mudez natural do gênero e o desenvolvimento de uma autêntica personalidade que se manifesta em termos de conflito interno daquela individualidade. Impulsionada pela necessidade, uma personalidade pode revelar-se autêntica se consegue superar os resíduos da mudez natural, mostrando-se como ser humano inteiro que se propõe a promover a unidade entre personalidade e gênero humano; somente assim pode tornar-se “sujeito ativo de uma verdadeira história da humanidade”. O problema da personalidade em-si e as possibilidades de sua elevação a uma autêntica personalidade humana serão objeto de análise no próximo capítulo.



Capítulo 3: Gênero humano e personalidade autêntica

O desenvolvimento do trabalho adquire paulatinamente importância sempre maior e mais articulada na sociabilização da sociedade. Por sua vez, a sociabilização, em seu processo reprodutivo, impulsiona o crescimento das forças produtivas e das capacidades humanas, criando um campo de manobra histórico-social concreto, no qual se dá a expansão das possibilidades de o sujeito humano concretizar sua personalidade. Esta é a perspectiva do autor em *Para a Ontologia do Ser Social*, conforme vimos nos capítulos precedentes de nossa exposição. Perspectiva retomada com o esclarecimento de novos ângulos no capítulo sobre a alienação, do qual pretendemos abstrair somente aspectos relativos à personalidade e ao problema que aqui nos interessa, sobre personalidade em-si e as possibilidades de sua elevação em autêntica personalidade humano-genérica.

Lukács afirma que uma “personalidade humana pode surgir, desenvolver-se ou definir-se somente em um campo de manobra histórico-social concreto” (p.569). O desenvolvimento da personalidade se articula ao crescimento das capacidades humanas, dado que “depende também, em muitos aspectos, de um nível mais elevado das capacidades singulares” (p.569). Portanto, o movimento de expansão da personalidade está relacionado a uma elevação do nível das capacidades singulares, o que permite pensar que sociedades cujo nível de desenvolvimento dessas capacidades é ainda baixo não favorecem sua expansão.

Ao prosseguir em sua reflexão, Lukács associa a gênese da personalidade à divisão social do trabalho, entendendo que “se levarmos em consideração não exclusivamente os singulares atos do trabalho, mas também a divisão social do trabalho que deles se origina, aparece claro que nesta devemos enxergar um importante momento da

sua gênese” (p.569). Esta associação entre gênese ontológica da personalidade e divisão social do trabalho tem por base que esta última “põe ao homem múltiplas tarefas, com muita frequência, fortemente heterogêneas entre si, cuja execução correta requer do indivíduo e, portanto, suscita nele, uma síntese de capacidades heterogêneas” (p.569). Sob o ângulo da atividade social, tais tarefas, diz o autor, “podem existir uma ao lado da outra, independentemente uma da outra” (p.569). Porém, dado que

ontologicamente o homem singular constitui um polo fundamental do ser social, é por isso ontologicamente inevitável que esta simultaneidade de tarefas heterogêneas adquira em cada indivíduo a tendência à unificação, à conexão, à síntese. (p.569).

O autor acrescenta:

A inevitabilidade ontológica dessa síntese resulta do simples fato de que todo homem é capaz de viver e de operar apenas como ente irrevogavelmente unitário. Por mais que se busque, em uma consideração unilateralmente diferenciadora, catalogar os seus atos singulares práticos sob rubricas totalmente diferentes e na aparência entre si independentes, para a sua vida pessoal eles formam uma unidade indissolúvel, estão em uma indissolúvel interação recíproca e, ainda que no imediato sejam postos em movimento separadamente, a sua execução e as suas consequências, os seus efeitos de retorno sobre o homem têm um influxo ineliminavelmente unificante. Não nos esqueçamos que são todos atos de exteriorização do mesmo indivíduo (p.570).

A divisão do trabalho impõe aos homens uma multiplicidade de atos heterogêneos, cuja realização precisa e correta impulsiona os indivíduos para uma “síntese de capacidades heterogêneas”. Esta síntese é ontologicamente inevitável pelo “simples fato de que todo homem é capaz de viver e de operar apenas como ente irrevogavelmente unitário”. Por mais que as diversas atividades sejam realizadas de modo aparentemente independentes, o indivíduo, como polo ontológico do ser social, elabora uma síntese unificadora dos seus atos. Deste modo, “para a sua vida pessoal eles formam uma unidade indissolúvel, estão em uma indissolúvel interação recíproca”, e assim, como atos de exteriorização do indivíduo, têm sobre eles um efeito unificador.

Portanto, o indivíduo é um polo ontológico do ser social que realiza simultaneamente atividades heterogêneas sempre como ente unitário. A execução de múltiplas atividades desenvolve nele uma síntese de capacidades heterogêneas, exercendo ao mesmo tempo sobre sua subjetividade um impulso unificador à constituição de

uma personalidade complexa que em sua unidade é síntese de múltiplas capacidades. Nas palavras de Lukács, “o tornar-se homem do homem é, como processo total, o mesmo que a constituição do ser social enquanto espécie de ser peculiar” (p.570). Aquele exemplar singular, inicialmente pouco distinto da mera singularidade, se transforma em personalidade complexa. Do mesmo modo que o da sociabilidade, este é um processo de longa data, desigual e contraditório. Corresponde a

um desenvolvimento contínuo, mesmo se rico de desigualdades e contradições, cujo resultado por um lado prossegue e aperfeiçoa o início, e por outro, ao mesmo tempo pode se encontrar em nítida contraposição com ele. Novamente uma conexão real que apresenta a estrutura da identidade de identidade e não identidade (p.274).

Assim como o outro polo da totalidade social, também a personalidade é concreta no sentido definido por Marx, “porque é a síntese de muitas determinações, isto é, uma unidade do diverso” (1982, p.14). Uma totalidade articulada que consubstancia uma unidade internamente heterogênea – e, quanto mais heterogênea, mais rica e socialmente articulada será esta unidade. Um sujeito será tanto mais rico, no sentido aqui delineado da sua constituição humana, quanto mais interage socialmente a partir das múltiplas mediações, demandas heterogêneas que a sociedade lhe solicita. O que equivale a reafirmar que a riqueza espiritual de um indivíduo depende da riqueza de suas relações reais. A formação objetiva e subjetiva da personalidade é realizada pelas sínteses das heterogêneas capacidades em transformação, reforçadas com a divisão do trabalho. Lukács reafirma:

E é uma diferenciação cujo avanço, na sociedade, não se pode deter. Quando, por exemplo, na Antiguidade tardia, o privado se torna uma categoria social, isso tem como consequência em todas as esferas da vida uma mudança substancial na forma e no conteúdo do ser da personalidade. Ou seja, são esses desenvolvimentos sociais que produzem para a estrutura e a ação da individualidade humana – favorecendo-a ou freando-a, no bem e no mal – o único campo de possibilidade real (1981, p.570).

A divisão do trabalho gesta uma dinâmica de diferenciação entre os indivíduos no interior da sociedade, que avança de modo incontrollável e a cada momento novo provoca mudanças no âmbito da personalidade. A própria sociedade, seu grau de desenvolvimento e o modo de ser da divisão social do trabalho nela existente criam o campo de possibilidades para o desenvolvimento da personalidade, em sentido positivo ou negativo. De tal modo que o ser e o conte-

údo da personalidade são não só historicamente determinados, mas também resultantes do processo objetivo da realidade social. Essas afirmações revelam alguns novos aspectos, especialmente quanto à ampliação do campo de possibilidades do indivíduo, e reafirmam as determinações da personalidade no desenvolvimento econômico-social. Em outro momento, Lukács se refere ao mesmo problema quando diz:

O desenvolvimento geral no sentido da ampliação do campo de manobra da possibilidade, logo, não é casual, e ainda menos casual é que a sua aceleração máxima ocorra e assuma um ritmo superior com o capitalismo. Não há dúvida, portanto, que o caráter casual da relação entre a pessoa singular e sua posição na totalidade social, torne-se um fator importante de aceleração desse processo (1990, p.185).

A expansão do campo de manobras da possibilidade é obra da necessidade que impera no crescimento das forças produtivas e suas consequências na vida social geral, daí que encontra uma dinâmica de alto nível no capitalismo. A casualidade operante na relação entre indivíduo e classe social nessa fase do desenvolvimento humano torna-se um “fator importante de aceleração desse processo” de ampliação do campo de possibilidades da pessoa. No ser social,

as singularidades (os indivíduos singulares) vão sempre criando mais o próprio ambiente; uma vez que o ponto de partida de cada processo social é constituído por uma posição teleológica, por uma decisão alternativa, deve mudar também a essência ontológica da necessidade que opera no plano geral (p.571).

Indivíduos humanos, ao agirem mediante posições teleológicas, cuja base é uma decisão alternativa, criam e recriam o próprio ambiente e, portanto, a própria necessidade que atua no plano geral vai sendo modificada em sua essência ontológica. Se a necessidade no mundo natural age automaticamente sobre processos e relações singulares, o mesmo não é válido para o mundo humano, conforme diz o autor: a necessidade que

é sempre constituída pelo nexó ‘se...então’, opera na natureza com um certo automatismo em relação aos objetos, às relações, aos processos, etc., a cada vez em questão. No ser social a coisa muda no sentido que a necessidade pode apenas provocar decisões alternativas, isto é, segundo a repetida formulação de Marx, ela se apresenta como motivo de decisões ‘sob pena de ruína’ (p.571).

No mundo dos homens, movido por posições teleológicas, a necessidade provoca decisões alternativas que, “sob pena de ruína”,

os homens devem tomar no seu processo de reprodução. Constitui assim uma nova estrutura e esta “não desaparece pelo fato de que as posições teleológicas colocam sempre em movimento séries causais movidas por uma necessidade análoga àquela dos processos naturais” (p.571). Nesse movimento incessante,

cada vez que estes nexos causais entram em contato com as atividades humano-sociais, reentra em jogo a decisão alternativa, a necessidade ‘pena de ruína’, ainda que de novo pondo em movimento sempre ‘naturais’ séries causais. (p.571).

Portanto, na reprodução da totalidade social, a decisão entre alternativas atua com base numa estrutura muito próxima àquela dos atos singulares do trabalho, pondo em movimento séries causais sob o impulso de uma necessidade à qual os homens devem responder.

Mais especificamente sobre a relação entre necessidade e personalidade, sua posição é clara quanto ao peso que as necessidades socialmente criadas exercem sobre o desenvolvimento da personalidade. Ele diz:

Ora, quando, em razão da crescente divisão do trabalho seguida dos problemas que esta põe ao homem singular para que ele responda, a mera singularidade do homem singular vai cada vez mais se movendo no sentido do desenvolvimento da personalidade. Também neste caso tem como fundamento uma necessidade ‘pena de ruína’ – terminando por alterar também as relações sócio dinâmicas entre necessidade econômica, entre necessidade sócio geral e o decurso dos processos individuais de vida, cada vez mais individuais (p.571).

A divisão do trabalho em sua expansão põe novos problemas a que os homens singulares terão de responder e este mesmo processo conduz à transformação das singularidades em personalidades. Neste caso, também o percurso em direção à personalidade decorre de que necessidades geradas na base econômica devem ser respondidas sob “pena de ruína” e no seu contínuo desdobramento promovem modificações na relação da necessidade social geral e os processos de vida, que se tornam sempre mais individuais. Portanto, a

primeira [a necessidade econômica], quanto mais a barreira natural se afasta na troca orgânica da sociedade com a natureza, isto é, quanto mais sociais se tornam as próprias categorias econômicas, tanto mais assume o caráter de um sistema de leis, de um ‘reino da necessidade’. (p.571).

Ao mesmo tempo, “esse mesmo processo torna-se cada vez mais independente da vontade, das aspirações, etc., dos homens singulares” (p.571-2). Assim, a necessidade também se modifica no

processo de afastamento das barreiras naturais, transformando-se num sistema de leis cujo funcionamento independe sempre mais da vontade dos indivíduos. No âmbito da individuação operam outros elementos da práxis, conforme fica aqui exposto:

No outro polo do ser social, no qual as decisões alternativas singulares agem essencialmente sobre a vida dos indivíduos, intervêm também outras complexas conexões e determinações da práxis. Elas, mesmo não agindo de maneira diretamente determinante sobre os momentos necessários no plano econômico-social, – os atos dos indivíduos inseridos em tais contextos se apresentam apenas como momentos da singularidade no quadro das leis gerais, – não são, contudo, indiferentes do ponto de vista histórico-social (p.572).

A individuação é o lócus da ação de decisões alternativas singulares que atuam sobre a vida dos indivíduos. Nela se inserem “conexões e determinações da práxis” que não se conectam diretamente aos momentos econômico-sociais, mas que não são desprovidas de significado para a história humana. Lukács argumenta “como isso que Marx e Lenin chamam de fator subjetivo do desenvolvimento, e que alcança a máxima visibilidade nas revoluções, tem as próprias raízes, sobretudo nesta esfera” (p.572).

Nosso autor se inclina aqui para a análise da alienação quando afirma que

o conflito de que estamos falando entre o desenvolvimento das capacidades humanas por obra das forças produtivas e a manutenção (ou a fragmentação) da personalidade humana depende também ele da dupla face, [...] do desenvolvimento social. (p.572).

Por isso o autor defende que a alienação assume um amplo significado social, ao expressar: “Conflitos deste gênero são de grande peso no desenvolvimento da sociedade e isto pode comportar, por exemplo, a ativação ou o desmoronamento do fator subjetivo” (p.572), daí a sua importância na reflexão sobre o movimento sócio histórico.

Contudo, a alienação não constitui o único conjunto de conflitos na evolução da sociedade. Ou seja,

a alienação é só um dos fenômenos da socialização. Por maior que seja a sua relevância, não deve nunca ser considerada a única objetivação do processo social. Se a entendêssemos desse modo, não faríamos mais que dar novamente vida, traduzindo-a em termos sociais, ao erro de Hegel, que identificou a alienação com a objetividade (a objetivação). (p.601).

Isto não minimiza a grande importância desse fenômeno, mas põe devidamente sua delimitação como um dos conflitos que interfere basicamente no desenvolvimento da personalidade humana.

Por isso nosso autor enfatiza que “para entender realmente o fenômeno da alienação, sem acréscimos e mascaramentos mitológicos, não se deve jamais perder de vista que a personalidade, com toda a sua problemática, é uma categoria social” (p.572). Como enfatizamos ao longo da exposição, a personalidade expressa um complexo da existência humana cuja imanência jamais pode ser reduzida à pura interioridade do sujeito, supondo a interação real e concreta de objetivação e exteriorização.¹⁴

O exame do problema da personalidade impõe, assim, alguma alusão à conexão entre personalidade e alienação, já que Lukács formula esta conexão do seguinte modo:

o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc. a personalidade do homem (p.562).

Na Ontologia a alienação é uma das categorias que recebe um tratamento particular devido à sua complexidade e importância, mas, para o momento, limitamo-nos a essas simples assertivas e somente nos deteremos sobre a alienação nos aspectos imprescindíveis ao tema de nosso interesse. Quanto ao processo de reprodução, de sua evolução e consequências para o desenvolvimento da personalidade, a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e necessidades passa por alterações que requerem a apreensão de um

¹⁴ Veja-se o que diz a respeito a afirmação de Tertulian: “A concrecência dos dois momentos, objetivação e exteriorização, não exclui, portanto, a possibilidade de conflitos entre os dois momentos, pois o homem pode ser obrigado a atos de objetivação que não correspondem a um verdadeiro desenvolvimento da subjetividade. Aí estaria, de acordo com Lukács, a raiz do fenômeno da alienação (conceito capital dos escritos de juventude, mas também da maturidade de Marx), onde a multiplicação das atitudes e das capacidades humanas induzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas não é acompanhada de uma autoafirmação da personalidade: a multiplicação das qualidades dos sujeitos funciona, neste caso, para a reprodução de um sistema cuja lógica escapa a de uma verdadeira exteriorização do sujeito cujas energias estão *confiscadas* por objetivações estranhas as suas necessidades profundas”. Marx: uma filosofia da subjetividade. *op. cit.* p.11.(Grifo na obra).

aspecto interessante:

O necessário desenvolvimento das forças produtivas do trabalho – cujas conseqüências, como temos dito mais vezes, são tais que decresce continuamente o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do homem como ser vivente – tem como efeito, via campo de consumo cada vez economicamente possível, que o peso econômico das atividades necessárias à reprodução direta da vida física vá perdendo sempre mais o seu inicial domínio absoluto, uma vez que surgem necessidades e possibilidades de satisfazê-las que assumem uma colocação sempre mais distante da reprodução direta da mera vida (p.575).

Em conseqüência do desenvolvimento das forças produtivas e do decréscimo do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução, as necessidades a serem satisfeitas se distanciam da sua forma originária. O domínio absoluto do peso econômico das “atividades necessárias à reprodução direta da vida física” decresce, enquanto “via campo de consumo cada vez mais economicamente possível” emergem novas necessidades, sem que as primeiras jamais desapareçam. Em linhas gerais:

Este processo é ao mesmo tempo extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo. Por um lado, surgem necessidades satisfeitas que de modo nenhum existem nos estádios iniciais; por outro lado, as necessidades indispensáveis à reprodução da vida buscam satisfação nos modos que as elevem a um nível mais alto, mais social, mais afastado desta reprodução direta da vida (p.575-6).

O modo de reprodução direta da vida sofre modificações em face do desenvolvimento das forças produtivas. Os homens criam novas necessidades e novos meios de satisfação das necessidades, diminuindo o peso do momento econômico neste plano da reprodução física; ao mesmo tempo, este tende a elevar-se a um nível sempre mais social. Contudo, Lukács recorre a Marx para mostrar que, na produção capitalista, esse movimento não promove a expansão da personalidade a todos os homens. Conforme o autor:

Marx, analisando economicamente a vida dos operários do seu tempo mostrou a alienação nas expressões mais elementares da vida dos homens que com toda evidência são fundadas nos sentidos. Ele diz: ‘O resultado é que o homem (o trabalhador), se sente livre, enfim, somente nas suas funções bestiais, no comer, no beber e no sexo, tudo o mais no ter uma casa, na sua saúde corpórea, etc., e que nas suas funções humanas se sente apenas mais um animal. O bestial torna-se o humano e o humano o bestial. O comer, o beber, o gerar, etc. são também, com efeito, simples funções humanas, mas são bestiais na abstração que as separa do restante âmbito da atividade humana e faz delas

os fins últimos e únicos'.¹⁵

Marx põe em destaque como o modo de produção capitalista aliena os operários, agindo sobre o modo de ser e sentir dos indivíduos no processo produtivo. Reduz suas aspirações às necessidades reprodutivas ou de consumo como finalidades únicas e últimas da sua vida. Tais funções, abstraídas da totalidade da atividade humana, correspondem apenas à satisfação das necessidades em sua dimensão reprodutivo-natural e não impulsionam para uma elevação das individualidades a um plano social compatível com o desenvolvimento das capacidades alcançadas até o momento. Lukács adverte:

A metáfora muito drástica – bestial – nem é usada aqui em termos meramente retóricos, nem é tomada em sentido literal. Corretamente entendida, ela designa, ao invés, com grande exatidão, o estado que provoca no homem determinadas alienações: o seu encontrar-se fora do complexo do ser-homem (do ser-social, do ser-personalidade) que se tornou possível no plano do gênero humano, que o estágio de civilização daquele momento – incluindo-se, naturalmente, o desenvolvimento das capacidades, enquanto sua base – torna possível em linha de princípio (p.575).

Alienações deste tipo atuam rebaixando a sensibilidade humana a um nível aquém do possível mesmo para tal estágio de desenvolvimento do gênero humano. Refletem a desigualdade do desenvolvimento entre forças produtivas, que levam as capacidades a alcançar um nível sempre mais elevado enquanto a personalidade humana se mantém no plano da particularidade. A satisfação das funções reprodutivas representa para aqueles indivíduos a única forma de sentir-se livre, de sua realização como homem, em detrimento do seu ser homem integral no âmbito do crescimento genérico já alcançado. Eles não desfrutam dos efeitos da redução do domínio absoluto das atividades econômicas na reprodução da vida física; neste preciso sentido, encontram-se “fora do complexo do ser-homem (do ser-social, do ser-personalidade)”. A isso Lukács denominou de “estádio de civilização daquele momento”. A fragmentação do homem no processo produtivo limita o desenvolvimento das individualidades, como unidade objetiva e subjetiva, ao plano da particularidade, tornando o ter a única medida de sua liberdade.

No processo de reprodução social a divisão do trabalho se com-

¹⁵ Lukács. *Ibidem*, p. 575. Marx *apud* Lukács, MEGA, I. p. 86 [trad. it., *Manoscritti economico-filosofici*, cit., p. 301]. *Manuscritos econômico-filosóficos*, *op. cit.*, p.114-5. Tr. Jesus Ranieri, *op. cit.*, p.83.

plexifica e expande o campo de possibilidades histórico-sociais concreto da personalidade. Mas esse movimento não está livre de alienações; a ação do desenvolvimento das forças produtivas sobre os indivíduos restringe o nível de desenvolvimento das personalidades. Relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem reduzem sentimentos e aspirações ao plano do ter e cerceiam a expansão da personalidade no sentido do para-si do gênero humano. Nas palavras de Tertulian:

Para Lukács, o *gênero humano em si* exprime as fases da sociedade onde os indivíduos desenvolvem suas capacidades a fim de responderem aos imperativos da reprodução social sob o signo da coerção e das normas impostas pela organização social reinante (agindo quase sempre “sob pena de naufrágio”, “*bei der Strafe des Untergangs*”, segundo a expressão de Marx). Os indivíduos ficariam restritos neste nível a sua pura *particularidade* enquanto agentes da reprodução social, sem chegar a transgredi-las em direção à verdadeira autonomia de sua personalidade e à autoafirmação de suas qualidades mais humanas (2004, p.13-4, grifos do autor).

Na continuidade desta mesma reflexão Tertulian diz que diferentemente do em-si, o para-si expressaria o movimento em oposição a essa tendência da manutenção da personalidade ao nível do particular, pois:

O *gênero humano para si* exprimiria justamente esta transgressão em direção ao verdadeiro crescimento da personalidade, onde o “*desenvolvimento das forças humanas*” se transforma, segundo a expressão de Marx, em um “*fim em si mesmo*” e onde a ação individual adquire uma dimensão universal se inscrevendo no processo de emancipação humana (p.13-4).

Essas reflexões de Tertulian sobre o problema da genericidade em Lukács, com o acentuado peso da ação dos indivíduos no processo emancipatório da humanidade, corroboram revelações que emergem da análise feita a seguir.

3.1 Sexualidade, gênero humano e personalidade

Um dos momentos da reflexão de Lukács sobre a personalidade humana adquire conotação peculiar ao falar das relações dos homens entre si como medida do grau de civilização do desenvolvimento sociogenérico. Em princípio a exposição versa particularmente sobre a relação entre os sexos e sobre isso Lukács se pronuncia alegando que “Fourier tem completa razão ao considerar o desenvolvimento sócio humano nesta esfera como medida do plano da civilização”

(1981, p.576). Ou seja, o grau de desenvolvimento humano-social de uma civilização pode ser avaliado a partir da relação entre homem e mulher ali existente. Nosso autor recorre justamente a uma longa citação de Marx para corroborar suas reflexões:

A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a *relação do homem com a mulher*. Nesta relação genérico-natural a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o outro homem, como a relação do homem com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural*. Nesta relação *aparece*, pois, *sensivelmente* e reduzido a um *fato* intuitivo, até que ponto, no homem, a essência humana tornou-se natureza ou a natureza tornou-se essência humana do homem. Desta relação se pode, portanto, avaliar todo o grau de civilidade do homem. Do caráter desta relação provém o quanto o homem tornou-se e se é culto como *ente genérico*, como *homem*. A relação do homem com a mulher é *a mais natural* relação do homem com o homem. Nela se mostra, pois, até que ponto o comportamento *natural* do homem tornou-se *humano*, ou seja, até que ponto a sua essência *humana* tornou-se essência *natural*, até que ponto a sua *natureza humana* tornou-se *natural*. Nesta relação se mostra também até que ponto a *necessidade* do homem tornou-se *necessidade humana*; até que ponto, pois, o *outro* homem como homem tornou-se uma necessidade para o homem, e até que ponto o homem, na sua existência a mais individual, é ao mesmo tempo ente de comunidade”.¹⁶

Na relação do homem com a mulher “se pode, portanto, avaliar todo o grau de civilidade do homem”. Do caráter dessa relação “provém o quanto o homem tornou-se e se é culto como *ente genérico*, como *homem*”. A relação entre os sexos revela ainda mais

até que ponto a *necessidade* do homem tornou-se *necessidade humana*; até que ponto, pois, o *outro* homem como homem tornou-se uma necessidade para o homem, e até que ponto o homem, na sua existência a mais individual, é ao mesmo tempo ente de comunidade. (576)

Deste modo, com apoio em Marx, Lukács atribui à relação entre os sexos uma decisiva importância para expressar o grau de civilização atingido pelo desenvolvimento humano genérico. O ser homem comporta assim também a relação entre os sexos como medida da transformação da individualidade em personalidade. Este momento imediato da reprodução social contém elementos de uma conduta de vida relativa à superação da mudez natural do gênero humano. Neste ponto ele retoma uma crítica reiteradamente feita ao idealismo:

¹⁶ Marx *apud* Lukács, *Per l'ontologia...*, p.575-6. Marx, MEGA, I, p. 86 [trad. it., *Manoscritti economico-filosofici*, cit., p.322-323]. *Manoscritti economico-filosofici*, *op. cit.*, p.137. Tr. Jesus Ranieri, *op. cit.*, p.104-5.

Um dos prejuízos do idealismo subjetivista é acreditar que o homem possa tornar-se homem, e mais verdadeiramente personalidade só a partir de si, do seu interior. Do mesmo modo que o homem pode tornar-se homem objetivamente só no trabalho e no desenvolvimento subjetivo das capacidades por este provocado, visto que ele reage ao mundo circundante não mais animalisticamente, isto é, apenas adaptando-se aos dados do mundo externo, mas, ao invés, participa de maneira ativa e prática a formá-lo como ambiente sempre mais social criado por ele; assim, ele pode tornar-se homem enquanto pessoa só quando as suas relações com o próximo assumem e realizam praticamente formas sempre mais humanas, enquanto relações de seres humanos com seres humanos (1981, p.577).

A transformação do homem em pessoa, em personalidade, é produto da transformação das relações dos homens entre si em relações cada vez mais humanas, em relações de pessoas com pessoas. Mais precisamente no plano das relações pessoais “a relação mais direta e mais ineliminável no plano biológico, como bem viu Fourier, é aquela entre homem e mulher” (p.577). Neste sentido, as relações dos homens entre si, que formam um substrato à personalidade humana, se exprimem na sua forma mais direta nas relações entre os sexos.

Ao tratar dos momentos de objetivação e exteriorização no trabalho, o autor havia definido a personalidade como resultante do desenvolvimento do polo ontológico da individuação no movimento de evolução da simples individualidade à personalidade. Em outro momento vimos a divisão do trabalho como um dos elos mais decisivos da sua gênese em face da dinâmica de diferenciação entre os indivíduos no interior da sociedade, que avança de modo incontrollável e a cada momento novo provoca mudanças no âmbito da personalidade. Agora podemos acrescentar elos decisivos na diferenciação entre os indivíduos. Uma individualidade somente se torna personalidade à medida que, na prática, as relações dos homens entre si assumem e realizam formas crescentemente mais humanas. As relações entre homem e mulher expressam de modo significativo tal processo, visto que correspondem às relações mais diretas do homem consigo próprio e exprimem assim o grau de civilização em que se encontram as suas relações.

Acontece que o

processo de humanização neste campo se cumpre, como em toda parte, mas aqui com peculiar clareza, por dois caminhos autônomos, e todavia contraditoriamente entrelaçados, que impulsionam para a generidade e nos quais se torna clara a identidade última entre tornar-se-homem e tornar-se-social. (p.577).

Desse modo, no campo da relação entre homem e mulher o impulso à generidade mostra ainda com mais clareza o entrelaçamento contraditório da identidade entre indivíduo e gênero.

No processo aqui em análise, a generidade em-si “se desenvolve de fato a partir do desenvolvimento do trabalho, da divisão do trabalho, etc., até o estruturar-se de uma formação, e transforma continuamente também a imediata vida sensível dos homens” (p.577). Em termos precisos, o

matriarcado e o seu desaparecimento estão entre os grandes fenômenos submetidos à relação entre homem e mulher, mas não se conhece nenhum desenvolvimento, nenhuma formação que surgiu ou declinou sem a presença dessa dinâmica evolutiva. (p.577).

A evolução da generidade em-si provoca mudanças nas funções sexuais enquanto momentos da divisão do trabalho e até mesmo novas relações sociais, a propósito das quais diz o autor:

Com ela mudam socialmente as funções na relação entre homem e mulher, as quais como momentos da divisão social do trabalho causam – independentemente das intenções e propósitos das pessoas – novas relações sociais de grande peso, mas sem por isto produzir obrigatoriamente no imediato, mudanças profundas na relação humana entre homem e mulher, mesmo tendo sido criados continuamente novos campos de possibilidades para tais mudanças (p.577).

A despeito de que o desenvolvimento da generidade em-si propicie novas relações sociais oriundas da divisão do trabalho e até novas funções atribuídas ao homem e à mulher, não significa necessariamente modificações essenciais nas relações entre homens e mulheres, “mesmo tendo sido criados continuamente novos campos de possibilidades para tais mudanças”. Portanto, o desenvolvimento da generidade em-si não supõe imediatamente a superação de toda relação alienada entre homem e mulher. Lukács complementa seu pensamento com observações relativas ao movimento da história já apontado por Engels:

Com efeito, é claro que após o declínio das formas de vida matriarcais o domínio do homem e a opressão da mulher foram o durável fundamento da convivência social entre os seres humanos. A propósito, diz Engels: ‘A reviravolta do matriarcado significou a *derrota no plano universal do sexo feminino*. O homem toma nas mãos até a direção da casa, a mulher foi aviltada, dominada, tornada escrava de seus desejos e simples instrumento para produzir filhos. Este estado de degradação da mulher, o qual se manifesta abertamente e em especial entre os gregos da idade heróica e, ainda mais, da idade clássica, foi paulatinamente por vezes embelezado e dissimulado e, em alguns lugares, re-

vestido de formas atenuadas, mas em nenhum caso eliminado'.¹⁷

Aí está refletido um problema de opressão da mulher, importante para demonstrar que a relação entre os sexos tem sido permeada pela alienação, uma relação modificada sob alguns aspectos na dinâmica social, mas não superada inteiramente até hoje. Também evidencia

que tal período implica em geral, resguardado no seu todo, a existência de uma alienação por ambos os sexos, já que, como sabemos, agir de forma alienada diante de um outro ser humano comporta necessariamente também a própria alienação.(p.578).

Desse modo, não se limita ao sexo masculino, mas expressa a alienação da própria mulher, conseqüentemente se refere a qualquer ser humano que atue alienadamente em relação a outro ser humano.

Ao analisar o desenvolvimento da sexualidade humana, Lukács identifica a relação e ao mesmo tempo a contradição que se estabelece entre determinações sociais e determinações individuais da alienação. O autor conclui que:

Naturalmente nesta relação todas as condições de vida são determinadas pela sociedade; a própria aspiração individual de superar o dado social imediato tem aqui a sua origem. Por isto tem acontecido muitas vezes que enquanto a linha de fundo do desenvolvimento social criava formas restritas e alienadas para tal relação, também as mesmas tendências evolutivas encontraram espontaneamente o modo de satisfazer, de alguma maneira, necessidades de ordem mais alta (p.590).

A sociedade determina as condições de vida no plano social e individual, originando também aspirações individuais à superação de relações alienadas. Em sua tendência evolutiva ocorreram momentos em que os indivíduos encontraram meios de satisfazer necessidades de nível mais alto ainda em meio a formas alienadas dessas relações determinadas pela base do desenvolvimento social. Tais situações revelam o quanto o fenômeno da alienação é contraditório. Conforme Lukács:

Bastará talvez recordar o matrimônio grego no período do florescimento da polis, cuja monogamia fazia da mulher um tipo de escrava doméstica alienada; e por esta razão, o impulso, socialmente irreprimível, em direção a um contra-

¹⁷ Idem, ibidem, p.578. Engels (*apud* Lukács, *Der Ursprung der Familie etc.*, cit., p. 42 [trad. It. cit., p. 84]). Engels, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Tr. Leandro Konder, 13. ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1995, p.61.

to entre os sexos a um nível humano mais elevado se conquistava espontaneamente um seu território no heterismo no qual ‘se desenvolveram aquelas únicas características femininas gregas que, para o espírito e desenvolvimento do gosto artístico, superam o nível geral da mulher antiga’. O fato de que aquelas mulheres podiam elevar-se além das ‘normais’ alienações só prostituindo-se, ou seja, através de uma diferente autoalienação, nos diz o quão restritos eram então nesse campo os limites objetivos da dignidade humana, interior e exterior. Todavia, no plano ideológico o desenvolvimento da tragédia grega mostra que uma clara orientação à generidade para-si conseguiu distanciar-se até desta realidade, insuperável, contudo, na vida.¹⁸

Nesta referência à condição alienada da mulher no mundo grego, Lukács indica como espontaneamente são criadas formas de superação daquela alienação na área da sexualidade, comumente operante sobre as mulheres em sua maioria. Ao mesmo tempo, dados os limites objetivos e subjetivos à dignidade humana naquela estrutura social, esta superação somente podia se realizar através da alternativa a uma outra autoalienação. As heteras podiam realizar sua sexualidade num plano superior às mulheres comuns, mas isso ocorria numa forma de prostituição, gerando com isso uma autoalienação de outro tipo.¹⁹

O desenvolvimento econômico nos últimos séculos tem, inegavelmente, levado a generidade em-si a progressos antes desconhecidos em termos sociais e individuais, em face do que as possibilidades de autonomia econômica vêm aumentando em escala social também para as mulheres. Nesse processo, “figuras femininas de primeiro plano (basta recordar madame Curie) demonstram com toda evidência o quanto é falsa a ideia da sua inferioridade intelectual em relação ao homem” (p.591). Algo que permaneceu envolto em falsas ideologias durante séculos. Entretanto, a questão que permanece para o autor é:

com isto alcançou-se verdadeiramente a solução do problema de fundo da alienação levantado a partir de Fourier até Marx, na relação entre homem e mu-

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 590-1. Engels(*apud* Lukács, *Der Ursprung der Familie*, cit., pp. 50-51 [trad. it. cit., p. 92]. Edição em Português: Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tr. Leandro Konder, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.69.

¹⁹ Na antiga Grécia as heteras compunham o grupo de mulheres cortesãs, elegantes, distintas e muito bem situadas na escala social, a quem era formalmente permitida a prática do amor livre. Sua atividade sexual estava associada à função religiosa e não ao casamento. O que lhes dava inclusive o “privilégio” do prazer sexual e de propiciá-lo ao homem naquela estrutura de sociabilidade. Daí vem o termo heterismo relacionado às mulheres.

lher, do autoalienar-se de ambos, do recíproco alienar e ser-alienado? (p.591)

A resposta do próprio autor é a seguinte:

Ninguém poderia responder afirmativamente; ao contrário, a situação de crise torna-se sempre mais manifesta e mais extensa. Ao tratar do assunto em outro contexto, vimos como muitos dos modernos movimentos sexuais, mesmo visando libertar a mulher da sua alienação na relação com o homem, se comparados no plano ideológico ao movimento operário revolucionário, enquanto luta de libertação da alienação econômico-social se encontram ainda no plano do luddismo, ou seja, em um nível de fato extremamente primordial.²⁰

Assim, sua perspectiva é a de que os movimentos de libertação da mulher ainda não alcançaram realmente um alto nível de enfrentamento das contradições no terreno da alienação entre os sexos, nos quais

encontra-se a razão que o mero progresso material como base da autonomia econômica na conduta de vida da mulher, como dismantelamento econômico das velhas formas sociais de alienação, tem ainda contribuído muito pouco para resolver verdadeiramente os problemas, para impor a igualdade efetiva das mulheres no trabalho e na vida familiar. (p.591).

Do que se deduz que o campo da autonomia econômica da mulher, embora básico, por si não é suficiente para a superação dessas relações alienadas. Para o autor:

A igualdade, porém, deve ser conquistada antes de tudo através da luta no terreno específico no qual tem ficado bloqueada, no plano da própria sexualidade. A subalternidade sexual da mulher é certamente um dos princípios basilares da sua subalternidade em geral, tanto mais quanto as atitudes humanas que lhes correspondem não apenas são parte relevante na vida ideal e afetiva do homem, mas no curso de milênios foram profundamente incisivos na própria psicologia feminina e formaram sólidas raízes(p.591-2).

A subalternidade sexual configura-se como base da subalternidade da mulher em sentido mais geral. Incorporada à vida social, integra solidamente o comportamento social e também afetivo do homem. Ao mesmo tempo, impressa no comportamento das mu-

²⁰ Idem, *ibidem*, p.591. Ao falar de luddismo se refere ao movimento operário sob a direção de Ned Ludd, que numa forma ainda embrionária, ecoou na Europa em reação às condições desumanas da vida do operariado no capitalismo. Suas reações se voltavam principalmente para a destruição das máquinas, até a descoberta pelo proletariado de contra quem dirigir sua luta.

lheres, fincou raízes na psicologia feminina ao longo de milênios. Desse modo, o autor compreende que:

A luta pela libertação da mulher contra essa sua alienação, porém, no plano ontológico não é só dirigida contra os impulsos alienantes que derivam do homem, mas deve também apontar em direção à própria autolibertação interior. Sob tal óptica o moderno movimento sexual é uma semente nitidamente positiva, progressiva. Nele – conscientemente ou não – contém um desafio de luta contra aquela ideologia do ‘ter’ que, como vimos em Marx, é uma das bases fundamentais de toda alienação humana, e que nesse campo não poderá ser derrotada se não for extinta de modo radical a subalternidade sexual da mulher (p.592).

Superar a alienação por parte da mulher implica também a sua autolibertação interior dos impulsos alienantes no plano sexual. A mulher não pode tornar-se livre das amarras sociais que asseguram ao homem o poder sobre ela se não promover também interiormente sua liberdade neste campo. Ao mesmo tempo essa libertação significa uma contribuição à personalidade para-si. Para o autor, o movimento feminista moderno contém o germe do progresso nessa direção porque incide sobre a ideologia do ter, da posse do homem sobre o homem e da posse do homem sobre as coisas como fim último de sua vida. Enfim, sobre um momento fundamental da alienação que bloqueia o desenvolvimento humano como gênero para-si. Mas a relevância da superação de alienações neste campo do desenvolvimento humano jamais deve obscurecer que se trata só de um momento “da libertação global real” (p.592).

O processo de afastamento das barreiras naturais em direção à genericidade autêntica é muito mais amplo e, ao mesmo tempo, jamais elimina inteiramente os seus traços naturais; deste modo, convém sempre ter presente que: “o contínuo socializar-se da sua essência natural constitui-se nada menos que a base da sua existência de ser humano, de ente humano genérico, de indivíduo” (p.592). Portanto, não se trata de pensar que isoladamente a libertação sexual contenha em si mesma a solução mais decisiva, ou seja,

o problema central, aquele de tornar humanas as relações entre os sexos. Sobretudo existe o perigo do quanto o desenvolvimento fez até hoje para tornar socialmente humana a pura sexualidade humana (erotismo) seja de novo perdido (p.592).

Esta dimensão das relações humanas é um momento particular das relações em seu conjunto. O autor sintetiza seu pensamento sobre este ponto na relação com a personalidade:

Só quando os seres humanos tiverem encontrado relações recíprocas que os unifiquem como entes naturais (tornados sociais) e inseparavelmente como personalidades sociais, será possível superar verdadeiramente a alienação na vida sexual. Colocar o acento só sobre o momento sexual, nesta – justa e importante – luta pela libertação pode muito facilmente demonstrar, ao menos por um certo tempo, que as alienações antiquadas podem ser substituídas pelas da nova moda (p.592).

A luta pela libertação feminina, apoiada somente sobre a reação às alienações na vida sexual, corre o risco de representar a mera substituição de certa alienação por uma outra, correspondendo muitas vezes às formas com as quais os homens alienam a si mesmos alienando as mulheres. Portanto, o autor alerta:

O frequente converter-se destes movimentos em coisas burguesas vulgarmente obsoletas, que sob o manto de uma excentricidade pornográfica, possam conduzir a uma apoteose do autêntico masoquismo, à subjugação absoluta da mulher por escolha dela mesma, é um exemplo que põe às claras, com evidência este perigo, este limite no processo de libertação. (p.593).

A reação às formas alienadas que assumem conotação de pura pornografia apenas expressa um tipo de alienação na qual mulheres se alienam por escolha própria e não conduz a uma autêntica superação das alienações no campo da reprodução de homens e mulheres como gênero não-mais-mudo. Frequentemente representam formas de submissão baseadas na venda da imagem feminina que em nada contribuem para o seu crescimento interior, ao contrário, são inteira submissão a expressões modernas do ter. Sob este aspecto, “o fator subjetivo desta área alienada ainda está muito distante do saber utilizar o campo de possibilidades que o desenvolvimento econômico já criou socialmente para a generidade em-si” (p.593).

Lukács entende que essa área da alienação é muito instrutiva porque comporta “seja o nexo dialético entre generidade em-si e generidade para-si, seja a contraditória dinâmica do fator objetivo e daquele subjetivo no desenvolvimento social da humanidade” (p.593). Do mesmo modo que

para as aquisições sociais na esfera objetiva da generidade em-si: elas criam as indispensáveis condições para a superação das alienações, mas podem ainda não exercer quase nenhum influxo no traduzi-las em realidade de fato.(p.593).

Há um aspecto comum em esferas distintas do ser social que aponta para a decisiva função da personalidade no processo de desenvolvimento no sentido da autêntica generidade. Diz Lukács:

O que nos é apresentado com a máxima plasticidade na esfera das relações sexuais, na qual a verdadeira realização, a atividade real do fator subjetivo, pode explicitar-se somente sob a forma de uma práxis inevitavelmente individual. A relação autêntica entre homem e mulher, o dar plena vida à unidade entre sexualidade e ser-homem, ser-personalidade, pode concretizar-se somente na relação individual de um homem concreto com uma mulher concreta. A conhecida observação engelsiana segundo a qual, mesmo na universalidade de cada práxis social, a função do homem singular nunca é igual a zero, é aqui confirmada já que tal função torna-se qualitativamente ampliada, evidenciando que o pólo da totalidade social composto pelo homem singular é um componente do processo social global não subestimável, é freqüentemente, ao invés, aquele que decide (p.593).

Assim, ele sublinha decisivamente a função do indivíduo, consequentemente, da personalidade, no processo histórico-social que conduz à genericidade. Mediante a análise do complexo da reprodução das relações entre homem e mulher, analisa as determinações da atividade do fator subjetivo que “pode explicitar-se somente sob a forma de uma práxis individual”. Ao mesmo tempo, que a

relação autêntica entre homem e mulher, o dar plena vida à unidade entre sexualidade e ser-homem, ser-personalidade, pode concretizar-se somente na relação individual de um homem concreto com uma mulher concreta. (p.593).

Define, portanto, que as relações dos homens (mulheres) entre si neste aspecto da subjetividade somente se explicitam como relações entre seres concretos e, como seres concretos, vivem em algum lugar, trabalham em algum lugar e nele se relacionam com outros seres humanos concretos.

Fica evidenciado que, em sua visão, no complexo da universalidade social a função do indivíduo singular, consequentemente, da personalidade como componente do processo de desenvolvimento global, não deve ser subestimada, ao contrário, muitas vezes ela pode até ser decisiva.

3.2 Consciência, gênero humano e personalidade autêntica

As reflexões feitas até aqui são importantes para nossa exposição na medida em que a sexualidade reflete o problema da personalidade e sua relação com o em-si e o para-si do gênero humano. Os aspectos subjetivos referentes às possibilidades de superação da personalidade somente particular e a constituição de uma autêntica personalidade remetem às relações humanas genéricas e ao complexo da alienação. No equacionamento deste problema a consciência

exerce um peso considerável.

No exame da consciência sobre o problema da alienação, Lukács afirma que

tanto o próprio fenômeno da alienação quanto o significado social e humano das tentativas de superá-la mudam fortemente a sua fisionomia, a depender do se, do quando, do modo, de quão estritamente etc., o ser alienado esteja conectado à consciência do seu não-ser-digno do homem. (p.578).

A tomada de consciência por parte dos indivíduos de que a condição de ser alienado fere a dignidade humana, ou seja, bloqueia a essência da condição de gênero humano, tem significativa relevância no modo de apresentar-se do fenômeno. As tentativas de sua superação na história, mesmo no plano interior, psicológico, refletem a existência de uma generidade em termos da superação da mudez do gênero apenas em-si. Assim compreendida:

Se comparo de qualquer maneira uma importante característica do processo de alienação e da luta contra ela, isto é, a consciência do ser-homem como generidade para-si, já se apresenta como fato socialmente não cancelável: o homem alienado tem que conservar, também na alienação, a sua generidade em-si; o proprietário dos escravos e o escravo, o marido e a mulher no sentido dos antigos já são categorias sociais e, por isso, também na alienação mais extrema estão muito acima do mero ser-natural da humanização inicial (p.578).

Portanto, qualquer expressão consciente da generidade já manifesta uma característica importante do processo da alienação e da luta contra ela, no sentido de que a consciência do homem como generidade para-si enraíza-se na existência humana como fato socialmente ineliminável, mesmo que as alienações inteiramente sociais fossem ainda desconhecidas. A existência de categorias sociais como senhor e escravo demonstram que, a despeito da alienação extrema, a humanização do homem como generidade em-si alcançou um nível muito superior ao do ser-natural nos primórdios.

O movimento de elevação do indivíduo para além da particularidade só pode ocorrer no quadro de uma consciência que atingiu ampla socialização. No caso da alienação da mulher, que efetivamente se trata do homem alienado de si mesmo:

O ato de elevação consiste precisamente nisto: entender que um ser social dessa espécie não corresponde à generidade autêntica do homem, uma vez que, não obstante a complexa sociabilidade dos homens, a sua generidade – no sentido da crítica marxiana a Feuerbach – permanece muda. (p.581).

O desenvolvimento econômico forjou efetivamente uma generidade em-si, mas a generidade para-si é ainda mera possibilidade. A elevação da personalidade acima da particularidade se encontra no plano de entender que, a despeito de amplo desenvolvimento alcançado, o gênero não-mais-mudo não está inteiramente realizado. Ou seja, que no seu desenvolvimento desigual e contraditório gerou desigualdades entre os seres humanos indignas da autêntica generidade humano-social.

O indivíduo particular certamente tem consciência de fazer parte do gênero humano, de participar de suas formas de manifestação a cada momento, e esta consciência de pertencimento a um gênero pode motivar suas ações singulares. Entretanto, a essência do gênero humano é vista por ele apenas no seu modo de existir imediato. Mas a generidade tem a objetividade de ser de um processo histórico no qual a vida do indivíduo constitui parte indispensável, integrante, da totalidade do seu movimento.

Um indivíduo humano pode elevar-se como personalidade particular para além da particularidade quando toma consciência de que a superação da completa mudez natural significa o alcance de uma autêntica generidade. Esta última supera alienações como aquelas correspondentes às relações entre os sexos, e muitas outras desigualdades que impedem a unidade objetiva entre o desenvolvimento das capacidades e o desenvolvimento da personalidade, existente ainda hoje nas mais complexas formas de sociabilidade. Neste sentido, a interiorização na consciência dos indivíduos de que a sua vida integra a dinâmica evolutiva da própria generidade humana compõe o processo de superação dos seus caracteres como personalidade puramente particular. Conforme o autor:

Só quando o homem singular entende a própria vida como um processo que é parte desse desenvolvimento do gênero humano, só quando ele por essa razão se esforça para sentir realizar a própria conduta de vida e os deveres que dela derivam para ele como reentrante em tal contexto dinâmico, só então ele tem um vínculo real e não mais mudo com a própria generidade. Somente quando almeje, ao menos como sério propósito, esta generidade na própria vida, o homem pode considerar ter obtido – pelo menos como obrigação em relação a si mesmo – a elevação para além do seu ser-homem simplesmente particular (p.582).

A conexão entre a pessoa e o gênero na luta pela completa superação da mudez se articula à consciência do desenvolvimento genérico. O indivíduo que visa a generidade em sua vida, esforçando-se por conduzi-la mediante ações e deveres que isto impõe, com vistas

a fazer de si mesmo uma personalidade não mais particular, se encontra em condições de aspirar a uma elevação acima da pura particularidade (*Partikularität*)²¹ como ser humano genérico. Na realidade, trata-se do conflito que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade na qual vive, manifesto em sua consciência como recusa das contradições ali existentes e sua aspiração a uma autêntica generidade humana.

Lukács argumenta:

No caso em que se chega a uma recusa das contradições entre forças produtivas e relações de produção que se manifestam precisamente no ser social presente, e se em seguida isso adquire um caráter de massa, os eventos interiores dos quais falamos agora podem até transformar-se em um momento do fator subjetivo de uma revolução (p.582).

Mas, mesmo na ausência de um momento revolucionário de massa, conflitos desse gênero permeiam a vida social e compõem eventos interiores, manifestações conflituais de uma consciência que recusa as limitações impostas à generidade humana, cujo combate é realizado mediante a ação de ideologias. Diz ele:

O caráter não teleológico do desenvolvimento social global, a sua necessária desigualdade, em especial o modo no qual as consequências reais do processo global se manifestam no ser social e no destino dos homens singulares, terminam, por isso – mesmo quando não exista ainda um espírito revolucionário de massa, ou quando a constituição do objeto não esteja no ponto de conduzi-lo a ser fator subjetivo de uma revolução – por suscitar em muitos casos conflitos que, como todos os conflitos sociais, podem ser combatidos somente em termos ideológicos (p.582).

A própria desigualdade do desenvolvimento e suas consequências para a vida social e individual são fatos geradores de conflitos cujo combate, mesmo ante a inexistência de “um espírito revolucionário de massa” ou da ausência de condições objetivas, é realizado mediante o recurso a uma ideologia. Lukács define essa última categoria exclusivamente pela função que exerce nos conflitos humano-sociais, no sentido de que os pensamentos,

²¹ Ao falar aqui de particularidade (*Partikularität*), o autor se refere àquele momento da redução da personalidade ao gênero em-si para a reprodução da sociedade. Em relação à particularidade do indivíduo na sociedade burguesa, Lukács remete ao momento que limita o desenvolvimento da personalidade, quando não se constitui em apoio para sua elevação em autêntico gênero humano. Existe aí uma diferença fundamental da particularidade (*Besonderheit*), cuja tendência é elevar o indivíduo singular ao gênero.

somente depois de terem se tornado veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam estes, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, é que são ideologia.²².

Assim, o seu caráter essencial reside no agir sobre a consciência dos indivíduos e, independentemente de que sejam falsas ou verdadeiras, constituem um meio pelo qual, no cotidiano, os homens tomam consciência dos conflitos e criam os mecanismos necessários para o seu enfrentamento. Portanto, os conflitos resultantes da reação dos homens a desigualdades que atentam contra a dignidade do gênero humano são também enfrentados por meios ideológicos, mesmo na ausência de momentos revolucionários.

Na condução da vida pessoal, os homens agem escolhendo entre alternativas às demandas postas por condições concretas no cotidiano da vida social. Os valores existentes socialmente são mecanismos ideológicos criados pela sociedade que operam sobre suas decisões. Mas

frequentemente ocorre que, ante as alternativas postas pela sociedade, as decisões que funcionam eficazmente na vida cotidiana não constituem mais respostas satisfatórias se simplesmente se seguem as normas dadas pela tradição, pelos usos, pelo direito, pela moral, etc..(p.582).

Assim, conflitos relativos às contradições do desenvolvimento social muitas vezes não encontram respostas nos mecanismos ideológicos socialmente existentes e não satisfazem as inquietações interiores no cotidiano dos indivíduos. A própria sociedade põe a necessidade de uma decisão, mas conflitos desta espécie buscam solução primeiramente no plano individual e, segundo o autor:

Pode-se responder a isto com a rebelião ou com a submissão (por exemplo, Nora e a senhora Alving de Ibsen), mas a alternativa permanece na sua essên-

²² Idem, *ibidem*, p.448-49. Ao definir a ideologia como função para combater conflitos sociais, Lukács toma Marx por referência. Ele diz: “Nem mesmo uma ampla difusão social está em condições de transformar um complexo de pensamentos em ideologia. Para que isto aconteça é necessária uma função bem determinada, que Marx descreve com precisão distinguindo as desordens materiais das condições econômicas da produção das ‘formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou seja, as formas ideológicas que permitem aos homens compreender este conflito e combatê-lo’”. [Marx, K. *Per la critica dell’economia politica*. Tr. It. E. Cantimori Mezzomonti, Roma: Riuniti, 1972, p.70.]. Essa reflexão sobre a ideologia como função no combate aos conflitos humano-sociais, Lukács desenvolve amplamente no capítulo sobre O problema da ideologia em *Para a Ontologia do Ser Social*.

cia social geral a mesma, já que ela não é outra senão o manifestar-se, na vida dos indivíduos singulares, de uma contradição que pertence ao desenvolvimento social, ao desenvolvimento genérico.²³

Os modos de reagir variam entre os indivíduos e várias atitudes representam alternativas socialmente postas ante uma contradição do próprio desenvolvimento genérico. São conflitos distintos de outras contradições de natureza apenas individual devido à escolha e às possibilidades de decisão que lhe são específicas. Isto não significa

absolutamente que o sujeito agente tenha sempre a clareza teórica de construir – em última análise – uma nova ordem da sociedade, quando ele pessoalmente se insurge contra os dominantes modos ideológicos de dirimir determinados conflitos. Mas isso revela precisamente a sociabilidade do conflito. (p.583).

Essas afirmações não devem obscurecer que o desenvolvimento da produção continua sendo para Lukács o momento determinante da antítese entre o desenvolvimento das capacidades e suas possibilidades de crescimento pessoal, mas, considerando o movimento evolutivo em sua ação sobre todas as expressões vitais e a crescente ampliação do grau de sociabilidade, tal contradição básica perpassa as expressões da vida humana integralmente. O desenvolvimento social torna tanto as atividades sociais quanto as relações dos indivíduos com o processo produtivo cada vez mais mediadas e isso impulsiona para mudanças nas próprias contradições fundamentais no plano da genericidade.

No decurso histórico de todo esse processo do homem como ser que responde às demandas da realidade, o desenvolvimento da individualidade, nem sequer em primeira instância, resulta de um processo puramente interior. As formas de consciência do gênero em-si resultam do desenvolvimento das forças produtivas, sem as quais não poderiam progredir. De maneira que

a síntese das capacidades em uma individualidade é também ela um processo do decurso necessário, efetivamente sem qualquer síntese seria impossível o desenvolvimento, a utilidade, a adequação às constantes necessidades da produção, etc. (p.583).

Um processo dialético entre desenvolvimento da produção e de-

²³ Idem, *ibidem*, p.582. Lukács faz alusão a duas personagens que experimentam essa contradição e optam por caminhos diversos: Nora (*Casa de Bonecas* – 1879) e Helene Alving (*Espectros* - 1881), do dramaturgo norueguês Johan Henrik Ibsen (1828-1906).

envolvimento das capacidades, exercendo forte peso na constituição da personalidade.

A personalidade em-si e para-si são ambas produto de um mesmo processo no sentido da generidade humana, mas há nelas uma diferença manifesta:

A diferença é ‘apenas’ que a personalidade no plano da generidade em-si não pode se apresentar senão nos moldes de uma realidade operante praticamente para cumprir as próprias funções no processo de reprodução social, enquanto a generidade para-si é produzida pelo mesmo processo global somente como possibilidade. Mesmo se, e o havíamos sublinhado em outro contexto, como possibilidade no sentido da *dynamis* aristotélica, como algo que é real de maneira latente, até quando, o modo no qual, o grau no qual etc. tornará realidade (inclusive as diferenças de conteúdo, de direção, etc.) reentram em um amplo campo de variáveis (p.584).

A generidade em-si cria uma personalidade adequada ao exercício de funções no processo de reprodução social, ou seja, a personalidade particular, apenas em-si, a criação de uma unidade subjetiva necessária à própria atividade realizada pelo indivíduo. Cria ainda a generidade para-si

como possibilidade no sentido da *dynamis* aristotélica, como algo que é real de maneira latente, até quando, o modo no qual, o grau no qual etc. tornará realidade (inclusive as diferenças de conteúdo, de direção, etc.) reentram em um amplo campo de variáveis. (p.584).

Emerge da mesma dinâmica do desenvolvimento cujas condições de realização não são definíveis *a priori*, dependendo de um amplo campo de variáveis no movimento da práxis. O autor resume:

De fato, a sociedade como um todo e a personalidade humana são, porém, interligadas de modo indissolúvel, constituindo dois polos de um único complexo dinâmico, mas são qualitativamente diversos entre si quanto às respectivas condições ontológicas imediatas de desenvolvimento. Naturalmente só dentro de certos limites, dado que as diferentes formas de movimento que dele derivam são, em última análise, quase sempre intimamente ligadas, mesmo que esta ligação seja aquela da contraditoriedade interna (p.584).

A diversidade existente entre esses dois polos sociais evidencia a própria conexão entre eles, dado que a

generidade para-si se exprime na vida cotidiana antes de tudo e muito mais como descontentamento individual para com a generidade em-si cada vez mais imperante, em certos casos também como direta rebelião contra ela. (p.584).

Portanto, a insatisfação dos indivíduos com a genericidade particular e suas reações expressam a contradição interna entre os dois polos e ao mesmo tempo a sua conexão. O autor afirma que:

No imediato, pois, este movimento opositivo parte do indivíduo singular que defende a própria individualidade, mas a sua intenção de fundo, a prescindir da consciência que dela tenha o indivíduo singular, é dirigida – em última análise – às formas de genericidade para-si alcançadas naquele momento. (p.584).

A defesa da individualidade é o ponto de partida dos indivíduos contra as alienações atuantes na sociedade, que agem imediatamente sobre sua vida. Porém, independentemente de que o indivíduo tenha consciência, a intenção de suas reações se dirige, por último, às formas de genericidade para-si então existentes. Lukács pondera:

Naturalmente, também neste caso não se tem nenhuma garantia interna de alcançar o alvo. Também aqui se trata de uma posição teleológica, a qual pode faltar não só a própria realização prática, mas também os conteúdos essenciais do fim que objetiva. Porém, como neste caso se trata quase sempre de tentativas que um polo da totalidade social cumpre para responder às concretas manifestações do outro polo, dado que contém possibilidade (*dynamei*) aquilo que as intenções individuais aspiram do ponto de vista da personalidade, visto que as duas possibilidades pertencem a um único e mesmo processo social global, nunca é totalmente excluída uma clareza antecipada sobre o objetivo ou o caminho das posições singulares (p.584).

Trata-se do tipo de posição teleológica entre os dois polos da totalidade social cujo fim a ser alcançado não oferece qualquer garantia de realização, pois podem faltar ações práticas e até mesmo os seus conteúdos essenciais. São antecipações manifestas como intenções individuais às quais os indivíduos aspiram do ponto de vista da personalidade e que contêm a possibilidade de ser e de não ser. Segundo o autor,

estas intuições e antecipações daquilo que é possível podem permanecer conservadas – por exemplo, sobre forma de grande arte e grande filosofia, mas também de vidas exemplares – na continuidade do desenvolvimento genérico, na continuidade da memória do gênero humano, como momentos da gênese do para-si (p.584-5).

Desse modo, passam a compor a memória do desenvolvimento genérico como momento da gênese do para-si e de sua possibilidade de realização. O fato de que grandes objetivações desta natureza conservam ecos da simples possibilidade do seu vir-a-ser

indica claramente que em tais objetivações se explicitam decisões alternativas nas quais encontram expressão generalizada o caminho que conduz à personalidade não mais particular, os seus conteúdos e objetos, as suas premissas e consequências sociais: quanto ao seu conteúdo social, elas dão voz própria àquelas perguntas que mobilizam profundamente uma parte considerável dos indivíduos na sua existência cotidiana (p.585).

Então, elas expressam também respostas às interrogações que parte dos indivíduos faz no seu cotidiano, e somente assim a arte, a filosofia e certas vidas exemplares podem objetivar-se como modelos da gênese do para-si. Mas isso acontece exatamente porque não são simplesmente produtos de personalidades geniais e sim aspirações sociais contidas nas decisões alternativas no sentido da personalidade não mais particular. O autor diz que,

do mesmo modo, não seria possível para uma situação objetivamente revolucionária desencadear no caso um ativo fator subjetivo, se não fosse precedida de um período relativamente longo, de uma massa relativamente grande de decisões singulares tomadas pelos indivíduos na sua vida cotidiana. (p.585).

Ele conclui:

Por mais intrincada e carente de sentido pareça muitas vezes esta vida cotidiana, é porém só nela que as encarnações factuais e ideológicas podem gradualmente amadurecer em direção à sociabilidade. De fato, na imensa maioria dos casos é possível verificar com precisão como os limites cognitivos da ontologia da vida cotidiana de uma época se encontram também nas suas máximas objetivações (p.585).

O mais significativo destas constatações da relação entre processos cotidianos e objetivações mais elevadas é, na percepção de Lukács, que elas

esclarecem o importante e decisivo fato ontológico pelo qual, em primeiro lugar, não existe uma alienação como categoria geral ou, tanto menos, supra-histórica, antropológica. A alienação tem sempre caráter histórico-social, em cada formação e em cada período vem *ex novo* colocada em movimento pelas forças sociais realmente operantes. Isto, obviamente, não entra em contradição com a continuidade histórica, a qual, todavia, se apresenta sempre em termos concretos, contraditoriamente desiguais: a superação no plano econômico de uma situação social alienada produz muito frequentemente uma nova forma de alienação que supera aquela precedente e frente à qual os velhos experimentados remédios se mostram impotentes (p.585-6).

Como fenômeno histórico, a alienação apresenta traços peculiares em cada formação social. Sem dúvida, isso não elimina o seu caráter

de continuidade, mas cada vez que a base econômica supera determinada situação alienada, ela vem recolocada sob novas bases e sob novas formas. Na história, diferentes formas de desigualdades entre o desenvolvimento das capacidades e o desenvolvimento das personalidades originadas na base objetiva se manifestam no escravismo, no feudalismo e no capitalismo, sacrificando até mesmo classes inteiras. Além disso, as soluções encontradas para as alienações precedentes já não servem para aquelas produzidas na formação que lhe sucede, fazendo ver que, a cada vez recolocada, a alienação assume caráter peculiar. De modo que este traço compõe o quadro das características da alienação, interessando ao problema da luta contra ela.

Além de constituir fenômeno histórico-social, a alienação é “um fenômeno que afeta primeiramente o homem singular enquanto homem singular” (p.586). Certamente os atos dos indivíduos só se tornam objetividades ou processos de relevância social como somatório e sínteses dos atos individuais, e isto é válido para acontecimentos sociais de um modo geral. Mas aqui se põe uma diferença porque:

No processo de produção, porém, esta soma-síntese de tal forma óbvia e espontânea que é a realização do homem singular, a sua peculiaridade que nela se exprime, pode entrar na totalidade econômica somente como modo de trabalhar socialmente necessário, em substância, apenas como média. (p.586).

Neste sentido, a síntese das capacidades singulares no processo de produção significa um bloqueio à realização da peculiaridade dos indivíduos. O efeito desse fenômeno sobre a personalidade humana é direto e imediato, de maneira que:

Aquilo que nos mostram a universalidade social e o operar das grandes objetivações não elimina este caráter individual. Ao contrário. O fato, socialmente tão importante, que a personalidade não-mais-particular apenas por esse caminho seja capaz de operar, põe cada tomada de posição individual desse tipo em uma relação de possibilidade – ainda que com frequência praticamente mínima – com a história do gênero humano. Justamente porque a personalidade não-mais-particular só nasce enquanto nela o autodesenvolvimento e a clareza sobre si objetivam em última análise o desenvolvimento e a clareza do gênero humano existente-para-si, essa ligação da personalidade não-mais-particular com a generidade para-si constitui a superação real do gênero ‘mudo’ (p.586).

O autor mostra ainda que “somente nesse ponto torna-se evidente, por um lado, que a alienação é, antes de tudo, um obstáculo ao nascimento da não particularidade do homem”(p.586), tendo em vista que o autodesenvolvimento e a consciência de si visando o desenvolvimento e a clareza do gênero humano são fundamentais ao

surgimento da personalidade para si. É importante entender que a elevação espiritual e moral característica da personalidade não mais particular é insuficiente como escudo ao problema da alienação, pois os determinantes econômico-sociais agem também sobre a conduta de homens que neste plano da consciência se desenvolveram como personalidades não mais particulares. A título de exemplo se tem a jornada de trabalho no século XIX:

Essas alienações podem tornar-se muito drásticas e colocar em segundo plano toda resistência ideológica individual, todavia, sem nunca poder anulá-la completamente. A peculiaridade dialética da alienação aqui se revela a um nível superior também no fato, sobre o qual voltaremos com maior amplitude, que o esforço resolutivo de ir além da particularidade, por exemplo, a incondicional dedicação a uma causa de relevo social objetivo, pode conduzir a alienações *sui generis*. (A problemática do período staliniano, do velho prussianismo, etc., tem estreita relação com este fato). Na realidade, é próprio de uma tal incondicional dedicação – frequentemente acrítica – comportar a potenciação de determinados aspectos da personalidade, mas pode também aliená-la em boa parte ou totalmente(p.587).

A força das alienações econômico-sociais pode deformar o esforço subjetivo de superação da personalidade em-si, embora não signifique a sua completa anulação. Do esforço para sua superação também não estão excluídas alienações *sui generis*, identificáveis em certos períodos da história, que tanto podem potenciar alguns dos seus caracteres quanto deformar a personalidade, alienando-a parcial ou inteiramente. Em seu aspecto mais decisivo, “é certo que quanto mais um homem permanece particular, mais é impotente frente aos influxos alienantes” (p.587). Daí o significado da superação da particularidade no indivíduo em direção a uma autêntica personalidade.

O movimento em direção à personalidade para-si é permeado por alienações diversas e o autor ressalta sua gênese histórica no desenvolvimento evolutivo e contraditório da sociabilidade humana: “A personalidade neste sentido autêntico, superior, surge pela primeira vez quando a ruína da vida regulada do ser da *polis* destrói a tutela social que o eu não-particular encontrava naquela conduta de vida”(p.587-8). Além de contraditório, trata-se de um movimento não linear, tanto que o autor afirma que a crise na qual se origina a sociedade capitalista moderna põe a possibilidade de sua realização sob caráter mais amplo e muito mais evidenciado no seu verdadeiro sentido, conforme expõe:

Somente a época de crise que vê o nascimento da moderna sociedade burguesa – com o afastamento, muito mais nítido, da barreira natural, com uma

rápida socialização de todo o social e por isso também da personalidade em sentido verdadeiro (entendida toda a sua específica problemática) – pode conduzir a uma similar concepção dialeticamente total da relação do homem com os próprios afetos sobre o caminho que conduz a uma personalidade não-particular (p.588).

São condições históricas concretas que possibilitam a gênese da personalidade em-si e para-si, mas somente o caráter social da sociedade burguesa abre o caminho à expansão e constituição da personalidade com toda a sua problemática, conforme explicitado nas nossas reflexões. Do mesmo modo, dá lugar ao surgimento de reflexões sobre a relação dialética do homem com os seus afetos num patamar de nível superior, quanto às possibilidades do alcance da autêntica generidade humana.

A reflexão até aqui esclarece acerca da natureza essencial da alienação, da sua relação íntima com a personalidade, do seu caráter histórico-social concreto e das possibilidades de sua superação no plano da consciência, mas não põe ainda explicitamente um seu outro caráter essencial. Vejamos esse aspecto salientado por Lukács:

compreender na verdade esse fenômeno significa, além disso, entender – o que já está objetivamente implícito nisto – que a alienação no singular representa apenas um conceito teórico abstrato. Se quisermos penetrar com o nosso pensamento até o seu verdadeiro ser, devemos ver que a alienação como fenômeno real do ser social pode apresentar-se na realidade somente de forma plural. Com isto não estamos nos referindo simplesmente às diferenças individuais no interior desse fenômeno existente; todo conceito geral, de fato, tem como sua base de ser uma tal diferenciação entre vários singulares. Que as alienações têm um modo de ser plural, significa, ao invés, muito mais, isto é, que se dão complexos dinâmicos de alienação e de tentativas subjetivas, conscientes, de superá-la e que tais complexos são qualitativamente diversos entre si (p.588).

A natureza essencial da alienação é múltipla. Existem efetivamente alienações diversas. São, mais precisamente, complexos sociais diferentes entre si e dinamicamente operantes sobre as individualidades na vida social. Os indivíduos podem reagir a tais complexos alienantes mediante tentativas conscientes de superação que tendem a ir além da particularidade então existente. Os complexos da alienação guardam entre si uma autonomia que permite o seu combate ou a sua incorporação separadamente por parte das individualidades e isto se mostra relevante pelo fato de que a personalidade pode manifestar diferentes modos de reagir aos influxos alienantes em distintos aspectos de sua vida. Diz Lukács:

De fato, as alienações singulares possuem no plano ontológico uma tão ampla autonomia recíproca, que na sociedade são frequentes as pessoas que, enquanto combatem os influxos alienantes em um complexo do seu ser, aceitam contrariamente outros complexos sem opor qualquer resistência, aliás, não é raro que entre tais linhas de atividade contrapostas – do ponto de vista da alienação – exista um nexos causal que influi fortemente sobre a personalidade. Aqui não podemos entrar em particulares, nos bastará recordar o fato, frequente no movimento operário, de homens que lutam com paixão e também com sucesso contra as próprias alienações dos trabalhadores, mas na vida familiar alienam tiranicamente as suas mulheres, terminando assim por alcançar uma nova alienação de si mesmos (p.588).

A ampla autonomia que os complexos da alienação detêm entre si permite diferentes reações dos indivíduos perante cada um deles. Deste modo, os indivíduos podem superar alienações em determinados aspectos da vida, mantendo-se alienados em relação a outros, e este é um fenômeno muito frequente. Atitudes contrapostas em termos de reagir às alienações ocorrem comumente entre indivíduos que agem de modo diverso nas relações de trabalho e nas relações familiares. Portanto:

Não se trata de um caso e nem simplesmente de “fraqueza humana”. Indicamos muitas vezes que são qualitativamente diversas as dinâmicas com as quais nos homens se realizam o desenvolvimento das suas capacidades e aquela da sua personalidade. Em contradição com o processo primário imposto pelo desenvolvimento das forças produtivas, que se move com espontânea necessidade (as diferenciações neste âmbito não podem, de fato, ser negadas; apenas em casos excepcionais têm a ver um pouco mais de perto com a presente questão), e no qual acima de tudo se formam, se transformam, etc., as capacidades singulares, no segundo caso a intenção da atividade humana deve dirigir-se à pessoa como totalidade (p.588-9).

Essas diferenças no modo de reagir às alienações se relacionam às diferentes dinâmicas no modo de operar do desenvolvimento das capacidades e da personalidade. Se, no processo impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, o movimento se dirige espontaneamente e necessariamente para a formação e transformação das capacidades singulares, no desenvolvimento da personalidade, a intenção da atividade humana visa a pessoa como totalidade. Não deve haver aqui nenhuma simplificação do problema, pois no próprio desenvolvimento das capacidades singulares, fruto da difusão e aperfeiçoamento da divisão do trabalho, forma-se também em termos sociais um tipo de personalidade. Vejamos o que diz a respeito o autor:

Existe certa espontaneidade induzida pela produção, no modo pelo qual as capacidades singulares são colocadas de acordo entre si, no modo pelo qual

o trabalho prestado na sociedade está de acordo com a vida privada, etc. De tais interações surgem sem dúvida diferenças individuais, com traços pessoais bem visíveis, com maneiras pessoais de reagir aos relacionamentos, com afetos acentuadamente subjetivos, etc. Tudo isso, porém, se desenvolve em substância no plano da genericidade em-si, que já resulta do fato que algumas formas explícitas de alienação entre o indivíduo e os outros, frequentemente são entendidas como características pessoais (p.589).

O processo de produção impulsiona a construção de um tipo de personalidade resultante das interações entre as capacidades singulares, relações entre a função exercida na sociedade e vida privada. Resultam modos de ser individuais, maneiras de reagir e manifestar afetos decisivamente pessoais. Contudo, substancialmente se põem nos limites da genericidade em-si, de modo que expressões alienadas dos indivíduos são incorporadas como características da sua personalidade. Para exemplificar, o autor expõe:

Pensemos simplesmente no homem ossificado na rotina do burocratismo, no carreirista zeloso, no tirano doméstico, etc., os quais não apenas aprovam estas suas características como partes constitutivas da própria personalidade, mas são também apreciados pelo ambiente em que vivem como personalidade, em virtude e não a despeito dessas suas características (p.589).

Embora correspondam basicamente a personalidades apenas particulares, seu aparecimento tem um significado histórico-social importante, dado que “estas antes espontâneas, imediatas, frequentes e largamente alienadas sínteses pessoais formam também a base do ser a partir do qual pode se desenvolver o indivíduo não-mais-particular”(p.589). Já vimos que a elaboração dessas sínteses tem ampla relação com os valores como princípios reguladores da vida social. Atentemos para isso:

Na realidade, não nos esqueçamos que os princípios ordenadores da vida social (da tradição até o direito e a moral) são armas ideológicas para enfrentar conflitos sociais e que, por isso, em muitos casos são portadores de progresso social. Portanto, o seu influxo sobre posições teleológicas dos homens singulares – que é bastante característico do nível de desenvolvimento da personalidade a que aqui nos referimos – não deve ser visto simplesmente como negativo, como alienante e basta. Uma vez que a genericidade em-si cria sempre um campo de possibilidades para a genericidade para-si, na sua relação encontram-se também nexos deste gênero. Isso implica, em termos objetivos, a possibilidade de que existam e operem de maneira latente tendências a uma genericidade para-si, a uma individualidade não-particular. Porém: apenas a possibilidade, a qual em seguida, seja no plano geral seja nas decisões singulares, pode sempre se converter no contrário (p.589-0).

Com o surgimento da personalidade particular nos marcos da genericidade em-si, abre-se a possibilidade à manifestação da personalidade não-mais-particular no sentido do para-si. O influxo das ideologias sobre as individualidades não é necessariamente negativo, visto que na intrincada e contraditória relação das individualidades com os complexos ideológicos da vida social, a ação de dirimir conflitos pode conter momentos de impulso ao progresso social. Porém, justamente pelo caráter contraditório deste influxo sobre as individualidades, existe

a possibilidade de que as formas ideológicas superiores não sirvam para tornar consciente a genericidade para-si, para desenvolver a verdadeira personalidade humana, para lutar contra a alienação na interioridade, mas, ao contrário, que não só sintam a genericidade em-si como a única forma de existência possível, mas também, mais ou menos conscientemente, tendam a conduzir por caminhos errados a personalidade, reduzindo-a até à particularidade, consolidando a sua alienação (p.602).

O autor também afirma que “existe sempre o movimento ideológico inverso” (p.602). Mas na realidade não esclarece efetivamente essas suas assertivas; ele apenas diz em certo momento:

Sobretudo na Ética poderemos esclarecer a fundo como as diversas formas ideológicas que regulam de modo direto a práxis humana, de fato penetram continuamente uma na outra e têm sempre necessidade uma da outra como fundamento, integração, etc. Esta estrutura de sua dinâmica diz, quanto ao nosso atual problema, que muitos modos de expressão ideológica, os quais do ponto de vista formal, comumente contribuem para desenvolver, consolidar etc., a genericidade em-si, possam desempenhar em vez disso, importantes funções, por vezes realmente decisivas no desenvolvimento do seu para-si (p.602).

Lukács admite que as funções reprodutivas de determinadas formas ideológicas no sentido da genericidade em-si podem modificar-se impulsionando ao para-si. Mas essa é uma possibilidade condicionada à história da sociedade. No campo de possibilidades ao para-si criado pela genericidade em-si podem existir e operar de maneira latente tendências à individualidade não-mais-particular, porém, como em sentido geral e singular se trata somente da possibilidade, há sempre o risco de sua conversão em direção oposta. No plano do sujeito, “justamente a certeza evidente com a qual de costume se apresentam estes princípios ideológicos reguladores pode conduzir as pessoas a uma rigidez interna, à falta de espírito crítico, etc.” (p.590).

Entre personalidade particular e não-mais-particular acontecem múltiplos fenômenos intermediários que explicam sua ocorrência e

desenvolvimento, contudo, é preciso

procurar também entender teoricamente a necessidade social pela qual se desenvolvem do mesmo terreno da realidade social. Naturalmente, aqui está em primeiro plano a divisão em classes desta sociedade, sobretudo quanto à orientação dos indivíduos, também como indivíduos, na vida cotidiana. (p.590).

A divisão de classe constitui um guia na formação da individualidade no cotidiano da vida social. Nela se define a necessidade social básica da relação entre personalidade particular e não-mais-particular que emerge no campo de possibilidades do real.

No plano objetivo, a superação das alienações fundamentadas na estrutura econômica supõe modificações estruturais que conduzam a uma nova formação social ou mesmo a um novo período daquela formação. No plano subjetivo, há o problema do pluralismo das alienações mediante o qual um indivíduo pode superar um tipo de alienação e manter-se alienado em outro; para Lukács, este problema “é um dos maiores obstáculos ao autêntico tornar-se-homem, tornar-se-pessoa, do homem” (p.613). O autor também deixa em aberto o assunto ao dizer que o tratamento deste aspecto compete à Ética e então acrescenta:

A ontologia do ser social pode aqui somente registrar que a necessidade de superar por si mesmo a própria alienação por meios subjetivos, não implica, de modo nenhum, um subjetivismo, uma contraposição entre personalidade e sociabilidade. (p.613).

O fundamento puramente abstrato do tema somente “conduz a um empobrecimento e a uma deformação dos problemas de maior relevo próprios da vida pessoal” (p.614). No seu sentido real:

Quanto mais um problema de alienação atinge e mobiliza pessoalmente um homem na sua verdadeira individualidade, tanto mais ele é social, genérico. Portanto, as ações deste homem tanto mais nitidamente miram a genericidade para-si, quanto mais se tornam pessoais, a prescindir do fato que ele desta tenha clara e verdadeira consciência (p.613-4).

Problemas relativos à alienação atingem a individualidade quanto mais sociais e genéricos eles são. Ao mesmo tempo, quanto mais as ações de uma pessoa visam a genericidade para-si, mais se tornam pessoais, ela tenha ou não tenha clara consciência disso. São momentos conflitantes que no seu conteúdo mais profundo constituem tentativas de responder às contradições sociais.

Devido à diversidade no modo como atuam as posições teleológicas no âmbito da personalidade, a ação das alienações sobre as individualidades é eivada de contradições e desigualdades em seu perene movimento. Neste sentido:

Já o efeito do retorno sobre a própria personalidade faz com que muito frequentemente as consequências das posições aqui sejam de todo diversas de como eram conscientemente desejadas, que geralmente não tenham a racionalidade planejada dos atos laborativos. (p.615).

Uma ação sobre a consciência do sujeito no sentido de que ajam conforme uma posição desejada não se efetiva dentro da racionalidade mais ou menos previsível dos atos do trabalho, pois os homens reagem diferentemente uns dos outros. Continua o autor:

Naturalmente permanecem, contudo, em vigor as leis gerais dos movimentos desse tipo. Em especial a diferença entre circunstâncias que colocam no centro uma decisão radical, um sim ou um não em relação aos fatores alienantes, e fases que chamamos, segundo palavras de Churchill, períodos de consequências, favoráveis ou desfavoráveis. A intervenção modificadora sobre o conteúdo, a direção, etc., é obviamente muito mais dificultada neste último caso e na prática, produz muito frequentemente a fixação definitiva das tendências da vida (ações que se tornam rotinas), isto é, a aparência de uma ordem estática (p.615-6).

A situação é ainda mais complicada porque

toda tendência alienante tem raízes sociais objetivas e, portanto, influi de modo permanente sobre os motivos das posições, enquanto a luta contra esses processos alienantes requer contínuas decisões do indivíduo que sejam também traduzidas em prática. (p.616).

A reação dos indivíduos pode variar da adaptação até a luta contra ela, representando reações divergentes quanto a resistir ou adaptar-se:

A adaptação comporta simplesmente um deixar-se arrastar pela corrente comum, enquanto a vontade de resistir a ela implica a escolha repetitiva, submetida a um contínuo reexame (ou pelo menos vividas com profundidade) e, se necessário, em realizar-se na vida lutando. Por exemplo, o indivíduo da sociedade de classe nasce inserido como complexo em um complexo no qual estímulos espontâneos impulsionam no sentido da sua alienação. Contra tal multiplicidade de forças ativas ele deve mobilizar continuamente em sua própria defesa as forças próprias (p.616).

Desse modo, resistir aos impulsos alienantes da sociedade requer dos indivíduos o recurso a suas forças próprias mediante escolhas

entre as alternativas socialmente existentes. Quanto a “cada personalidade, cada etapa do seu desenvolvimento, se pode então dizer que é o produto de sua própria atividade e o ponto de partida do seu desenvolvimento ulterior” (p.616). Portanto, também processual e socialmente determinada. Lukács pondera:

Todavia mesmo este notável papel das forças próprias no processo de emancipação do processo alienante não coloca nunca o indivíduo naquela antítese abstrata com a sociedade, conforme havíamos visto anteriormente. Aquilo que denominamos forças próprias tem ao contrário as suas raízes na personalidade originária (mas desenvolvidas nas interações com a sociedade) do indivíduo em questão, assim o seu avançar ou regredir se realiza no âmbito de um ininterrupto processo de apropriação dos resultados passados e presentes do desenvolvimento da sociedade. Aquilo que agora é o conteúdo da vida do indivíduo, isto é, a convicção (que pode ser uma simples sensação ou uma vaga ideia) da realidade da genericidade para-si, é ainda a arma mais eficaz contra a alienação que está disponível para ele. São essas lutas, o seu progredir e regredir, que constituem o modo de ser da alienação. A sua imediata estatisticidade é apenas uma aparência (p.616).

A nosso ver, se põe claramente que o processo de alienação é marcado por avanços e recuos, em que o recurso às forças próprias da individualidade na superação da genericidade somente particular não pode ser desconsiderado. Os influxos alienantes da sociedade sobre as personalidades podem manifestar-se nelas como conflitos em relação a sua condição de gênero humano e comportam tanto a adaptação quanto a resistência dos indivíduos concretamente inseridos na realidade social. Por sua vez, as forças próprias, cujas raízes se encontram na personalidade originária do indivíduo, jamais podem ser reduzidas a uma pura manifestação subjetiva, tendo em vista que se desenvolvem na interação com a sociedade na qual se formam aqueles mesmos indivíduos. Assim, o próprio desenvolvimento das forças próprias, seus avanços ou recuos resultam do processo de apropriação dos resultados passados e presentes do desenvolvimento social. A convicção de uma genericidade para-si é uma arma eficaz que o indivíduo dispõe contra a alienação, ainda que consista numa vaga ideia do que seja a sua realidade.

Pode-se afirmar ainda que, no movimento da reprodução do homem na sociedade, em termos gerais, a tendência a superar a particularidade do homem singular mais o impulso em direção a uma forma superior de genericidade representam, na dinâmica da substância social do homem, uma convergência no plano histórico-universal. Entretanto, não significa que esta linha de tendência histórico-universal se constitua uma regra abstrata, válida para todos os casos

singulares. Esta reserva quanto a uma generalização abstrata

não anula, porém, a linha de tendência histórico-universal indicada: o movimento que a sociedade suscita nos indivíduos e os conduz da singularidade existente só em-si para o ser-para-si, consciente e conscientemente regulando a sua práxis, e a superação objetiva e subjetiva, no ser e, após, na consciência, do mutismo do gênero humano, são movimentos convergentes, que se sustentam reciprocamente (p.278).

Ressalvadas todas as desigualdades, contradições e alienações no processo de complexificação crescente da sociabilidade e da individuação, o autor afirma:

O gênero humano não poderia jamais se realizar completamente, não poderia jamais se destacar do mutismo herdado da natureza, se nos indivíduos não houvesse, de modo socialmente necessário, uma tendência em direção ao seu ser-para-si: somente seres humanos conscientes de si mesmos como indivíduos (não mais singulares que se diversificam apenas na sua particularidade em-si), são capazes, mediante a sua consciência, mediante as suas ações guiadas pela consciência, de converter em práxis humano-social, isto é, em ser social, a genericidade autêntica (p.278).

Essas constatações não devem jamais obscurecer que não se trata de simples fenômeno da consciência. Para Lukács:

A consciência é, antes de tudo, a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social; e também o campo de ação das alternativas possíveis em cada oportunidade é objetivamente delimitado no plano econômico-social. (p.146-7).

Desse modo, a própria consciência não pode ser um movimento circunscrito ao âmbito da subjetividade, mas se articula às condições objetivas resultantes do desenvolvimento econômico-social e nessa articulação se forma a consciência genérica. Portanto, seu surgimento e explicitação, como vimos, devem ser sempre equacionados no quadro de realização da sociabilidade como base de evolução do próprio gênero.

A reprodução social do gênero humano, a conservação de sua continuidade implica a contínua mudança de seus momentos subjetivos e objetivos. Sua realização impõe que essas mudanças sejam fixadas na consciência, tanto no sentido de conservá-las quanto no de desenvolvê-las, pois esses momentos integram-se contraditoriamente no processo reprodutivo. Conforme ocorre frequentemente na história, a tendência conservadora da consciência adquire uma

dupla função: primeiramente tende a fixar, em definitivo, aquilo que foi adquirido, mas sua função principal consiste em transformar as aquisições do passado em meios para resolver novos problemas postos pela sociedade, assegurando seu posterior desenvolvimento. O desenvolvimento econômico objetivo é responsável pelo fato de que os integrantes da sociedade se encontrem diante de novas decisões alternativas, do mesmo modo que limita o horizonte desses mesmos homens ao ponto já alcançado. Desse modo, não se trata de um aspecto circunscrito ao plano da consciência, mas de situações objetivas criadas por condições objetivas. Assim sendo, diz Lukács:

A função da consciência neste processo é, acima de tudo, ser capaz de desenvolver ambas as tarefas; porém, ainda uma vez, não se deve pensar em uma sua adequação mecânica à organização social dada. Como as alternativas, na imediatidade, se coagulam em decisões na consciência, esta estrutura, quaisquer que sejam as motivações em definitivo determinantes, não pode senão ser reencontrada também na função social conservadora: a consciência segundo os casos pode ou agir em sentido conservador, permanecendo atrasada em relação a tudo que se torna socialmente necessário e freando o progresso, ou promover em sentido revolucionário novos passos adiante para cuja atuação material a sociedade não esteja ainda madura” (p.191).

Portanto, dependendo das circunstâncias, a função de conservar fixada na consciência pode operar tanto no sentido de conter as possibilidades do avanço social quanto no sentido de promover processos revolucionários. A própria continuidade não consiste no simples fixar, conservando o nível de desenvolvimento já alcançado, mas em manter essa fixação num contínuo progredir além do que já foi realizado. Esta dialética da superação comporta uma unidade contraditória do conservar e do criar o novo que se faz presente em todos os estádios do desenvolvimento humano.

Esses momentos do desenvolvimento histórico-social compreendem igualmente o modo de proceder da transformação do homem de mero gênero humano em-si para gênero humano para-si. Conforme o autor afirma:

Sabemos, de fato, que o verdadeiro ser-para-si do gênero humano, a superação total do seu mutismo, não é ainda uma realidade. Por outra parte, é igualmente certo que o simples ato do trabalho significa que o homem põe a si mesmo, se torna homem e que, portanto, se realizou o salto para além do gênero mudo da animalidade. A junção entre o início e o fim constitui a história mundial da humanidade, a plena explicitação do ser-para-si do gênero humano. Ser-para-si, este, que só pode se realizar em termos adequados a si mesmo, de forma consciente: o gênero humano não-mais-mudo deve, enquanto tal, estar presente também na consciência dos homens (p.183).

Se, por um lado, esse é um processo objetivo, por outro lado, a superação do mutismo só pode acontecer se houver uma consciência no ser social do em-si que surge no processo de reprodução. Segundo Lukács, “uma consciência que aceite como pertencente ao seu ser – também individual – as encarnações do gênero humano que surgem a cada vez, ou seja, que se reconheça mediante uma posição de valor no valor assim surgido” (p.175). Assim, na elevação do gênero em-si, objetivamente existente já no trabalho, em gênero humano para-si, a função da consciência é fundamental na formulação de valor e na receptividade ao valor surgido objetivamente da vida social, que configura a unidade do gênero humano. Quanto mais se desenvolvem as comunidades humanas, quanto mais intensa se torna a interação entre elas, mais “a consciência pode se avizinhar a pôr, primeiramente só com o pensamento, a humanidade como unidade sociofilogenética do gênero humano” (p.175). Lukács afirma:

Que o gênero humano, como sustenta Marx contra Feuerbach, não é uma categoria muda, abstratamente geral, mas, ao contrário, é uma categoria da qual se toma consciência em sociedade, já se revela desde o início pelo fato de que somente as pequenas comunidades autênticas, e mais tarde as nações, sintam a si como partes de um gênero, como realidade da espécie humana, enquanto que aqueles que vivem fora deste âmbito são vistos como excluídos dela. O Gênero humano ascende à ordem do dia, como problema universal que envolve a todos os homens, apenas quando surge e se intensifica o mercado mundial (1981, 148-9).

É possível entender que a aproximação da consciência ao problema de uma unidade genérica do homem vem se realizando no processo histórico, tendo o mercado mundial como base real dessa unidade em si existente. Porém, o mercado produz, necessariamente, o que diz respeito apenas ao seu ser-em-si; a elevação do gênero humano a ser-para-si somente pode se realizar mediante atos conscientes dos próprios homens. Neste campo o processo comporta um desenvolvimento desigual e contraditório que se expressa em duplo sentido:

por um lado, tem-se certamente por norma, e é determinante para a práxis social, a valoração positiva da forma realmente assumida pela integração ao em-si do gênero humano; mas é possível que indivíduos singulares, antecipando com o pensamento a tendência da história, expressem um entendimento que vá em direção ao ser-para-si unitário do gênero humano e, frequentemente, não sem uma notável inclinação social. Por outro lado, pelo contrário, e também disto já falamos, se verifica um movimento defensivo contra este progresso, se combate o amanhã em nome do hoje. Ambos esses movimentos, que na história assumem as formas mais disparatadas, implicam uma

aprovação ou negação de valores, significam conflitos objetivos entre valores objetivos; ambos surgem necessariamente do terreno criado pelo respectivo desenvolvimento econômico-social. (p.175).

Significa, como já vimos, que o desenvolvimento do em-si ao para-si não constitui uma evolução linear e, muito menos, que o desenvolvimento no plano objetivo encontre seu equivalente exatamente igual no desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se de uma evolução desigual e permeada por conflitos e contradições. Em linhas gerais, a reprodução implica mudanças internas e externas do ser social nos planos individual e geral. Em tal dinâmica, a sociabilidade comporta uma tendência ao surgimento da humanidade como gênero não-mais- mudo que se expressa em orientações evolutivas realizadas de modo frequentemente desigual e independente da vontade e do saber contidos nas posições teleológicas individuais. Também fica perceptível que o processo de reprodução tornou-se cada vez mais nitidamente social, mostrando o quanto, mediante recuo das barreiras naturais, o peso dos elementos puramente naturais vem sendo constantemente diminuído em relação aos momentos sociais. Além disso, um dos seus fatos fundamentais

é a integração econômica da humanidade sob a forma de mercado mundial que cria uma ligação efetiva, muito mediada, mas inegável para a própria consciência individual, entre todos os homens nos quais se encarna a humanidade. (p.174).

É o processo que expressa o gênero humano a caminho de sua realização, devido ao seu caráter eminentemente social. Diz Lukács:

O desenvolvimento econômico cria ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas, as quais no início – de modo objetivo e real – compunham o gênero humano. O predomínio econômico do mercado mundial, que hoje se afirma cada vez mais fortemente, mostra que a humanidade já se unificou, pelo menos no sentido econômico geral. É verdade que tal unificação existe apenas como ser e ativação de princípios econômicos reais de unidade. Ela se realiza concretamente num mundo no qual essa integração abre para a vida dos homens e dos povos os mais graves e ásperos conflitos (1978, p.13).

Pelo exposto fica claro que o ser-para-si do gênero humano, a superação total do seu mutismo, não constitui ainda uma realidade. Tal realização implica a existência de decisivas bases concretas, conforme afirma:

Marx define o reino da liberdade como ‘um desenvolvimento de energia humana que é fim em si mesmo’, como algo que tanto para o homem individual quanto para a sociedade tem um conteúdo suficiente para transformá-lo em fim autônomo. Antes de tudo, é claro que uma tal adequação ao gênero pressupõe um nível do reino da necessidade do qual, no presente momento, ainda estamos muito longe. Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade, e portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser ‘não apenas meio de vida’, mas ‘o primeiro carecimento da vida’, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo (p.16).

Exige, assim, a ação consciente dos homens na direção da plena explicitação. Lukács compreende ser

a consciência da melhor parte dos homens, daqueles que, no processo da autêntica humanização, colocam-se em condições de dar um passo à frente com relação à maioria de seus contemporâneos; e é essa consciência que, a despeito de todo problema prático, empresta às manifestações desses homens uma tal durabilidade. (p.17).

A razão para isso está em que: “Expressa-se neles uma comunhão de personalidade e sociedade que mira precisamente essa adequação plenamente explicitada do homem ao gênero”. (p.17).

Sua realização exige a ação consciente dos homens em direção a uma plena explicitação. A atividade do pensamento, como momento incontestável do processo de posição do valor, não deve ser atenuada ante a realidade existente; configura-se como momento da consciência que, ao se apoderar das contradições geradas na vida social, expressa valores que podem conduzir processos no sentido da elevação ao ser social desenvolvido. Um mundo no qual o ser homem não signifique mera generalização, mas sua voz cada vez mais articulada alcance a síntese ontológico-social do gênero humano consciente de si.

Em suma, o polo ontológico da individualidade no qual se explicita a base subjetiva do ser social é um componente necessário do desenvolvimento humano genérico na interação com o desenvolvimento social objetivo. Esse desenvolvimento no duplo sentido da totalidade social e da personalidade apresenta a estrutura da identidade de identidade e não-identidade. É movido por contradições e crises expressas em avanços e recuos. A personalidade é síntese de múltiplas determinações porque a heterogeneidade de ações que a sociedade demanda dos indivíduos humanos requer uma síntese de suas capacidades singulares. A diversidade de ações que a vida de-

manda tem um efeito unificador sobre os sujeitos, que somente podem agir como unidade, ou seja, como uma individualidade. Dado que a necessidade impulsiona para a diversidade crescente de atividades, as relações entre a sociedade e as individualidades se tornam crescentemente mais ricas e mediadas, portanto, tornam possível a criação de personalidades também mais desenvolvidas.

Na aproximação de Lukács à alienação, ele faz significativas reflexões acerca da personalidade, sua gênese e explicitação na divisão social do trabalho que cria o campo de manobra histórico-social concreto desse processo peculiar ao homem. Trata ainda das possibilidades de superação da personalidade particular no plano da subjetividade, cuja elevação a uma personalidade autêntica pode aspirar à constituição de uma genericidade humana para-si. Ressalta a relação entre os sexos, compreendida como um dos mais importantes momentos da relação do homem com o próprio homem, na qual se manifesta o caráter civilizatório do desenvolvimento social. Na análise dessa relação, o autor revela como os processos alienantes agem decisivamente sobre a subjetividade dos indivíduos, a constituição da personalidade particular e a possibilidade de sua superação no plano da consciência.

Realça o papel significativo das forças próprias, cujas raízes estão na personalidade, como conteúdo de vida dos indivíduos para a luta em favor da genericidade para-si, ou seja, de uma humanidade conscientemente desenvolvida como autêntico gênero humano. Em linhas gerais, no centro de suas reflexões está a dinâmica contraditória da peculiaridade do gênero humano em seu processo de evolução do em-si ao para-si, que se reproduz em dois polos interligados dialeticamente, o indivíduo e a sociedade. A personalidade emerge do desenvolvimento contraditório desses dois momentos, unitários no aspecto geral e na origem última, mas distintos no imediato, que a força propulsora do trabalho gera e impulsiona no sentido do gênero humano como totalidade. O movimento em direção ao para-si conduz à superação da mudez do gênero; sua realização histórico-concreta supõe a existência de indivíduos conscientes de si, capazes de converter ações conscientes em autêntica genericidade humano-social.

Considerações Finais

Este texto, originalmente produzido para o doutoramento em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, não é apenas o resultado de um esforço pessoal, mesmo porque, com relação ao tema, consideramo-lo “um estranho no ninho” desde a crítica à produção clássica no Serviço Social, pois penetra numa seara diferente das matérias mais próximas aos assistentes sociais nos últimos tempos. Entretanto, traduz também o impulso que se explicita no interior do Serviço Social a partir da segunda metade do século XX: o de ousar apropriar-se de conhecimentos que permitam ultrapassar aspectos puramente fenomênicos da vida social e revelar caracteres essenciais do mundo dos homens em múltiplas dimensões, com destaque para a tendência marxiana e suas derivações.

Como vimos no decorrer da exposição, o texto teve por objeto de análise a concepção de personalidade em *Para a Ontologia do Ser Social*. Personalidade enquanto categoria social que emerge do intrincado processo de sociabilidade e de individuação fundado no trabalho. Alguns aspectos como objetivação/exteriorização, substância, alternativa, sexualidade e luta de classes se destacam enquanto momentos fundamentais na apreensão da personalidade que Lukács compreende como decorrência do processo de individuação ao pensar o ser social em seus caracteres essenciais. Em seu conjunto, esses aspectos formam um desenho articulado e inovador das bases ontológicas da personalidade, de sua gênese e de sua explicitação na sociabilidade humana como um dos momentos significativos na constituição do gênero humano.

O fundamento dessa concepção de personalidade se apoia na perspectiva de que o trabalho enquanto ato criador do mundo humano lança no mundo natural objetivações sociais que põem os

homens ante novas realidades. Com isso desenvolve nos homens novas capacidades e cria para eles e para a vida social possibilidades novas que se expandem no dinâmico e contraditório movimento de evolução do homem como ser histórico-genérico.

O delineamento do mecanismo pelo qual o homem se transforma em individualidade e constitui a personalidade como sua substância tem, para Lukács, bases ontológicas reais justamente por estar no trabalho o seu fundamento último. O ato de objetivação do trabalho é simultaneamente um ato de exteriorização do seu sujeito. Pela exteriorização o homem se reconhece e se distingue daquilo que produz e deixa nos produtos a marca da sua pessoa, do seu modo singular de ser. Deste modo, ao criar o novo o homem não só cria novas realidades objetivas, mas constitui e recria a própria subjetividade, e seus traços de exteriorização irão refletir-se nos produtos de sua criação no trabalho, na linguagem, na arte etc. Neles aparece “a mão do sujeito”, os traços peculiares a cada indivíduo criador, como expressão da personalidade que o projetou e realizou. Portanto, a personalidade é momento essencial do sujeito que se forja e se manifesta objetivamente nos produtos da vida social, e assim não pode ser reduzida ao puro subjetivismo. Compõe o momento da interação entre subjetividade e objetividade como processo real no qual o homem imprime nas objetivações sociais sua marca pessoal.

A personalidade emerge no movimento efetivo e contraditório pelo qual o indivíduo evolui de mero exemplar singular de uma espécie natural ainda muda em uma individualidade genérica não-mais-muda. Em sentido amplo, a individuação expressa um dos momentos em que, pelo afastamento das barreiras naturais, o homem tende a superar a mudez natural, constituindo a sua humanidade como ser genérico. Um dos momentos por que individuação e sociabilidade formam um duplo e indissociável complexo de relações que compõem o processo de reprodução social em sua totalidade. Trata-se de um processo unitário no qual se desdobram dois movimentos ontologicamente reais e interligados, o desenvolvimento da sociabilidade humana no plano da essência em-si, ou seja, das forças produtivas, e o da individuação, pelo qual as singularidades desenvolvem-se em individualidades e personalidades.

A objetivação é momento decisivo da sociabilidade enquanto a exteriorização é o veículo mediante o qual tem origem a individuação. A sociabilidade constitui um dos polos decisivos da evolução humana, pois sob o impulso do desenvolvimento das forças produtivas o homem constrói a vida em sociedade no longo processo histórico em que produz a base material de sua existência. Processo de-

sencadeado graças à inserção do trabalho no mundo natural, como ato conscientemente orientado para a modificação da natureza em resposta à satisfação das necessidades humanas.

A posição teleológica singular do trabalho originalmente tem por finalidade a simples e imediata satisfação da necessidade, mas no contexto social objetivo o processo e o produto tendem a uma generalização ligada ao próprio ser do homem, de sua práxis como ente genérico. O trabalho individual ou em cooperação, a divisão do trabalho e todas as suas consequências impulsionam para a superação do mutismo dos exemplares singulares da espécie, e então o indivíduo se torna individualidade. Este desenvolvimento constitui um dos momentos centrais da história do homem, da reprodução da vida social e de suas relações. No percurso histórico a individualidade vai-se afirmando e se fazendo sempre mais complexa na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas requer o crescimento das capacidades humanas, a partir do que surge a personalidade como produto indireto. Mas não se trata de um processo linear; ele é movido por contradições e desigualdades, de modo que o crescimento das capacidades produtivas dos homens não promove na mesma intensidade o desenvolvimento da individualidade. O processo é permeado por alienações que agem justamente sobre a personalidade e limitam seu desenvolvimento como gênero humano somente ao nível de uma personalidade particular.

O desenvolvimento social impulsiona para a criação de uma substância da individualidade, a personalidade. Esta pode ser abstraída e manifesta na autoconsciência da própria individualidade humana e assim tem sido feito através do conhecimento produzido pelos homens. Para Lukács, a essência da individualidade se constrói concretamente e no imediato pelo influxo ativo e inevitável da sociedade sobre as formas mais íntimas e pessoais de pensamento, de sensibilidade, de ações e de reações dos indivíduos humanos que vivem em sociedade, nela desenvolvem relações e nessas relações formam sua subjetividade como seres ativos e pensantes.

A substância tem, na visão de Lukács, o caráter dinâmico de um princípio ontológico de permanência na mudança, com um profundo significado para a permanência como algo dotado de continuidade que se mantém, se explicita e se renova nos complexos reais da realidade. Conceito ontologicamente definido como universal e histórico que nem é dado *a priori* nem se dilui na esfera dos fenômenos. Neste sentido, todo ser tende à historicidade como parte do seu próprio movimento interno, movimento intrínseco ao seu ser-precisamente-assim. No processo de individuação, a individua-

lidade modo pessoal e, ao mesmo tempo, socialmente determinado de reagir às demandas da vida cotidiana, constitui a sua substância. O indivíduo age escolhendo entre as alternativas possíveis em meio aos inúmeros e heterogêneos atos de objetivação requeridos pela práxis humana.

A personalidade como substância da individualidade e momento integrante de uma totalidade complexa tem por base a alternativa de um indivíduo concreto que vive e age numa sociedade concretamente determinada. A sucessão de escolhas entre alternativas, sempre feitas em situações concretas, configura a história pessoal de todo indivíduo singular. É uma sucessão de acontecimentos nos quais os sujeitos escolhem entre as possibilidades que estão dadas na vida social. Os fatos não se sucedem simplesmente de modo ininterrupto; devido às diferentes decisões dos indivíduos, eles refletem a relação espontânea com o sujeito que decide. Certamente as escolhas sempre contêm traços de sua consciência acerca da validade ou não das determinações sociais implícitas nas valorações sociais. A síntese dessa relação compõe o caráter, a personalidade de todo indivíduo humano.

A alternativa é momento portador da substância da individualidade e, assim, uma mediação pela qual se manifesta a personalidade. Dado que em seu concreto ser a alternativa pode manifestar-se como permanência na mudança, influi igualmente no desenvolvimento a subjetividade, resultando que a personalidade é o ser-precisamente-assim das decisões alternativas de um sujeito. Ela se manifesta na cadeia de decisões que configura as escolhas realizadas pelos indivíduos na medida em que estes refletem, avaliam e valoram os meios e os fins de suas ações. Por isso a personalidade só pode ser concreta do ponto de vista de que ela resulta das decisões tomadas pelos indivíduos. A escolha dos indivíduos guarda em si um grande número de possibilidades que podem realizar-se ou não, mas ao fazer escolhas o indivíduo revela também seu caráter, sua personalidade, justamente ao traduzir em ato uma possibilidade em vez de outra. Ao fazê-lo o sujeito se exterioriza e manifesta a sua pessoa, conferindo à coisa realizada e à própria interioridade o caráter de ser-precisamente-assim social.

O ser social real é o solo gerador das demandas e respostas que requerem alternativas dos homens e nele se forma a sucessiva cadeia de decisões que compõe o conjunto dos atos humanos no sentido da reprodução social e da reprodução das individualidades. A finalidade que suscita decisões alternativas é sempre posta por homens em condições concretamente determinadas, em sociedades determi-

nadas, e é sobretudo esta base concreta que influencia o desenvolvimento do sujeito. Porque, no preciso sentido de Marx, os homens fazem suas escolhas em dadas circunstâncias, são estas circunstâncias históricas e imediatas, determinadas pelos fatos e pela tradição, que geram o campo de possibilidades no qual constroem sua individualidade. Os homens fazem suas escolhas entre as alternativas criadas pela sociedade na qual vivem. Neste sentido, a personalidade tem lugar na completa interação do homem com a vida social. A individualidade é, em sentido objetivo e subjetivo, socialmente determinada; o indivíduo somente se constrói como individualidade concreta, conseqüentemente, como personalidade, numa sociedade concreta. As demandas postas ao sujeito emergem nas objetivações práticas daquela sociedade e refletem as múltiplas possibilidades daquele estágio de desenvolvimento genérico. Ao mesmo tempo, tais demandas remetem aos problemas da genericidade da mesma sociedade, suscitados pela base econômica.

Assim, as escolhas individuais, componentes da cadeia de alternativas que representam a continuidade da pessoa, não podem ser limitadas a simples expressões da liberdade individual. Essas escolhas são sempre respostas práticas aos desafios que a vida social lhes impõe. São determinadas socialmente pelas condições materiais e espirituais de nascimento e desenvolvimento da vida do próprio indivíduo. Suas respostas, reações, realizações também estão ligadas à qualidade dessas circunstâncias. Assim, o seu desenvolvimento individual e interior são o resultado da trama de demandas e respostas que implica decisões ante as alternativas socialmente possíveis. Para Lukács, como vimos: “Em termos ontológicos isto significa que o princípio último da personalidade humana, aquilo que a edifica, conserva e reproduz, é a ela imanente, ou seja, é radicalmente terreno” (1981, 256). Somente assim esta pode ser pensada como categoria ontológica objetiva, no sentido marxiano de forma de ser, determinação da existência, e produto da práxis humano-social.

Mas a complexidade do indivíduo, de sua subjetividade, contém a possibilidade de transformar essa mesma possibilidade em ato, ou seja, põe o sujeito diante de uma decisão entre alternativas. Deste modo, compete ao sujeito aceitar ou negar, transformar em ação ou manter a mera possibilidade de realização. Somente quando a escolha se transforma em ato a possibilidade se traduz em continuidade do próprio processo interior da individualidade. Assim, a substância que caracteriza a dinâmica da personalidade consiste na síntese constituída pela contínua cadeia das decisões tomadas ao longo da vida, traduzida em continuidade, direção e qualidade destas mesmas

decisões. Em sentido ontológico geral, isto é válido para cada atividade humana e para toda relação entre indivíduos. Portanto, pode-se afirmar que a personalidade se forja também na capacidade que os homens apresentam de avaliar criticamente, passo a passo, cada um dos seus atos e cada escolha feita ao longo da vida, e formar aí um quadro de sua própria conduta de vida.

Isto se explica pela dialética interna da objetivação/exteriorização e seu influxo sobre os indivíduos. Nos distintos efeitos de retorno da objetivação e da exteriorização sobre o sujeito há diferenças expressivas no modo de agir dos indivíduos. Diferenças por vezes contrapostas, mas reveladoras da personalidade e dos próprios conflitos decorrentes da práxis social. A objetivação tende a homogeneizar os comportamentos individuais para garantir a realização do trabalho e sua ação se dá com vistas a criar uma média de capacidades exigida pela atividade econômica. Por força das exigências do trabalho, a objetivação se dirige justamente a provocar nos indivíduos comportamentos impulsionadores do desenvolvimento das forças produtivas e, por sua vez, o desenvolvimento das capacidades daí decorrentes impulsiona indivíduo e sociedade a um nível de sociabilidade mais adiantado.

Por sua vez, o efeito diversificado da exteriorização sobre a subjetividade dos homens no trabalho atua no sentido da criação de uma variedade de comportamentos individuais que se refletem em conflitos de opiniões e de reações ante a realidade. O comportamento médio dos homens produzido neste âmbito é qualitativamente diferente e pode gerar modos de agir completamente contrapostos. Assim, os efeitos retroativos da exteriorização sobre o sujeito operam como momento fundamental ao desenvolvimento da individualidade no sentido da diversidade dos comportamentos singulares. Desse modo, exerce um considerável peso no surgimento e explicitação da personalidade em termos da heterogeneidade de comportamentos que os diversos indivíduos podem apresentar.

O desenvolvimento do trabalho em seu processo de objetivação, segundo a análise aqui realizada, inegavelmente desenvolve as capacidades humanas e esse desenvolvimento atua favorável ou desfavoravelmente sobre a personalidade. Contudo, a objetivação e a exteriorização não agem qualitativamente da mesma forma sobre o sujeito; podem ser até mesmo fonte de importantes divergências sociais. Assim, este desenvolvimento propicia indiretamente o surgimento e a explicitação da personalidade humana, cuja base é a elevação das capacidades, mas não constitui sua simples e linear consecução. A retroação dos atos de exteriorização sobre a interioridade

do sujeito cria nele múltiplas percepções da realidade, promovendo a diversidade de atitudes dos indivíduos em relação ao mundo e aos outros homens. Os indivíduos podem apresentar não só distintos, mas conflitantes comportamentos no trabalho e na vida privada, que refletem um diversificado modo de expressar-se da consciência individual. À medida que o indivíduo se exterioriza perante a realidade, sua individualidade tende a manifestar-se em seus atos, revelando diferentes modos de expressão das individualidades e de seus modos de exteriorização até mesmo quanto aos antagonismos sociais relevantes. Exemplar, neste sentido, é a manifestação das diversas formas de comportamento dos indivíduos em relação à sua própria classe diante de conflitos importantes na luta social.

Sob outro aspecto a individuação, como todo processo social, é determinada socialmente, mas a sua dinâmica imediata permite ao indivíduo manter-se no controle de sua vida própria, o que assegura a ele certa autonomia na direção de seu destino pessoal; em consequência, que a dinâmica da vida pessoal guarda uma autonomia relativa ante a dinâmica social no seu conjunto. Deste modo, a determinação social das circunstâncias não pode ser absoluta no seu desenvolvimento individual e interior. Na trama de demandas e respostas às alternativas socialmente criadas, o comportamento dos indivíduos implica atos de consciência a partir de um variado campo de possibilidades que pode ir além das suas escolhas determinadas simplesmente pelas condições de família, de classe etc. Então, a decisão entre alternativas não significa nem pura expressão de liberdade individual, nem mera determinação fixa socialmente de modo permanente. Ao indivíduo sempre resta a possibilidade de uma escolha avaliada segundo a sua consciência diante de uma situação concreta. Assim, a perspectiva de Lukács nunca se põe a partir da determinação mecânica ou ideal de qualquer dos polos sociais da sociabilidade ou da individuação, mas leva em consideração a interação dialética entre esses polos, mantendo sempre no horizonte que a individualidade, consequentemente a personalidade, tem sua base ontológica na reprodução da existência material.

A vida cotidiana constitui uma mediação no processo de constituição da personalidade. Nela os homens realizam suas ações por meio do trabalho e de outras atividades; além disso, decidem os caminhos mais adequados na condução da sua vida e na do seu próprio grupo social. No cotidiano, mediações e avaliações singulares operam socialmente compondo o campo de valores que influenciam o sujeito. Uma mediação amplamente determinada pelos atos de exteriorização dos sujeitos singulares, por isso mesmo, decisiva para a

constituição da personalidade. Mas os acontecimentos do cotidiano não atuam igualmente nem sobre os dois polos da vida social nem sobre os indivíduos em geral. Alguns deles podem ser decisivos para o crescimento individual, outros não chegam a provocar mudanças importantes na elevação da pessoa ao plano da genericidade.

No cotidiano, inúmeros acontecimentos agem em escala tanto impulsionando populações e indivíduos para mobilização em prol de transformações sociais importantes, quanto no sentido de sua apatia diante da situação. Assim, certos acontecimentos podem promover o desenvolvimento da individualidade, enquanto outros não exercem influência neste sentido. Deste modo, o peso social de cada conteúdo da alternativa socialmente operante no cotidiano varia muito e há mesmo uma graduação quanto à validade, ou o significado para cada homem, no modo como age sobre a individualidade em suas manifestações interiores e nas suas relações com o mundo.

O cotidiano é o lócus dos valores; eles nascem do cotidiano mais imediato e se dirigem ao cotidiano mais imediato da vida social. Compreendem desde os costumes, usos, tradições, até outros de mais alto nível, como os jurídicos, políticos, filosóficos, artísticos etc. Integram também as decisões alternativas que põem em movimento as ações imediatas da vida do homem e da sociedade. Os valores atuam na constituição da personalidade porque formam base para as escolhas dos homens entre as alternativas criadas socialmente, influenciando suas ações e retroagindo sobre a sua subjetividade. Deste modo, compõem os atos de consciência na realização das individualidades e podem impulsionar as decisões dos indivíduos tanto no sentido da conservação da essência da individualidade ao plano meramente particular, quanto da sua transformação em uma personalidade para-si.

O desenvolvimento social expande o raio de ações internas e externas da individualidade, tendendo a tornar mais rico e graduado o campo de interações entre indivíduo e sociedade e, portanto, essa relação se torna cada vez mais rica em mediações. Nessa interação as reações dos indivíduos humanos ao ambiente social se intensificam de múltiplas formas e assim os problemas da vida são levados à “unidade subjetiva da personalidade”. Esses problemas rebatem no cotidiano com diferentes graduações em relação ao peso social que exercem sobre o sujeito.

A tendência à unificação da personalidade em uma síntese de capacidades heterogêneas diz respeito também à unificação de suas reações em um sistema prático e hierárquico de funcionamento so-

cial que o impulsiona a tornar-se individualidade. A resolução de conflitos interiores, frequentemente expressivos dos conflitos entre indivíduo e sociedade, se apoia em atos de valoração diante de certas situações concretas quanto a seguir ou romper com as normas socialmente estabelecidas. A unidade da pessoa reflete atitudes e comportamentos socialmente determinados pela sociedade, na qual o indivíduo se forma a partir das circunstâncias de nascimento e das possibilidades da vida social, uma vez que os valores que o influenciam são formulados no interior da própria sociedade e retroagem sobre o sujeito, influenciando suas decisões. Mas isso não cancela o caráter ativo do sujeito nas escolhas que lhe são historicamente postas como possibilidades concretas. A história pessoal de todo homem é uma sucessão de acontecimentos nos quais as individualidades escolhem entre possibilidades que estão dadas na vida cotidiana, sempre tendo presente uma consciência que recusa ou aceita uma dada situação social, conforme a unidade subjetiva que compõe a sua singularidade específica. Então, as pessoas podem agir diferentemente diante de uma mesma situação; os diferentes modos de agir e a natureza de suas escolhas revelam as peculiaridades internas da pessoa nas suas relações com os outros indivíduos e com o mundo.

Por isso, quando o processo de reprodução cria uma divisão social do trabalho na qual tem origem a regulação jurídica das diversas práxis sociais, a reação dos indivíduos nunca é exatamente a mesma diante dessas determinações sociais. Ela comporta um conjunto muito diversificado de comportamentos e decisões dos membros da sociedade. O modo como cada pessoa reage, conforme suas reservas interiores em suas diversas manifestações, constitui uma resposta às normas estabelecidas. As sociedades mais evoluídas requerem numerosas e detalhadas decisões de cada membro nas várias esferas da vida que comportam diversidades de reações até mesmo em setores de atividades muito próximos entre si.

O desenvolvimento da sociabilidade, das relações entre os homens, cria estímulos e desestímulos a determinados tipos de práxis que cada vez mais são dirigidos ao eu dos indivíduos, à sua consciência na realização de ações. A intensa diversificação das atividades sociais e, com elas, das decisões entre alternativas que o indivíduo conscientemente terá de tomar, cria um vasto campo de mediações cujos nexos estão sempre mais distanciados de sua finalidade direta. Assim, o indivíduo, para conservar a sua integridade interior, tem de formar uma espécie de sistema de disponibilidades que comporte o conjunto de reações às diversas e heterogêneas alternativas de decisões a serem tomadas na realização de suas atividades e na condução

da sua vida pessoal. As escolhas variam de um indivíduo para outro, mas as consequências que cada decisão gera impõem a necessidade de harmonizar os vários comportamentos entre si, com as próprias necessidades, com a previsão dos resultados e assim por diante. Portanto, o homem é induzido a agir, no seu cotidiano ou mesmo em mediações mais complexas, medindo e avaliando as suas decisões sempre como indivíduo social.

Na reprodução das individualidades os homens tomam posição com respeito às condições objetivas existentes na sociedade e frequentemente se deparam com situações em que precisam avaliar o presente em relação ao passado e divisar as possibilidades que se delineiam no mundo das ideias e dos projetos societários em direção ao futuro. Assim, escolhem os caminhos e a direção com os quais se identificam e consideram mais adequados na condução da sua vida e da vida dos seus contemporâneos. As situações de conflito também impulsionam para a diversidade de escolhas dos indivíduos quando as decisões são tomadas diante de confrontos entre forças antagônicas e colidentes. Então, em diversos sentidos, tornar-se personalidade é um processo em contínuo movimento que, traduzido em qualquer práxis, nasce a partir das ocorrências cotidianas de uma dada sociedade e deságua também na própria sociedade em que cada indivíduo vive e age sempre sob o impulso imediato dos fatores dinâmicos subjetivos. Sem essa relação fundamental, individualidade e personalidade poderiam ser reduzidas a simples produtos mecânicos do desenvolvimento social.

A sociedade requer decisões relacionadas ao sujeito que o levam a escolher entre a satisfação de suas necessidades particulares e aquelas do meio em que vive e age como membro de uma comunidade. Esta dupla necessidade de ser individual e de ser genérico chega à sua consciência na forma de conflitos que o desenvolvimento social põe e repõe continuamente sob formas e conteúdos sempre novos. Os conflitos de classe também expressam reações dos homens à sociedade, às condições de vida e de trabalho que a sociedade cria e que se confrontam com suas necessidades e interesses pessoais ou de grupo. Mas as reações dos homens à sociedade não são homogêneas; o efeito da exteriorização sobre os sujeitos é sempre diversificado e impulsiona para diferenciação nos comportamentos individuais. De modo que também a consciência dos diversos indivíduos ante uma dada situação não é homogênea. A reação destes pode apresentar-se também de forma conflitante e contraditória, mesmo quando se trata de conflitos referentes aos grandes problemas humanos que levam a redução da generidade humana ao plano mera-

mente particular, como o da exploração de uma classe por outra.

Distinguem-se dois tipos de conflito de caráter ontológico decisivos na transformação da singularidade em individualidade e igualdade na relação entre individualidade e genericidade. Um campo de conflitos importantes no desenvolvimento da individualidade e do gênero, posto em destaque por Lukács, diz respeito à relação entre homem e mulher. A relação entre os sexos expressa o grau de civilidade de um determinado estágio da sociabilidade. Esta relação é, por excelência, uma relação do homem consigo mesmo, com a sua natureza humana, de modo que a condição alienada da mulher na sociedade significa a alienação do homem em relação à sua essência genérica.

Com o desenvolvimento da divisão do trabalho a dinâmica da genericidade cria novas relações e atribui novas funções ao homem e a mulher. Mas não significa que ocorram imediatamente mudanças profundas nas relações entre os sexos. Essa relação tem sido perpassada pela alienação e pela opressão do sexo feminino, que vem se modificando ao longo da história, mas não alcançou uma verdadeira superação e se caracteriza por alienação de ambas as partes. No cotidiano da vida social, esse conflito pode apresentar-se disfarçado e também ser manifesto por homens e mulheres. Um homem que busca superar certas alienações em determinadas áreas da vida pode apresentar-se muito alienado em relação à mulher. Por sua vez, a mulher incorpora em sua personalidade alienações criadas socialmente que a mantêm essencialmente numa condição de subjugação aos homens, de maneira que sua superação implica a libertação dela em relação aos laços sociais objetivos, mas também no plano da interioridade. Contudo, a luta pela superação da alienação sexual só pode alcançar verdadeiro êxito no nível de uma unificação do homem como ser humano autenticamente genérico.

As determinações sociais da alienação operam diferentemente das determinações individuais. Essa contradição faz com que, em meio às alienações da base social, os indivíduos encontrem modos de satisfazer necessidades de ordem mais alta. Fenômeno que historicamente tem ocorrido também no campo da libertação feminina. Porém, na visão do autor, as contradições neste campo de relações não atingiram um nível satisfatório. A relativa autonomia econômica da mulher tem sido insuficiente para impor a igualdade efetiva do sexo feminino. Para Lukács, uma luta a ser empreendida no plano da própria sexualidade, pois se inscreve na vida afetiva dos homens e formou sólidas raízes na psicologia feminina. A subalternidade sexual configura-se como base da subalternidade da mulher em sen-

tido mais geral. No plano ontológico, essa luta contra a alienação não pode ser simplesmente dirigida contra os impulsos alienantes do homem, das amarras sociais que asseguram o poder do homem sobre ela, mas implica a autolibertação interior da mulher. Neste sentido, um momento da personalidade para-si.

Ontologicamente a libertação feminina impulsiona à generidade porque incide sobre a ideologia do ter, da posse do homem sobre o homem e da posse do homem sobre as coisas como fim último de sua vida. Momento fundamental da alienação que bloqueia o desenvolvimento humano como gênero para-si. Contudo, superar alienações neste campo significa um momento da libertação global real. A libertação sexual isoladamente não contém a verdadeira resolução do problema: é apenas um dos seus momentos. Somente relações recíprocas que unifiquem os homens como entes naturais e como personalidades sociais tornam possível a superação de alienações na vida sexual. Além do mais, o autor compreende que a consciência produzida nesta área, bem como a luta empreendida pelas mulheres, ainda não está sabendo utilizar o campo de possibilidades do gênero em-si criado pelo desenvolvimento econômico. Mas a área contém tanto o nexos dialético entre generidade em-si e generidade para-si, quanto a contraditória dinâmica do fator objetivo e subjetivo no desenvolvimento social da humanidade.

Na análise do complexo da reprodução das relações entre homem e mulher, Lukács apreende determinações da atividade do fator subjetivo como momento que se explicita somente sob a forma de uma práxis individual. Identifica também que uma plena vida pela unificação de sexualidade e ser-homem, ser-personalidade, pode concretizar-se somente na relação individual de um homem concreto com uma mulher concreta. Por isso, segundo o autor, no contexto da universalidade social a função do indivíduo singular, conseqüentemente, da personalidade como componente do processo de desenvolvimento global não deve ser subestimada; ao contrário, muitas vezes ela pode até ser decisiva.

Um outro tipo de conflito é o da luta de classes, fator operante ontologicamente como motor decisivo da história do gênero humano e, ao mesmo tempo, relacionado às valorações existentes no processo social como um todo. Tem sempre presente que a formação das classes no capitalismo é produto da estrutura econômica objetiva que gera interesses e condições comuns para os trabalhadores e, a partir disso, constituem uma classe em-si. Em sua gênese imediata, a luta dos trabalhadores no sentido da classe para-si comporta decisões alternativas dos homens singulares que se articulam à

individualidade. A luta política em favor da classe para-si implica decisões entre alternativas devidamente valoradas e conscientemente orientadas. O pressuposto das decisões alternativas dos indivíduos é o estágio de desenvolvimento social e a constituição dos valores nela vigentes. Portanto, a práxis coletiva que aí tem lugar, síntese de múltiplas decisões alternativas, pessoais no seu imediato, não pode ser considerada um resultado mecânico e direto do crescimento da economia. Esse crescimento é sua determinação última, mas na imediatividade pressupõe uma decisão alternativa diversa de outras que operam no mesmo campo.

Sob este ângulo a luta de classes exerce uma função no desenvolvimento da individualidade. A escolha entre alternativas é feita pelos indivíduos em meio a um processo de colisões entre forças antagônicas, e estas decisões surgem no percurso das contradições práticas que põem em movimento a vida social. Independentemente de que a decisão seja tomada com consciência, ela influencia, nem que seja minimamente, no resultado das ações. Os antagonismos são mediados por valores e tendências operantes na sociedade que, levados à unidade subjetiva da personalidade, os impulsiona a tomar posição no conflito. A consciência do sujeito avalia a situação e age segundo as possibilidades concretas das circunstâncias e dos impulsos do seu eu interior, revelando a riqueza ou a pobreza da sua pessoa em relação à generidade para-si. Na percepção de Lukács, a partir de um certo grau de sociabilidade a luta de classes constituiu um dos momentos do desenvolvimento social que impulsiona no sentido do gênero humano. Pois o gênero humano, segundo o que vimos, “é por sua natureza ontológica um resultado de forças em luta recíproca que são postas em movimento socialmente: um processo de luta de classes na história do ser social” (p.63). Por isso não pode ser reduzido a puro resultado das múltiplas diferenciações do econômico; também se expressa como produto da luta de classes que se desdobra do processo de desenvolvimento da própria economia.

O surgimento contínuo de conflitos entre ser-para-si e generidade do homem compõe a história dos conflitos da humanidade. Mas a conexão entre ser-para-si e generidade significa que ambos, em sua autêntica substância, são produtos e coprodutores da história; nenhum deles pode ser abstratamente considerado como momento suprahistórico e dissociável um do outro. O mutismo do gênero humano cessa já nas fases primordiais da sociabilidade, enquanto a sua superação mais elevada vai sendo alcançada no plano objetivo e subjetivo à medida que a sociedade forma unidades cada vez mais amplas e desenvolvidas. Desenvolvimento que comporta o movi-

mento de continuidade da singularidade humana apenas em-si ao seu-para-si, simultaneamente articulado ao daquele do homem somente particular à genericidade humana. É um entrelaçamento desigual, contraditório e mediado por impulsos positivos no sentido do desenvolvimento, mas também por alienações que agem na relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das individualidades. Por isso mesmo, em vez de impulsionar a expansão da personalidade ao para-si, pode até aviltá-la e bloquear o seu crescimento no sentido de uma genericidade humana autêntica. Os impulsos alienantes nascem da objetividade social e influem continuamente sobre as posições dos indivíduos; já a luta, a resistência a eles impõe que as decisões dos indivíduos sejam postas em prática, de modo que as reações podem variar desde a adaptação à situação social até a luta contra ela. A realização da pessoa pode consistir em se defender dos impulsos alienantes recorrendo às forças próprias que estão na base da personalidade.

No campo dos grandes conflitos em prol ou contra a sociedade, as posições dos indivíduos também revelam a personalidade e, do mesmo modo, a sua relação com a genericidade humana. Na reprodução do indivíduo na sociedade eles formam posições sobre o presente e o futuro da sociedade quanto ao percurso mais favorável à sua vida e à dos seus contemporâneos. A sociedade luta por sua afirmação como estádio da genericidade humana tendo por referência o passado ou o futuro, e as tendências em direção ao futuro podem apresentar-se em favor da gradual reestruturação reformadora do *status quo* ou da sua subversão revolucionária. Estes amplos conteúdos históricos são muito importantes para a unidade subjetiva da personalidade e podem tanto conduzir a uma sua elevação no sentido da genericidade humana autêntica quanto ao fracasso interior de toda sua conduta de vida.

No equacionamento do problema das possibilidades de superação da personalidade somente particular e da constituição de uma autêntica personalidade, Lukács destaca a importância da consciência. O fenômeno da alienação e as buscas de sua superação se modificam segundo o modo e o quanto a consciência esteja conectada à ideia de que a condição de alienado fere a dignidade humana. Tentativas de superação das alienações, ainda que no plano interior, psicológico, refletem a existência de uma genericidade quanto à superação da mudez do gênero apenas em-si. Assim, qualquer expressão consciente da genericidade constitui uma característica importante do processo da alienação e da luta contra ela. Em termos históricos, significa que a consciência do homem como genericidade para-si cria

raízes na existência humana. No crescente e contraditório afastamento das barreiras naturais, a elevação do indivíduo acima da pura particularidade ocorre porque a consciência alcançou uma socialização bastante ampla. Mas este ato de elevação consiste em ter consciência de que o homem é um gênero apenas em-si e o seu tornar-se para-si constitui somente uma possibilidade.

No indivíduo particular se forma uma consciência quanto a ser parte do gênero humano que pode motivar suas ações singulares. Entretanto, a essência do gênero humano é vista por ele apenas no seu modo de existir imediato. Não percebe que, em sua essência, a genericidade tem a objetividade de ser de um processo histórico no qual a vida dos indivíduos constitui parte indispensável e integrante da totalidade do seu movimento. Um indivíduo humano pode elevar-se de personalidade particular, apenas em-si, a uma personalidade para-si através da consciência de que a superação da completa mudez do homem como gênero em-si implica o alcance de uma autêntica genericidade humana para-si. Nessa relação se cria o vínculo real e não-mais-mudo do indivíduo com o gênero humano, e ele, em relação a si mesmo, pode elevar-se além da mera particularidade. Como individualidade, entra em conflito com a própria sociedade, recusa conscientemente as contradições ali existentes e constrói suas aspirações a uma autêntica genericidade humana. Quando conflitos dessa natureza atingem o caráter de massa no sentido das contradições entre forças produtivas e relações de produção, eventos deste tipo podem tornar-se momento do fator subjetivo de uma revolução social. Em momentos não revolucionários de caráter massivo, são manifestações conflituais da consciência que reagem às limitações do gênero humano ao nível do em-si. Visto que o desenvolvimento social não tem caráter teleológico, suas consequências, manifestas no ser social e na vida dos indivíduos, criam reações e conflitos cujo combate é realizado através de ideologias. Quando as ideologias operantes no cotidiano, ou seja, o conjunto dos valores sociais que configuram a base das decisões alternativas dos indivíduos já não constituem respostas satisfatórias, gera-se uma inquietação. Os indivíduos podem reagir com a submissão ou com a rebelião, mas essa insatisfação expressa a contradição referente ao desenvolvimento genérico.

São conflitos distintos daqueles de natureza individual que afetam somente um indivíduo em particular. Não quer dizer que quando o indivíduo se insurge contra as ideologias dominantes ele tenha necessariamente clareza de querer, por exemplo, construir uma nova ordem social. Contudo, revela que este conflito se refere à sociabi-

lidade, cujo desenvolvimento porta contradições que acabam por penetrar até as mais íntimas expressões da vida humana.

A reflexão de Lukács leva à constatação de que a personalidade, em nenhum sentido, pode ser o resultado de um processo puramente interior. Além disso, formas de consciência do gênero em-si emergem necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas, sem as quais não seria objetivamente possível um desenvolvimento do gênero. A personalidade como síntese das capacidades individuais é também um processo do decurso necessário da sociabilidade. Efetivamente, sem qualquer síntese seria impossível o desenvolvimento, a utilidade, a adequação às constantes necessidades da produção que, entre outras coisas, impulsionam necessariamente a uma síntese das capacidades individuais em individualidades genéricas. O processo global da genericidade humana faz surgir a personalidade em-si e para-si. Porém, a personalidade em-si deve cumprir funções no processo de reprodução social e, por isso, se apresenta nos moldes de uma realidade operante na prática. A personalidade para-si, ao contrário, é produzida somente como possibilidade, algo latente cujas condições de realização não são definíveis *a priori*, dependendo de um amplo campo de variáveis no movimento da práxis.

A insatisfação dos indivíduos com a genericidade particular, indica a contradição interna entre genericidade e personalidade. Ao mesmo tempo, mostra a conexão entre elas, pois a intenção na defesa da própria individualidade, a prescindir da consciência que o indivíduo possa ter, é, por último, dirigida às formas de genericidade para-si construídas até então. Esse tipo de posição teleológica entre os dois polos da totalidade social não oferece qualquer garantia de realização da finalidade. A ela podem faltar ações práticas e até mesmo os conteúdos essenciais. Revelam manifestações antecipatórias de aspirações individuais que contêm a possibilidade de ser e de não ser. Para Lukács, antecipações de possibilidades que podem permanecer conservadas em forma da grande arte e da grande filosofia, mas também de certas vidas exemplares, na memória do gênero humano, como momentos da gênese do para-si.

São ecos daquilo que os indivíduos produzem na vida cotidiana, mas não simples produtos de personalidades geniais, e sim aspirações sociais como conteúdo das alternativas na criação da personalidade não mais particular. Sem um período relativamente longo de decisões singulares tomadas no cotidiano social não seria possível desencadear um ativo fator subjetivo ante uma situação objetivamente revolucionária. Portanto, a vida cotidiana é o palco em que as realizações factuais, assim como as ideológicas, podem gradativa-

mente ir amadurecendo no sentido da sociabilidade, mesmo que o cotidiano apareça aos homens na sua intrincada carência de sentido.

As objetivações mais elevadas de uma época comportam também os limites de conhecimento existentes na vida cotidiana daquele mesmo momento. Isso revela o peso da alienação e de como ela apresenta traços peculiares em cada formação social. Certamente a continuidade é um traço da alienação, contudo, a base econômica de cada formação particular supera a alienação anterior, mas ela aparece recolocada sob novas bases e sob novas formas.

O movimento histórico mostrou que a contradição entre o crescimento das capacidades humanas e o desenvolvimento das individualidades se mostra desigual e contraditório em diferentes momentos da sociabilidade. Aí se expressa um traço essencial da alienação surgida da base objetiva da sociedade que tem sacrificado classes inteiras. Este fenômeno histórico-social incide principalmente sobre os indivíduos singulares e, assim, afeta particularmente a personalidade. Quando o processo de produção impõe que a realização da síntese das capacidades que formam a singularidade da pessoa entre no conjunto da economia somente como média, significa um bloqueio à realização da peculiaridade do indivíduo criador. Aí está a essência da alienação, de sua ação sobre a personalidade como um obstáculo ao nascimento da não-particularidade do homem, pois o surgimento da personalidade para-si supõe o autodesenvolvimento da individualidade e da consciência de si, com vistas ao esclarecimento e ao desenvolvimento do gênero humano.

O surgimento de personalidades autenticamente humanas tem lugar com a ruína da polis grega. Mas o caráter contraditório do seu desenvolvimento faz com que a crise que deu origem à sociedade capitalista moderna crie possibilidades para a construção de uma personalidade no sentido verdadeiro que conduz a uma personalidade não-particular. O afastamento das barreiras naturais nessa forma de sociabilidade é mais nítido e cria um campo mais amplo e diferenciado de possibilidades para a personalidade e para a diversidade de sua problemática. Além disso, com a sociedade burguesa surgem reflexões sobre o homem e sua interioridade num nível mais alto em relação a uma generidade humana autêntica.

Contudo, a elevação espiritual e moral é insuficiente como defesa dos homens contra a alienação. As determinações econômicas são decisivas na conduta dos homens, até mesmo nos que superam, na consciência, a particularidade. Ainda que não possa anular inteiramente essa elevação espiritual de indivíduos a uma personalidade

para-si, a força das alienações econômico-sociais pode deformar a personalidade e até criar alienações peculiares. De qualquer modo, quanto mais limitado ao plano da particularidade, mais um indivíduo é impotente diante das alienações.

Não existe a alienação, mas diferentes alienações; são complexos sociais diversos e atuantes na vida dos indivíduos. As reações a tais complexos por parte deles podem ser tentativas conscientes de superação que tendem a ir além da particularidade então existente. A relativa autonomia de cada complexo alienante permite que o indivíduo o combata ou o incorpore separadamente, de modo que a reação a cada um deles pode se mostrar muito variável. Por isso, há personalidades que superam tipos de alienação e não outros. Apresentam, muitas vezes, atitudes colidentes nas relações de trabalho e na vida familiar e assim por diante. A razão disso está, em sentido amplo, na diversidade apresentada pelas dinâmicas do desenvolvimento das forças produtivas e da personalidade. Essa relação é tão dialeticamente intrincada que não pode dar margem a simplificações quanto a sua derivação e consequências no processo produtivo.

O processo de produção também contribui para criar um tipo de personalidade resultante das interações entre as capacidades singulares, entre a função exercida na sociedade e a vida privada. Cria assim modos de ser individuais, maneiras de reagir e de manifestar afetos decisivamente pessoais. Eles substancialmente se põem nos limites da genericidade em-si, de modo que expressões alienadas dos indivíduos são incorporadas como características da sua personalidade. O surgimento da personalidade particular tem um significado histórico importante na medida em que forma a base da qual pode se desenvolver o indivíduo não-mais-particular. Aí entra também a função das ideologias, que na visão de Lukács não é necessariamente negativa: ela pode conter momentos de impulso ao progresso social. Em seu caráter contraditório, a ideologia exerce sua função para consolidar a genericidade em-si, agindo no sentido da alienação do sujeito. Porém, existe a possibilidade do movimento inverso; ela pode desempenhar importante função no desenvolvimento do para-si. Mas essas afirmações não são devidamente esclarecidas. O autor diz que essa mudança de função está condicionada à História e seu preciso esclarecimento compete à Ética.

Em linhas gerais, com o capitalismo se instaura uma nova forma de interação do indivíduo na sociedade, resultante das condições de vida nela geradas, cuja marca é a casual posição de classe do indivíduo. A história de cada um transcorre paralelamente à história de sua classe, sem que a sua individualidade esteja irremediavelmente

ligada à classe social à qual pertence. Cria-se uma condição de liberdade burguesa em que os homens se tornam livres para comercializar a força de trabalho e é essa condição que se apresenta à consciência dos indivíduos. Na realidade, ela resulta da subordinação de indivíduos a uma força objetiva; em consequência, expressam a não-liberdade do homem como ser humano genérico.

A sociedade capitalista apresenta um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, portanto, das capacidades humanas. Neste estágio de desenvolvimento genérico a individualidade alcança concomitantemente um grau elevado de evolução em termos do afastamento das barreiras naturais. Os indivíduos, consequentemente as personalidades, se tornam cada vez mais complexos com o impulso da divisão do trabalho e da complexidade de atividades a requererem uma síntese de suas capacidades singulares. Mas a relação entre o crescimento das forças produtivas e das personalidades se apresenta contraditória e desigual. As alienações operantes na produção e na reprodução da vida social tendem a bloquear e reduzir a personalidade somente ao plano particular do em-si, cuja referência básica se encontra na aspiração ao ter, à garantia da reprodução material por excelência. Aspiração regida pelas determinações da reprodução social com base em relações de exploração do homem pelo homem. A personalidade para-si se põe nesta sociedade como possibilidade e pode elevar-se ao para-si apenas no plano de uma consciência que aspira a uma genericidade humana autêntica. Esta aspiração permanece uma ideia no horizonte para indivíduos cuja consciência se alça a querer agir e busca em suas forças próprias os meios para a construção de uma humanidade desenvolvida em sentido omnilateral como gênero e como indivíduo. Portanto, o desenvolvimento alcançado com a sociedade capitalista não expressa a história humana conscientemente orientada à unificação do homem como autêntica e genérica pessoa humana. Em outras palavras, não constitui o fim da história, ao contrário, o início desta apenas se coloca como possibilidade para o homem.

Em síntese, na reprodução social a divisão do trabalho avança à medida que se desenvolvem as forças produtivas e as atividades dos homens se diversificam intensamente. Cria-se um campo de manobras histórico-social concreto que amplia em sentido intensivo e extensivo o campo de possibilidades de os indivíduos se desenvolverem como pessoas. O polo ontológico da individualidade no qual se explicita a base subjetiva do ser social é um componente necessário do desenvolvimento humano genérico, na interação com o desenvolvimento social objetivo. Em sua totalidade esse desenvol-

vimento é movido por contradições e crises expressas em avanços e recuos. A heterogeneidade das tarefas requeridas pela divisão social do trabalho só pode ser realizada porque, no plano do indivíduo, que somente pode agir como uma individualidade, ela forma uma unidade e apenas pelo seu efeito unificador é levada à unidade subjetiva da personalidade. Justamente por isso a personalidade é síntese de múltiplas determinações, pois a heterogeneidade de ações que a sociedade demanda dos indivíduos humanos requer uma síntese de suas capacidades singulares. Dado que a necessidade impulsiona para a diversidade crescente de atividades, a relação entre a sociedade e as individualidades se torna crescentemente mais rica e mediada, tornando assim possível a criação de personalidades também mais desenvolvidas. O desenvolvimento no duplo sentido da totalidade social e da personalidade apresenta a estrutura da identidade de identidade e não-identidade.

A não-identidade da pessoa com os simples e mudos exemplares singulares da natureza tem base ontológica no crescimento incessante dos componentes essenciais do homem como complexo socio-genérico. Esse crescimento determina os momentos de não-identidade na continuidade do desenvolvimento, constituindo-se em seu veículo. Com o desenvolvimento socioeconômico os indivíduos já não são os mesmos; desenvolveram novas capacidades e novas habilidades que os impulsionam a uma individualidade não-mais-muda. Constituem sua personalidade como membro de uma sociedade, por isso mesmo ligada ao desenvolvimento da genericidade humana em seu contraditório movimento no sentido do para-si.

Pode-se afirmar que o complexo da personalidade humana na visão ontológica de Lukács resulta do desenvolvimento social objetivo emergindo da ampliação quantitativa e qualitativa das atividades dos homens em sua reprodução social. Neste processo os homens se encontram diante de decisões alternativas mais e mais variadas e reciprocamente heterogêneas em termos do imediato, e fazem suas escolhas com base em sistemas de valores socialmente determinados. A reprodução dos indivíduos numa dada sociedade torna indispensável um domínio adequado das reações que se multiplicam ante a realidade e induzem à construção de uma unidade interna dos modos de reagir dos indivíduos. Esta unidade interna muito variada que se forma nas mais distintas pessoas é a base ontológica da personalidade.

A concepção de personalidade como complexo ontológico em *Para a Ontologia do Ser Social* reafirma a apreensão de Lukács sobre o homem enquanto ser fundamentalmente histórico-social, cujo con-

tínuo processo de reprodução tende duplamente à individuação e à sociabilidade. A constituição da personalidade é um dos momentos de superação da mudez natural do gênero em gênero não-mais-mudo, que se gera no desenvolvimento do ser social como totalidade. A constituição desse processo comporta diferentes níveis de consciência dos homens sobre si mesmos, o que varia da simples adaptação quase espontânea e irrefletida ao ordenamento local concretamente dado das sociedades mais primordiais até o emergir de uma consciência traduzida em práxis sobre a relação entre a total superação da mudez natural do gênero e o desenvolvimento de uma autêntica personalidade. Isto se manifesta em termos de conflito interno daquela individualidade com a própria sociedade, na realização de suas escolhas em favor da generidade.

Os processos alienantes agem no sentido de manter a personalidade somente no nível da particularidade e apenas sua elevação a uma personalidade autêntica, no plano da consciência, pode aspirar à constituição de uma generidade humana para-si. Impulsionada pela necessidade, uma personalidade pode revelar-se autêntica se consegue superar os resíduos da mudez natural, mostrando-se como ser humano inteiro que se propõe a promover a unidade entre personalidade e gênero humano, e somente assim pode tornar-se sujeito ativo de uma autêntica história da humanidade.

Bibliografia

ALMÁSI, [et.al]. *Il marxismo della maturità di Lukács*. A cura de Guido Oldrini, Napoli: Prismi, 1983.

ANTUNES, Ricardo & LEÃO REGO, Walquíria. (orgs.) *Lukács: um Galileu no século XX*. 2.ed, São Paulo: Boitempo, 1996.

COSTA, Gilmaisa. M. Ontologia, trabalho e liberdade. In: *Habermas e Lukács: método, trabalho e objetividade*, Sergio Lessa (org.), Maceió: Edufal, 1996.

_____. O complexo serviço social. *Serviço social, trabalho e direitos sociais*. M. Virgínia B. Amaral e Rosa Lúcia P. Trindade (orgs), Maceió: Edufal, 2001.

_____. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Urutágu*, Maringá, PR, 2006. <<http://www.urutagua.uem.br/009/9costa>>.

CHASIN, José. Introdução. In. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*, São Paulo: Ciências humanas, 1978.

_____. Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica, in Teixeira, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*, São Paulo: Ensaio, 1995.

DUARTE, Newton. *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tr. Leandro Konder, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOLDER, Mario (org.). *Leontiev e a psicologia histórico-cultural: um homem em seu tempo*. Tr. Célia Regina. B. Ramos, São Paulo: Xamã, 2004.

HALL, Calvin S. e LINDZEY, Gardner. *Teorias da personalidade*. Tr. Maria Cristina Machado, Vs. 1, 2, 18ª ed, São Paulo: EPU, 1984.

HOLANDA, Maria Norma A. B. de. Lukács e o estranhamento na contemporaneidade. *Serviço social, trabalho e direitos sociais* Maria Virgínia B. Amaral e Rosa Lúcia P. Trindade (orgs), Maceió: Edufal, 2001.

IAMAMOTO, Marilda, V. *Trabalho e indivíduo social*. 2.ed, São Paulo: Cortez, 2006.

KONDER. Leandro. *Lukács*. Coleção Fontes do pensamento político, Porto Alegre: L&PM, 1980.

LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: Edufal, 1995.

_____. *A Ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996.

_____. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Para Além de Marx?: crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.

LEONTIEV, Alexei. N. *Actividad, consciência y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978a.

_____. *O desenvolvimento do psiquismo*, tr. Manuel D. Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978b.

LUKÁCS, Georg. *Estética*. tr. Castellana de Manuel Sacristán. Barcelona – México, D. F.: Grijalbo, 1966.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Temas de Ciências Humanas* n. 4. Tr. C. N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. *Ontologia do ser social*. Tr. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. A cura di Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981.

_____. *Prolegomini all'ontologia dell'essere sociale: questioni de principio di un'ontologia oggi divenuta possibile*. A cura di Alberto Scarponi, Milano: Guerini & Associati, 1990.

_____. *Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo*. Tr. Cristina A. Franco, Viçosa MG: Editora da UFV, 1999.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*, tr. L. Konder e R. Guimarães, 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O capital*. VI, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *A sagrada família*. Tr. Marcelo Backes, Perdizes, SP: Boitempo 2003.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tr. Jesus Ranieri, Perdizes, SP: Boitempo, 2004.

MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. Tr. José C. Bruni e Marco A. Nogueira, 9.ed. São Paulo: Hutitec, 1993.

NETTO, José P. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NOBRE de MELO, A. L. *Psiquiatria*. V.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

OLDRINI, Guido. Lukács e o caminho marxista ao conceito de “pessoa”, *Praxis* n. 3. Belo Horizonte: Projeto, 1995.

SÈVE, Lucien. *Marxismo e teoria da personalidade*. v.1. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

SILVEIRA, Paulo. & Doray, B. (orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, São Paulo: Edições Vértice, 1989.

TERTULIAN, Nicolas. Le grand projet de l'ethique. Ethique et politique, *Actuel Marx* n.10, Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. Metamorfoses da Filosofia Marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács, *Crítica Marxista* n. 13, São Paulo: Boitempo Editorial, 1991.

_____. Uma apresentação à ontologia de Lukács. *Crítica Marxista*, n.3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Marx: uma filosofia da subjetividade. Tr. Juarez Duayer, *Outubro* n.10, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2004.

TERTULIAN, Nicolai et Vittoria Franco. *Ontologia del ser social*. Tr. Félix Hoio, César Peon, México D. F.: Universidad Autonoma Chapingo, 1987.

TONET. Ivo. *Em defesa do futuro*. Maceió: Edufal, 2005.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Ensaio* n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.